

# DESDE QUANDO SOMOS NACIONALISTAS?



VOZES

ROSA LIMA SOBRINHO

7706238

# DESDE QUANDO SOMOS NACIONALISTAS?



VOZES

Petrópolis  
1995

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lima Sobrinho, Barbosa, 1897-

Desde quando somos nacionalistas? / Barbosa Lima  
Sobrinho. – Petrópolis, RJ : Vozes, 1995.

ISBN 85.326.1527-9

1. Nacionalismo I. Título.

95-1988

CDD-320.54

Índices para catálogo sistemático:

1. Nacionalismo : Ciência política 320.54

mb

# BARBOSA LIMA SOBRINHO

UNIDADE - IFCH	
N.º CHAMADA	320,540991
V.	162800
TOMBO B.	373762
PREC.º	9,50
DATA	
N.º CPD	

UP0007337X

© 1995, Editora Vozes Ltda.  
 Rua Frei Luís, 100  
 25689-900 Petrópolis, RJ  
 Brasil

FICHA TÉCNICA DA VOZES  
 COORDENAÇÃO EDITORIAL:  
 Avelino Grassi

EDITOR:  
 Antonio De Paulo

COORDENAÇÃO INDUSTRIAL:  
 José Luiz Castro

EDITOR DE ARTE:  
 Omar Santos

EDITORAÇÃO:  
 Edição e organização literária: André Heidemann  
 Revisão gráfica: Revitec S/C  
 Diagramação: Rosângela Lourenço  
 Supervisão gráfica: Valdeires Rodrigues

ISBN 85.326.1527-9

# ÍNDICE

Conceito de nacionalismo . . . . .	7
Primeiras manifestações de nacionalismo no Brasil . . . . .	13
Nacionalismo antilusitano antes da Independência . . . . .	21
Nacionalismo antilusitano no domínio cultural . . . . .	29
Nacionalismo antilusitano no domínio político . . . . .	37
O nacionalismo antibritânico . . . . .	49
Nacionalismo antigermânico . . . . .	67
O nacionalismo antijaponês . . . . .	75
Nacionalismo antinorte-americano . . . . .	79
Palavras finais . . . . .	115

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda., em outubro de 1995.

---

---

# CONCEITO DE NACIONALISMO

---

---

Que é nacionalismo? A pergunta é frequente, as respostas difíceis e nem sempre concordantes. Nacionalismo pode ser uma atitude de extrema direita, como o fascismo, o nazismo e o integralismo. E há quem o confunda com o próprio comunismo, cercando-o de aspas, como quem corre a exorcismos, para afastar demônios recalitrantes.

Entre esses dois extremos, o da direita e o da esquerda, podem ocorrer numerosas definições e conceitos variados, não só no tempo, através dos séculos, nas encarnações sucessivas ou intercorrentes do nacionalismo; como no espaço, de país a país, adaptando-se a circunstâncias e problemas diferentes, mudando de fórmula e de dosagem, ao sabor de receituários caprichosos. Não há uma doutrina única, uma patente exclusiva, para o nacionalismo. Pode vir de origens dessemelhantes e tender para objetivos nem sempre harmônicos.

O nacionalismo integral inclui o elemento espiritual. Valoriza as manifestações religiosas. Exalta os sentimentos do povo e as tradições, que lhe foram marcando o destino, através do tempo. Já o nacionalismo de fundo econômico se vale das contradições de interesses, aceitando, ou não, as tendências espirituais, que podem servir para dar maior ênfase às reivindicações materiais.

Para se ter idéia mais precisa dessa diversidade de conceitos ou de conteúdo, ou da multiplicidade de objetivos, a que o nacionalismo pode servir, nada mais indicado do que procurar caracterizar o nacionalismo num país determinado, através de sua história e de suas lutas sociais e econômicas. Uma pesquisa dessa espécie mostrará que o nacionalismo responde a perguntas precisas, a necessidades definidas, a circunstâncias, que podem ser transitórias ou duradouras, obstinadas ou efêmeras. Não é uma tese vaga ou uma aspiração indefinida, uma dessas fórmulas confusas, que servem para tudo, por isso mesmo que não dizem nada. O nacionalismo pode ser um programa sem conteúdo, mas pode ser também um objetivo preciso. Há momentos em que soa como uma palavra quase inútil; e ocasiões, em que vale como uma clarinada de alerta ou uma fâmula de revolução.

Há nacionalismos e nacionalismos. Para conhecê-los e identificá-los, nada melhor do que rastrear as suas origens, definir as suas características e tendências. Teremos, então, oportunidade de verificar que há nacionalismos rudimentares, que se manifestam antes mesmo da criação das nações, de que são intérpretes e sentinelas vigilantes. Poderíamos tomá-los como batedores e vanguardeiros, anunciando a força que há de vir, o grosso do exército em que se integra. Formam-se com a própria substância do nacionalismo, mas ainda sem uma perfeita consciência de seus contornos e sem uma confiança definida nos seus fundamentos e razões. Nacionalismo *avant la lettre*, identificado com o nacionalismo moderno porque, se não serve ainda a uma nação real, encarna os elementos que a vão compor, coordenando e reunindo as aspirações de um grupo humano, a presença de um interesse próprio.

Entendido dessa forma, o que caracteriza o nacionalismo não é a presença de uma nação ou de uma consciência nacional, pois que ele anuncia e prepara a formação dessa nação e dessa consciência. O que mais que tudo caracteriza o nacionalismo é a presença de um antagonismo, de uma diversificação de interesses entre grupos humanos, vinculados

a territórios diferentes. Verdade que, para que essa diversificação possa merecer o rótulo de nacionalismo, há que imaginar uma nação existente ou em formação, uma nação *in fieri*.

O antagonismo que se faz sentir, por exemplo, entre uma metrópole e a colônia, que veio a emancipar-se e a se tornar Nação, poderá classificar-se como nacionalismo, se traduzindo numa aspiração ou num programa de ação. Mas se esse antagonismo surge entre regiões ou territórios de uma determinada nação, mesmo quando traduza diferenças de classes ou de atividades econômicas, não chega a constituir nacionalismo. Seria apenas regionalismo. Mas, se passa a influir na luta pela emancipação política dessa região, há de figurar entre os movimentos pioneiros do nacionalismo desse grupo humano, mesmo ainda sem a presença da Nação, mas como um esforço para criá-la, para lhe dar forma e substância.

Desse modo, o nacionalismo pressupõe ou inclui a presença de uma Nação, já constituída ou em andamento, existente ou futura. Já não é tão essencial ao conceito do nacionalismo a consciência de estrutura ou de substância nacional. O *felibregismo*, por exemplo, constituiria uma manifestação de nacionalismo, se a Provença se houvesse emancipado. E os que dentro desse movimento chegaram a pensar numa nação provençal não estavam a fazer nacionalismo, mas tão-somente separatismo ou regionalismo. Os farroupilhas do Rio Grande do Sul não foram nacionalistas, porque o Rio Grande não chegou a constituir uma nação e seria impróprio o termo, para configurar uma tendência que, pelo menos temporariamente, significaria o fracionamento da nação brasileira.

A substância, pois, do nacionalismo é um antagonismo de interesses ou de ideais. No dia em que o primeiro imigrante, chegado à terra da Santa Cruz, percebeu que o interesse de seu grupo não se conciliava com o da metrópole portuguesa, no dia em que teve consciência desse antagonismo e resolveu lutar em prol do interesse de seu grupo,

contra o da metrópole, estava fazendo nacionalismo, mesmo sem esse nome e sem essa intenção.

Nacionalismo ainda rudimentar, sem a presença contemporânea da nação, a que acreditava vincular-se, mas, de qualquer modo nacionalismo, como afirmação de interesses da nova comunidade, em face dos interesses da metrópole ultramarina. Foi pela consciência desse antagonismo, e pela coragem de afirmá-lo, que se foi formando uma consciência nacional. O Brasil surgiu para a coordenação e a defesa desses interesses, para sustentar a preeminência deles, em face de quaisquer outros interesses, de outros grupos ou de outras nações.

Como, realmente, denominar essa atitude ou esses pronunciamentos? Patriotismo também não o seria ainda, quando se aceitava a vida colonial; nativismo pode ser a exaltação de coisas da terra e da gente do novo grupo, sem envolver qualquer antagonismo de interesses econômicos, sociais ou políticos. O nativismo não inclui, também, nenhuma idéia de preeminência dos interesses do grupo. O nacionalismo reúne os dois elementos: o antagonismo e a afirmação da preeminência do interesse do grupo. O patriotismo pode até entender que não existe esse antagonismo ou que não tem importância... A diferenciação, pois, entre as duas palavras se estabelece em face desse antagonismo, que pode não existir no patriotismo e forma a substância do nacionalismo.

Para se compreender o que seja esse antagonismo e essa afirmação da preeminência do interesse do Brasil, nada mais esclarecedor do que partir dos primeiros séculos de nossa história, num levantamento dos esforços, dos sacrifícios, com que se foi afirmando a consciência nacional, pela presença de um nacionalismo vigilante, que partia da existência de um antagonismo e defendia a preeminência dos interesses dos grupos humanos, estabelecidos e radicados no país. Nacionalismo dos precursors, rudimentar, difícil, costeando a fronteira perigosa da inconfidência, enfrentando o rigor de uma autoridade, fundada num poder absoluto.

As manifestações não são idênticas, de um lugar para outro, de um século para outro. O que mostra que o conceito do nacionalismo se acentua, com suas variadas conotações, refletindo causas, aspirações que se vão diversificando de momento a momento. O nacionalismo não é um conceito estático, não é um letreiro de rodovia, marcando o número de quilômetros percorridos ou a percorrer. É, antes, um conceito dinâmico, a soma ou o conhecimento de todos os letreiros, uma doutrina, uma experiência e uma política.

---

---

# PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DE NACIONALISMO NO BRASIL

---

---

A diversificação de interesses, entre os colonos e a metrópole lusa, deve ter começado com a própria colônia, quando o primeiro agricultor recebeu financiamento dos onzenários imigrados ou quando teve que trocar seus produtos por mercadorias vindas de Portugal.

Mas a primeira afirmação dessa diversificação, num movimento mais amplo, veio com a ocupação holandesa e, sobretudo, com o afastamento de Maurício de Nassau do governo do Brasil-Holandês. Durante o octênio do Príncipe, os interesses dos colonos haviam encontrado nele um patrono diligente e compreensivo, empenhado no esforço de conciliar a cupidez da Companhia das Índias Ocidentais com a sobrevivência e a prosperidade da colônia.

Depois de Nassau, o mercantilismo da ocupação holandesa se acentuou, desprezando e sacrificando os interesses da gente da terra, sobretudo dos que se haviam dedicado ao trabalho agrícola, nos engenhos de açúcar. Inconformados e asfixiados, os colonos se decidem à insurreição, como solução para um antagonismo irreductível, traduzido na miséria da gente da terra, nas dívidas que se acumulavam, sem possibilidade de resgate, na sujeição política, na dependência econômica progressiva. Sem falar nos sentimentos religiosos ofendidos e conculcados, e a todos os momentos

lembrados por um clero atuante, misturado com os insurretos, para uma luta decisiva.

Aponta J.A. Gonçalves de Melo o que chama "o radical antagonismo dos dois sistemas políticos e econômicos, o português e o holandês. No primeiro, o poder era manejado pelos senhores de engenho e a favor de sua classe e dos seus negócios; no segundo, estava a serviço da burguesia urbana e dos interesses da classe mercantil". Daí a adesão da nobreza da terra à revolta, a adesão do senhor de engenho, que era também "chefe de todo um largo grupo de lavradores, moradores, agregados, etc., sem contar os escravos. Bastaria o apoio desses senhores para assegurar a participação, na luta, de seus dependentes ou de sua clientela". Fenômeno que já ocorrera, aliás, na defesa da terra contra o invasor, na resistência do Arraial do Bom Jesus, assim como nas guerrilhas dos campanhistas.

A conquista holandesa não fora mais do que, como acentuava Southey, "mera especulação comercial, em que o lucro da Companhia era o único fito, a estrela polar de toda a política. Tinha ela tornado seus súditos os pernambucanos, sem deixar de considerá-los como estrangeiros e rivais no comércio; para que não competissem com eles, nos mercados europeus, lançava-lhes pesados impostos sobre a exportação dos produtos, à qual interpunha toda a espécie de óbices, obrigando-os, assim, a vendê-los dentro do país e pelos preços que os conquistadores se dignavam dar-lhes. A tal ponto se estendia esse monopólio, que nem se lhes permitia cortar o seu próprio gado para venda, ainda que fosse para consumo de casa: haveria de vender o animal ao carnicheiro holandês, e comprar carne pelo preço fixado pelo Conselho".

Destaque-se a expressão *monopólio*, para que se veja como é antiga a luta e para que se compreenda o que havia de espontâneo, na revolta pernambucana ou na resistência à conquista holandesa, que assim se identificava com um monopólio. Capistrano de Abreu dizia que a conquista holandesa fora um fato, nunca "um fato consumado". Uma revolta latente fermentava, como reflexo da exploração

econômica e das incompatibilidades de formação e de crença. A política da "terra arrasada", contando, não raro, com a colaboração dos filhos da terra, indicava a profundidade do antagonismo. Não seria tanto fidelidade a Portugal, mas antes uma incompatibilidade maior com a Companhia das Índias Ocidentais. Uma opção entre dois regimes coloniais, feita a bem dizer pela classe que preponderava nos conselhos da terra, a nobreza rural dos senhores de engenhos, secundada pelos outros elementos que compunham a população da colônia.

Nacionalismo? Capistrano de Abreu, tão pouco simpático, em geral, às manifestações do nativismo, exalta o feito pernambucano, definindo a luta como um *antagonismo entre o mercantilismo e o nacionalismo*. "Venceu, concluía ele, o espírito nacional. Reinóis como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, mazombos com André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos, curibocas, mestiços de todos os matizes, combateram unânimes pela liberdade divina. Sob a pressão externa, operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda, entre os diversos elementos étnicos". E acrescentava: "Vencedores dos Flamengos, que tinham vencido Espanhóis, algum tempo senhores de Portugal, os combatentes de Pernambuco sentiram-se um povo, e um povo de heróis".

Em trabalho antigo, achei difícil que se classificasse como "nacionalismo" essa revolta de colonos. José Honório Rodrigues me fez a honra de concordar comigo. Não era, não podia ser ainda nacionalismo, com todos os elementos que lhe completam o conceito. Mas era, sem dúvida, a presença e a consciência de um antagonismo. E, em face desse antagonismo, a afirmação da preeminência dos interesses da colônia sobre os interesses da Holanda e do próprio Portugal.

Para que fosse possível enfrentar as armas holandesas, tiveram os pernambucanos que somar todos os seus recursos, abandonando casas e famílias, para uma luta que parecia impossível. Mas não foi menor a resistência dos

pernambucanos ao próprio Portugal, numa hora em que os Embaixadores lusos, e até mesmo D. João IV, procuravam comprar a paz com a Holanda pelo preço da entrega de Pernambuco. O "Papel Forte", do Padre Antônio Vieira, aí está, para refletir essa tendência ou essa capitulação. Historiador moderno, como Gonçalves de Melo, chega a falar de "entreguismo" para caracterizar a atitude de Souza Coutinho e do Padre Vieira. E o que mais que tudo exalta a insurreição pernambucana é essa resistência a uma poderosa corrente, que, se não unânime em Portugal, nunca deixou de encontrar a adesão de figuras preeminentes, na direção política da metrópole. Vieira já considerava Pernambuco definitivamente perdido.

Foram os pernambucanos animosos os que se não conformaram e resolveram lutar até o fim, para impedir que houvesse aquele "emblema partido", de que nos falava o jesuíta. Não obstante a solidariedade de uma corrente portuguesa a essa resistência, os insurretos chegaram a ameaçar Portugal com a procura do apoio da Espanha, para a luta contra a Holanda, se Portugal de todo os abandonasse. O que prova que havia já um sentimento brasileiro, distinto da fidelidade a Portugal, pois que não duvidava recorrer à Espanha, para a defesa de seus ideais. Era a fidelidade ao próprio Brasil, como substância de um nacionalismo, que já anunciava, com a antecipação de alguns séculos, a Nação que se ia formar, no continente americano.

A insurreição pernambucana revelava personalidade, espírito de independência, associados a uma vontade inquebrantável. Na formação da nacionalidade brasileira, na criação de uma consciência nacional, a luta contra os holandeses foi um fator de eficácia indiscutível, não apenas pelos efeitos, no assegurar a unidade brasileira, como também na criação do cimento espiritual, com que se foi argamassando a pátria nascente. Ao se criar a Nação Brasileira, não seria possível ignorar que seus alicerces lá haviam ficado nos montes Guaraupes, como a primeira grande decisão do povo brasileiro.

Como se vê, por esse episódio, o nacionalismo, surgindo de um antagonismo, cria a força necessária para a defesa

do interesse de uma nação, ou de um povo, contraposto ao interesse de outras nações ou de outros povos. Por isso Boyd C. Shafer, no livro "Nationalism - Myth and Reality", acentua que "o verdadeiro nacionalista é também *anti* alguma coisa estranha ao seu país". "Foi anti-homem, acreditando apenas em determinados homens. Foi anti-estrangeiro, receando, desestimando ou odiando os homens de outras raças. Foi anti-semítico, desde que os judeus passaram a representar uma tradição internacional. Pode ser anticristão, como os nazistas, uma vez que a Cristandade prega a fraternidade dos homens. Foi anti-socialista, porque o socialismo se fez internacionalismo. Foi antigoverno mundial, quer se tratasse de uma Liga das Nações fraca ou de uma poderosa Federação Mundial. Pode mesmo negar o princípio na nacionalidade e levar uma nação a conquistar outras nações".

A substância do nacionalismo, pois, é uma atitude contra algum objetivo definido. Não por ser oposição sistemática, mas por entender que, no objetivo visado, está um obstáculo ao amplo e completo desenvolvimento nacional.

Todos os povos têm passado por fases diferentes de nacionalismo mais ou menos veemente, mais ou menos agressivo. E quando eles se exacerbam contra o nacionalismo dos outros é que alimentam programas de expansão e vêem no nacionalismo alheio um obstáculo a essa expansão.

O caso dos Estados Unidos é típico. Na sua história encontramos diferentes nacionalismos, refletindo seus problemas, suas dificuldades e suas aspirações. Começou, naturalmente, pelo nacionalismo antibritânico, que foi o mais persistente, o que se traduziu numa política econômica nitidamente protecionista. Mas houve, também, um nacionalismo antiimigração, ora contra correntes imigratórias europeias, ora contra correntes asiáticas, mas inspirado na preocupação de garantir, para o homem nascido nos Estados Unidos, um mercado de trabalho livre da concorrência do braço estrangeiro. O American Party, de meados do século passado, o Ku-Klux-Klan, foram reflexos dessas tendências.

Sem falar de manifestações de nacionalismo cultural, para a defesa dos modismos americanos ou para a afirma-

ção de uma literatura própria, liberta da influência inglesa, que havia levado sua penetração até o ponto de fazer com que um Henry James se naturalizasse inglês. Por isso o historiador do nacionalismo americano, Hans Kohn, observa que até mesmo manifestações de xenofobia ocorreram, o que ele considera natural, tanto quanto o nacionalismo antindianamarquês dos noruegueses.

Oliver Wendell Holmes considerava o ensaio de Emerson, "The American Scholar", como a verdadeira Declaração de Independência dos Estados Unidos. E Tocqueville escrevia que não era possível imaginar ódio mais envenenado do que o que os Americanos sentiam pelos Ingleses. E era ainda ele quem nos dizia que "a América era um país livre, no qual, para não ferir a susceptibilidade de seu povo, o estrangeiro não deve falar livremente nem das pessoas, nem do Estado, nem dos governantes, nem da fazenda pública, nem da vida privada; de nada, enfim, exceto o clima e o sol; e ainda encontraria americanos prontos para defender um e outro, como se fossem realização americana".

No Brasil, a primeira manifestação nacionalista não foi antilusitana: foi anti-holandesa. Como foi antiespanhola nas fronteiras do sul. A idéia de que o holandês era um invasor trazia a consciência do domínio daquele território ou da formação de uma comunidade distinta. Os próprios Conselheiros políticos da Companhia das Índias Ocidentais reconheciam a presença de uma forte aversão dos habitantes, em face dos representantes da Companhia. "Enquanto este país não for povoado pelos holandeses, dizia um deles, enquanto os seus antigos moradores não se mostrarem afeiçoados a nós e dispostos a defender o nosso Estado, o norte do Brasil terá que ser mantido por meio de guarnições militares".

Mas de onde vinha essa aversão? De onde surgiu essa incompatibilidade, que foi a matéria-prima da insurreição? No compromisso de 23 de maio de 1645, consideravam-se os conjurados "em serviço da liberdade". "Empresa da liberdade" – era a denominação dada pelos conjurados ao movimento, em que os seus dirigentes se intitulavam "Go-

vernadores da Liberdade Divina". Que liberdade? A de se livrarem do jugo holandês. A de acabarem com a rapinagem organizada em favor da Companhia das Índias Ocidentais. A de falar o idioma que se falava antes dos holandeses. A de freqüentarem as igrejas católicas, sem restrições e sem inconvenientes de qualquer espécie, a salvo do proselitismo dos pastores protestantes.

Nacionalismo *avant la lettre*, integrado por seus elementos fundamentais: a presença de um antagonismo, a consciência desse antagonismo e uma tomada de posição, para a afirmação desse sentimento ou para o exercício dessa vontade.

O que caracteriza o nacionalismo é que suas posições correspondem a um interesse, a um quadro histórico. Suportada a oposição ou a resistência, nada impede que se volte aos sentimentos anteriores, para fazer justiça aos adversários, reconhecendo, por exemplo, na Holanda um grande país, padrão de civismo e de tenacidade. Porque o nacionalismo, com o ser um antagonismo, não comporta ódios duradouros, ódios que sobrevivam ao próprio antagonismo que os gerou. Nem chega a ser propriamente ódio, quando se atenta que sua substância se compõe de exaltação nacional, de amor à pátria, de obsessão de defesa intrínseca de seus interesses e de suas aspirações. O "anti" passa a ser um corolário, uma consequência, um reflexo: a essência é de afirmações positivas, em prol da pátria a que se pertence.

---

---

# NACIONALISMO ANTI- LUSITANO ANTES DA INDEPENDÊNCIA

---

---

A manifestação inicial do nacionalismo brasileiro foi episodicamente anti-holandesa. Mas sua manifestação natural, orientada para a independência do país, ou fruto de antagonismos persistentes entre os que já se haviam radicalizado na terra e os que ainda representavam interesses da metrópole, era o nacionalismo antilusitano.

Os motivos não seriam sempre os mesmos, mas haveria, entre todos eles, como que um traço de família, uma consciência em formação. Mas da revolta de Beckman, no Maranhão, à revolução pernambucana de 1817, há, sem dúvida, um Brasil ansioso pela realização de seu próprio destino, ainda, talvez, sem uma idéia precisa de todos os aspectos dessa emancipação, mas trabalhando para que ela pudesse surgir um dia, com o prevailecimento do interesse da colônia sobre o interesse da metrópole.

É possível que Beckman, e seus companheiros, não tivessem noção precisa das conseqüências próximas ou remotas dos atos que praticavam, quando depunham o capitão-mor, expulsavam os jesuítas e anulavam o monopólio concedido pela autoridade real. Talvez admitiessem a esperança de uma composição final, em que o rei concordasse com as reivindicações deles e perdoasse os atos de rebeldia. Mas o que tem interesse, para o caso, não é essa esperança, mais ou menos vaga ou inocente, mas a prática

dos atos de rebelião, pois que promanavam da consciência de um antagonismo tão profundo de interesses, que estava a exigir medidas radicais, medidas temerárias.

Craner Briton, no livro "Anatomia das Revoluções", observa muito bem que os "primeiros atos de uma revolução nem sempre são claros para os próprios revolucionários, e a passagem da agitação à ação raramente se faz sentir de maneira súbita e definitiva". Bauer também ensina que os atos de resistência ou de violência, dirigidos contra o poder público, são inumeráveis, mas poucos alcançaram consequências importantes. Quantos reformadores de intenção, exclama Bauer, e que nada reformaram! Muitas tentativas, mais ou menos conscientes, abortaram e não deixaram nenhum traço de sua ocorrência; em compensação, atos que pareciam insignificantes tiveram efeitos e repercussão inesperada. Há um determinismo complexo, para esterilizar, ou para fazer germinar as sementes lançadas ao solo.

Os populares de Paris, quando tomavam a Bastilha, não estavam, possivelmente, a pensar que esse episódio seria o começo de uma série de atos, que iriam até a decapitação de Luís XVI e de Maria Antonieta. Muito menos acreditariam nas consequências universais da queda da Bastilha, no encadeamento dos fatos que a acompanharam. Os colonos americanos que se insurgiram contra o Stamp Act, o Sugar Act e o Tea Act, considerando-se ingleses, não suporiam, também, que estavam marchando, em passo acelerado, para a emancipação do país.

E que foi a Independência dos Estados Unidos, senão uma revolta contra um monopólio, estabelecido em favor da metrópole? Assim como a revolta de Beckman, no Maranhão, fora uma luta contra o estanco, contra a Companhia, a que a Coroa concedera o monopólio do comércio no Maranhão.

João Francisco Lisboa descreve todo o quadro da espoliação, as "fazendas e comestíveis expostos à venda na pior qualidade e até corruptos; e tudo em quantidade insuficiente para abastecimento do mercado, e por preços superiores aos taxados". O preço dos escravos excessivo. A remessa de

mercadorias para o Reino dificultada de toda maneira. O estanco só recebia em pagamento os produtos da terra, cravo, açúcar, couro, cacau e tabaco, obrigando os moradores a vendê-los por preços baixos. "De todos estes abusos, regista o historiador, resultaram prejuízos incalculáveis, e muitos engenhos ficaram completamente arruinados". Quando havia reclamações, o Governador mandava abrir devassa... contra os reclamantes.

A ruína não atingia apenas os lavradores, os donos de engenhos. Alcançava também os mercadores, que não podiam enfrentar a concorrência do estanco. A agricultura sofria duplamente, pela escassez de braços e encarecimento consequente da mão-de-obra e pelos preços excessivos, com que comprava os produtos de que precisava, vendendo a sua produção por preço vil. A exasperação era geral, concluiu João Francisco Lisboa, acrescentando: "Ninguém esperava remédio pelas vias ordinárias".

No fim das contas, Manuel Beckman e Jorge de S. Payo de Carvalho acabaram condenados como inconfidentes. Inconfidentes a Portugal, porque fiéis aos interesses da colônia.

Considerar a revolta de Beckman como "mandrice intelectual e miopia política", na expressão irritada de Capistrano de Abreu, é uma injustiça calamitosa, pois que não leva em conta o grau do desespero, a que havia sido arrastada a colônia maranhense, nem o sacrifício dos chefes da rebelião. *Miopia política* – por que não se detinha diante das escassas probabilidades de êxito do levante? *Mandrice intelectual* – porque, esgotados todos os meios de luta e de resistência pacífica, viu-se forçada a recorrer às armas?

O eminente historiador não realizou, no caso, a operação mental, em que a história se consubstancia: reviver as condições da colônia e colocar-se dentro delas, inconformado e, ao mesmo tempo, desesperado, sem poder suportar a miséria opressora, e também a corrupção, o suborno, a prevaricação, que se coordenavam numa espoliação implacável.

Reagindo contra o estanco lusitano, Beckman se tornou campeão dos interesses da colônia, contra a espoliação da metrópole. Firmara um marco de nacionalismo, num caminho longo e cheio de dificuldades, num caminho em que a "mandrixe intelectual" e a "miopia política" iam ser, também, heroísmo, para a glória da nação que se ia formando.

História longa, em que as sedições se multiplicariam, como as sedições mineiras do século XVIII, como a luta contra os mascates em Pernambuco, como a Inconfidência Mineira, como as revoluções populares anteriores à Independência, como a revolução pernambucana de 1817. Já tive oportunidade de evidenciar que a rebelião de 1710, em Pernambuco, fora uma reação dos agricultores pernambucanos contra os comerciantes reinóis instalados no Recife. A luta entre os dois povoados refletia um antagonismo profundo de interesses econômicos.

Em Minas Gerais, sedições e revoltas se sucederam, numa seqüência impressionante. A sedição de Morro Vermelho, os motins de Pitangui e da Vila do Carmo, a conspiração do rio das Velhas, o levante do rio São Francisco foram elos da mesma cadeia de rebeldia, em que a Inconfidência Mineira surgiria como o episódio capital. Revoltas às vezes vindas do povo, como de Tiradentes. Outras vezes nascidas de planos urdidos pelos potentados, no interesse dos próprios negócios.

Revoltas e sedições robusteciam o sentimento de autonomia dos habitantes da região. Várias vezes se chegou a falar em crime de lesa-majestade. O déficit verificado na arrecadação dos quintos se elevava a uma quantia que o povo não podia pagar. A derrama passou a ser, por isso mesmo, um grito de guerra, uma conclamação para a revolta.

A lista das vítimas ia crescendo, Filipe dos Santos enforcado e esartejado, Pascoal da Silva, e outros, morrendo nos cárceres de Lisboa, os chefes do sertão presos e perseguidos, como Maria da Cruz. Tudo isso revelava a existência de um caldo de cultura, em que se alimentaria a sedição de

1789, animada com o exemplo americano de 1783. A luta porfiada contra o quinto era, também, uma luta contra a exploração econômica do País.

O patíbulo a que arrastaram Tiradentes foi um castigo menos severo do que o opróbrio a que condenaram a sua memória, numa história cortês e antibrasileira, ou, pelo menos, numa história que se não inspirou numa consciência nacional e que pareceu animada de tal horror, ao que chamava demagogo, que nem se detinha diante dos patíbulos, em que muitos desses supostos demagogos demonstraram a sua sinceridade, na defesa de interesses essenciais de seu País ou de seu povo.

Leia-se Varnhagen, a respeito da revolução pernambucana de 1817, que foi uma revolução nativista, uma revolta contra a exploração econômica, resultante da sujeição política. Maler assinalava que "ávidos especuladores monopolizavam os carregamentos que chegavam e os revendiam a retalho ao público, de maneira mais arbitrária". A vinda da Corte portuguesa para o Brasil agravou o problema, com os favores outorgados aos que haviam chegado com o Rei. Todos os interesses locais, todas as aspirações do País sacrificados, em benefício, como dizia Maximiano Lopes Machado, dos deserdícios da Corte e do "bem-estar daqueles aventureiros que, além disso, assaltavam os cofres do Estado, sempre que podiam". Essa exploração do povo está documentada na Proclamação, que os revolucionários pernambucanos fizeram distribuir na Bahia, na esperança de adesões indispensáveis para o êxito do movimento. De adesões que não vieram.

Foi um pouco desse espírito da revolução de 1817 que Muniz Tavares levou à Assembléia Constituinte de 1823, declarando brasileiros os cidadãos portugueses residentes no Brasil "com intenção de permanecerem" e que dessem provas "não equívocas de adesão à sagrada causa da independência e à augusta pessoa de S.M. Imperial". Mas autorizava o governo a fazer retirar imediatamente, para o seu país, aqueles "cuja conduta for suspeita". E, embora franqueando o território brasileiro a todos os imigrantes, excluía a todos, inclusive aos portugueses, de "qualquer lugar de honra, confiança e interesse",

desde que não precedesse carta de naturalização concedida pelo governo, "para o que haverá o mais rigoroso escrúpulo, marcando-se desde já, enquanto não se conclua a Constituição, sete anos de residência não interrompida e posseção de propriedade territorial".

Confrontado esse texto com o que veio a prevalecer na Constituição de 1824, pode-se medir a distância que ia das teses nacionalistas dos revolucionários pernambucanos, representados por Muniz Tavares, para as reivindicações da corrente portuguesa, que concordava com a Independência. A Constituição admitia uma naturalização tácita, pela simples continuação da residência (art. 6 nº 4) e distinguia entre os portugueses e os estrangeiros em geral, exigindo destes uma carta de naturalização, de que eram dispensados "todos os nascidos em Portugal". Muniz Tavares considerava os portugueses tão estrangeiros quanto qualquer outro imigrante.

A revolução pernambucana de 1824 foi uma continuação desse movimento, uma reafirmação dessas tendências antilusitanas. Os pernambucanos desconfiavam da excessiva influência do elemento português junto ao Imperador. A dissolução da Assembléia Constituinte lhes pareceu confirmação dessa desconfiança, que iria até o 7 de abril, forçando a abdicação do Imperador. Joaquim Nabuco denominou "ressentimento nacional" a força motora do 7 de abril, que ele considerava uma repetição do 7 de setembro.

Explosões de nativismo, poderíamos dizer de tudo isso, como das revoltas que agitaram o período da Regência, Sabinadas, Balaiadas, Cabanagem, ou o que quer que fossem. No fundo, insatisfação do elemento nacional, diante da influência portuguesa, já depois da Independência política. A revolta Praieira encerrou o ciclo dos grandes movimentos nesse sentido, como a própria Maioridade havia sido a vitória de uma corrente, que desejava ver no governo do País um Imperador brasileiro. Por isso um repentista baiano, Moniz Barreto, dizia:

"Já rege os fados seu saber profundo  
Tem por monarca um Filho, um Brasileiro,  
Prole de Reis, d'Heróis, Pedro Segundo".

A Praia foi um movimento profundamente nativista, diríamos hoje nacionalista. Bastaria, para essa comprovação, o projeto de lei de Nunes Machado, na Câmara do Império, declarando "privativo do cidadão brasileiro o comércio a retalho". Outro projeto, também dos componentes da Praia, estabelecia que "nenhuma casa de comércio poderia funcionar no Brasil, quando não tivesse, pelo menos, um caixeiro brasileiro". Reivindicações essas de tal modo arraigadas em Pernambuco, e tão generalizadas, que o próprio Partido Conservador se viu obrigado a defendê-las, como Urbano Pessoa testemunha e registra.

# NACIONALISMO ANTI- LÚSITANO NO DOMÍNIO CULTURAL

O nacionalismo antilusitano foi a manifestação mais prolongada do nacionalismo brasileiro. Poder-se-ia datar da quadrinha famosa de Gregório de Matos:

"Que os brasileiros são bestas  
E estarão a trabalhar  
Toda a vida por manterem  
Maganos em Portugal".

Ou em referência à Bahia:

"Senhora Dona Bahia  
Nobre e opulenta cidade,  
Madrasta dos naturais  
E dos estrangeiros madre  
Dizei-me por vida vossa  
Em que fundais o ditame  
De exaltar os que aqui vêm  
E abater os que aqui nascem".

Enquanto isso se passava, os imigrantes enriqueciam rapidamente:

"Vendendo gato por lebre,  
Antes que quatro anos passem  
Já tem tantos mil cruzados  
Conforme afirmam pasguates.  
Entra logo nos pelouros  
E sai do primeiro lance

Vereador da Bahia  
Que é notável dignidade”.

O folclore, de norte a sul, sobretudo na fase da independência, guardou a quadra conhecida, mote obrigatório de arruaças e convocações de luta:

“Marinheiro pé de chumbo,  
Calcanhar de frigideira  
Quem te deu a ousadia  
De casar com brasileira”.

Com a variante local:

“Marinheiro pé de chumbo  
Calcanhar de papelão  
Quem te deu a ousadia  
De casar no Maranhão”.

As diferenciações surgem espontaneamente, sem intenção, sem propósito. Eram antes manifestações, que se infiltravam no estilo da vida e da linguagem do povo, numa época em que o que mais se temia era a “pecha de colonial”, os “erros”, que assustavam o dicionarista Moraes e o levavam a evitar modismos, que andariam associados, não apenas com a idéia de deslize gramatical, como também com a suspeita de sangue africano. Luccock observava que, ainda ao tempo da presença do Príncipe Regente, eram levadas nos teatros do Brasil peças que ridicularizavam as maneiras, vícios, dialetos e outras particularidades da colônia: Como hoje se mete à bulha a pronúncia caipira ou os modismos nordestinos.

O movimento indianista antecedeu ao próprio movimento de emancipação. O “Uruguai” era de 1769, embora se pudesse enxergar, na atitude de Basílio da Gama, menos a idéia de exaltar um grupo étnico do Brasil, do que a de censura aos jesuítas, para agradar ao Marquês de Pombal. O “Caramuru”, de 1781, representaria uma tendência mais autêntica e já poderia servir de exemplo à tese de Capistrano de Abreu, quando escrevia que “o indianismo é um dos primeiros pródromos visíveis do movimento, que culminou na independência: o sentimento de superioridade a Portu-

gal. Efetivamente, era necessária grave mudança nas condições da sociedade, para que a inspiração se voltasse para as florestas e incólas primitivos, que até então evitara, mudança tanto mais grave quanto o indianismo foi muito geral, para surgir de causas puramente individuais”.

Na América Espanhola, o indianismo apareceu com essas mesmas características, apontadas por Capistrano de Abreu. Na exaltação dos heróis incaicos, perguntava o poeta Olmedo:

“guerra al usurpador! Qué te debemos?”

Os tipos dos romances de José de Alencar, observa Maria José Queiroz, “servem à lusofobia reinante. Compensam o sentimento de inferioridade experimentado pelo brasileiro diante do português”. Aliás, esse sentimento de superioridade brasileira se infiltrou de tal forma no movimento da independência, que até mesmo o admitiu o Príncipe Regente, em carta ao pai, datada de 19 de junho de 1822, quando reconhecia que “Portugal é hoje em dia um estado de quarta ordem e necessitado, por consequência dependente; o Brasil é de primeira e independente, aqui que a união sempre é procurada pelos necessitados e dependentes; ergo a união dos dois hemisférios deve ser (para poder durar) de Portugal com o Brasil e não deste com aquele, que é necessitado e dependente. Uma vez que o Brasil todo está persuadido desta verdade eterna, a separação do Brasil é inevitável, a Portugal não buscar todos os meios de conciliar com ele por todas as formas”.

Não se deve estranhar, nessa vinculação entre o indianismo e o movimento de independência, que Gonçalves de Magalhães procurasse fixar a sua posição num poema, “Os Tamoios”, exaltando a tribo que, de maneira mais aguerriada, havia hostilizado os portugueses. O rótulo fora utilizado pelo grupo dos Andradas, quando atuaram, com Vasconcelos Drummond, na imprensa periódica do Rio de Janeiro, combatendo a influência do grupo português junto a D. Pedro. Essa necessidade de agressão se manifesta, de alguma forma, na escolha do assunto para a peça, que iria inaugurar o teatro romântico. Nascido no Brasil e executado em

Portugal pela Inquisição, Antônio José, o Judeu, passava a ser, no país em que havia nascido, artigo de libelo contra os portugueses.

O romantismo surgiu, no Brasil, como em diversos outros países, como uma espécie de declaração de nossa independência literária, não somente abandonando os modelos lusos pelos franceses, como na escolha de temas, que pudessem significar ou traduzir a personalidade do Brasil. Até mesmo Sílvio Romero, que não morria de amores pelo romantismo, reconhecia que o famoso triunvirato português, Garrett, Herculano e Castilho, havia tido, no Brasil, admiradores, não imitadores. "Isto é significativo", anotava Sílvio Romero.

Embora fizesse reparos a essa separação, que lhe não parecia completa e indiscutível, o certo é que, a partir de 1822, fomos procurar, na França, as receitas literárias, que nos libertassem da farmacopéia lusa. Os escritores e poetas franceses passaram a exercer uma influência que nunca haviam tido. Cessara, por assim dizer, o monopólio português.

Não se demorou em sair dessa imitação francesa para as demonstrações acintosas ou ostensivas de libertação, com a linguagem de José de Alencar, por exemplo, e o prestígio crescente dos modismos brasileiros. Analisei esse problema, no livro "A Língua Brasileira e a Unidade do Brasil" (Edição José Olímpio), embora convencido, como ainda estou, de que a língua portuguesa continua a ser o idioma de todo o Brasil, sobrepondo-se à força desagregadora dos dialetos regionais.

Persistimos, no correr do século, atentos ao figurino francês. Fomos românticos, condoreiros, parnasianos, simbolistas, sempre por inspiração francesa, mesmo quando interferia alguma influência portuguesa, Camilo, Eça, Antero, Eugênio de Castro, Antônio Nobre e outros. Mesmo o modernismo não se desinteressou de todo dos modelos estrangeiros. Os títulos adotados - *Clã do Jaboti*, *Verde-Amarelo*, *Pau Brasil*, *Antropofagia* - refletiam a ânsia de libertação ou de afirmação nacional. E nem sempre a influên-

cia estrangeira afastava peculiaridades que traduziam a presença na nacionalidade, sua força, suas tendências, suas aspirações. Não queremos ser satélites de ninguém, em qualquer domínio que seja. Procuramos ser Brasil, e nada mais.

Ao lado desse esforço, o trabalho obstinado na exaltação do País, de seus feitos, de sua grandeza, de seu porvir. "Porque me ufano de meu país", de Afonso Celso, refletia tendências mais saudáveis do que os livros de pessimismo, nos quais a crítica ou a censura mal disfarçava um julgamento estrangeiro, o Brasil visto de fora, com os preconceitos e as idéias que não nos pertenciam.

O grande pensador desse movimento de exaltação nacional é Alberto Torres, tanto em "A Organização Nacional", como nas páginas vigorosas de "O Problema Nacional Brasileiro", ambos de 1914. O Alberto Torres de que nos falamos Sabóia Lima, Alcides Gentil e Cândido Mota Filho. O Alberto Torres nacionalista convicto, o fervoroso.

"O brasileiro, dizia Alberto Torres, é o estrangeiro de sua terra". "Meus estudos sobre o nacionalismo, escrevia ele em "A Organização Nacional", não tiveram a felicidade de ser compreendidos por muita gente - o que não é de surpreender, dado o estado de espírito do nosso povo, sujeito, em sua paixão estática por imagens, e em sua crise de indolência mental, a confundir as coisas mais claras e admitir as maiores extravagâncias. Tomou-se por agressão ao estrangeiro o que não era senão quase tardia advertência da progressiva ruína e eliminação do nacional na luta econômica dentro do País, e justa demonstração da necessidade de tonificar as nossas energias e o nosso espírito de cooperação social: política urgente, para minorar os males de hoje, e para preparar gerações de homens capazes de servir ao País, entregue ao fortuito dos impulsos pessoais e das tendências de cada geração, sem nexos coletivos e sem orientação social. Cumpre reagir, por outro lado, contra a quase inteira alienação do nosso patrimônio industrial e de nossos principais instrumentos de comércio e de viação. Seja qual for a importância das empresas estrangeiras, que se estão estabelecendo no Bra-

sil, é inegável que se está operando um movimento de apropriação de indústrias nacionais por capitalistas europeus e americanos e que este movimento não vem senão avolumar o flagrante de nossa renúncia à direção de nossa vida econômica, manifesta na antiqüíssima ocupação, por estrangeiros, das primeiras posições na indústria e no comércio – abandono que se prolongará para o futuro com os próprios descendentes das novas raças, destinadas, segundo a espúria aspiração de alguns, a substituir as nossas, porque a realidade, provada pela experiência, é que todas as raças degeneraram, quando não recebem educação para o trabalho e não encontram meio propício à conservação e à prosperidade.”

Palavras de 1914 e que parecem de hoje! Palavras proféticas, inspiradas, orientadoras, palavras que reduzem a pó os escritos do entreguismo. Mas em “O Problema Nacional Brasileiro”, Alberto Torres é ainda mais categórico e mais incisivo. “Nação ou Colônia?” – é o título de seu artigo de 1912, no “Jornal do Commercio”. “Nacionalismo” – denomina-se o segundo artigo, com que se revela a firmeza de sua atitude, a extensão de suas preocupações e de suas apreensões. Recordava ele Woodrow Wilson, que registrava que os Estados da América do Sul o que desejavam era “emancipar-se da subordinação, que foi inevitável, a empresas estrangeiras”. “Não tenho senão motivos para me congratular com a perspectiva de que consigam levar a efeito essa emancipação, e considero meu dever ser o primeiro a tomar lugar entre os que os auxiliem a levá-la a termo”, concluiu Wilson. E Alberto Torres registrava ainda a opinião de um político americano, o popular William Jennings Bryan, reconhecendo que “o capitalista estrangeiro foi muitas vezes um elemento perturbador na América Latina”.

No termo de suas considerações, Alberto Torres observava que havia brasileiros que, “iludidos por uma falsa compreensão dos nossos interesses, aceitaram posição na gestão de empresas estrangeiras; deixemos-lhe a liberdade de resolver seus problemas pessoais; mas, despersonalizando a questão, não hesitemos um momento em tornar bem

claro, neste transe da nossa História, que as classes dirigentes do nosso país não se dispõem a aceitar o papel de prepostos das companhias de exploração comercial de sua terra”. Porque, explicará ele, nosso “nacionalismo não é uma aspiração sentimental, nem um programa doutrinário, que pressuponha um colorido mais forte do sentimento ou do conceito patriótico. É um simples movimento de restauração conservadora e reorganizadora. E, em torno deste objetivo moral e político, deve concentrar-se, não mais a atenção, nem o espírito dos que respondem pela sorte do Brasil, mas a sua atividade, para que não esteja longe a alvorada, em que nos sintamos de posse da direção de nossos destinos”.

Quem poderia encontrar palavras mais altas?

---

---

# NACIONALISMO ANTI- LUSITANO NO DOMÍNIO POLÍTICO

---

---

Com a morte de Pedro I e a queda dos grupos reacionários remanescentes, e o desengano total de todas as preocupações restauradoras, o certo é que nem assim desapareceu de todo o nacionalismo antilusitano, mantido e mobilizado por uma série de fatores, em que não podemos deixar de encontrar os de natureza econômica. Crises agudas continuaram a aparecer, sobretudo em dois pontos do País, em que parece haver sido maior a influência lusitana: o Rio de Janeiro e Pernambuco.

Em Pernambuco, a luta contra Pedro I e a Confederação do Equador refletiam esse desentendimento profundo, manifestado por meio de agitadores influentes, alguns estranhos à terra, mas todos eles falando em nome de poderosas correntes populares. Cipriano Barata, Borges da Fonseca, Afonso de Albuquerque Melo mantêm-se, por longos anos, nessa perigosa trincheira nativista, em que também se situaram o órgão praieiro, o "Diário Novo" e o movimento de que fazia parte o General das Massas, o famoso Abreu e Lima.

A agitação pernambucana de 1848 não desprezou as reivindicações nativistas, como se pode ver pela representação popular, assinada na livraria de Luís Roma e entregue à Assembléa Provincial, a 27 de junho daquele ano. Dizia-se, nessa representação, que "toda a indústria, todo o

trabalho nos é vedado, porque os portugueses, protegidos por circunstâncias, que lhes são favoráveis, como a mesma língua, a mesma religião e quase que os mesmos costumes, se têm introduzido entre o povo e apoderado do pequeno comércio, da indústria artística e de todos os ramos principais da vida doméstica. Um português sapateiro, por exemplo, ou chama para a sua loja os seus patrícios, ou compra escravos e os aplica a esse ofício, excluindo de parte os filhos do país, que queiram aprender o mesmo ofício ou que já o tenham aprendido". "Queremos, concluía a representação, que o comércio a retalho, que a pequena indústria, seja privativa dos filhos do país e dos cidadãos naturalizados, no gozo de seus direitos políticos".

Comungando com esses ideais, a Assembléia Provincial elaborava uma representação à Câmara da Corte, na qual, entre outras medidas, pleiteava que "se proteja o nosso comércio a retalho, proibindo-se que nas casas em que ele se faz se admitam caixeiros estrangeiros e prefixando-se o número desses, que poderão ter as casas de grosso trato; que se proteja a indústria fabril do País, que sem auxílio poderoso jamais pode progredir, concedendo-se vantagens que animem os empreendedores e algumas regalias aos artistas".

Mais radical que o "Diário Novo", dos Praieiros, era "A Voz do Brasil", de Inácio Bento de Loiola. Figura interessante a desse jornalista, que tanto se destacou na imprensa pernambucana do século passado e do qual não se fala mais, como se estivesse enterrado sob os julgamentos de Alfredo de Carvalho.

Loiola começara em 1847, com "A Voz do Brasil", e durante mais de vinte anos se manteve na estacada, através de diversos periódicos, alguns efêmeros, como "O Fiscal", "O Galego", "O Conciliador", "A Fada", "A Caipora de Pernambuco", "O Raio" e o segundo "A Voz do Brasil", com o qual encerrou sua carreira de jornalista. Outros periódicos mais duradouros, como "O Eco Pernambuco", o "Jornal do Commercio" e "A Ordem". Loiola tirou mais de 1.500 números de diferentes periódicos, nesses tempos de jornalismo

difícil, sobretudo para quem quisesse defender as idéias, a que todos esses jornais se dedicaram.

No artigo de abertura de "A Voz do Brasil", a 27 de outubro de 1847, o autor do editorial de apresentação lamentava que os jornais se limitassem ao debate de questões secundárias. E observava que "com efeito, 26 anos passados depois de nossa independência, e durante este período, só o estrangeiro tem lucrado, só ele se tem aproveitado de nossos recursos, ao mesmo tempo que o nosso povo cada dia se vê mais miserável, mais insultado, mais exposto ao escárnio e à irrisão. Olhai para a Capital do Império e para as mais cidades marítimas do País; contemplai essa aluvião de estrangeiros, que nelas se acham estabelecidos; vede a influência que eles exercem até mesmo em nossas dissensões políticas; atendei ao monopólio comercial por eles estabelecido, em detrimento do comércio nacional; finalmente, considerai a insolência com que esses hóspedes prejudiciais tratam ao nosso povo, e conhecereis a miséria de nossa situação".

Loiola assinalava ainda a especulação e a exploração desse comércio na venda de carne-seca, embora se tratasse de produção nacional. Destacava a influência perniciosa dos açougues, que os portugueses controlavam. Lembrava a prosperidade das lojas em geral, exploradas por portugueses. "As traficâncias e monopólios dos portugueses no comércio do açúcar", era o título e objeto de um dos artigos de "A Voz do Brasil". E em todos os casos era sempre a mesma coisa, na venda de escravos como no comércio da aguardente, dos cocos, das cordas, dos couros e "tudo o mais, que podem pilhar". De Portugal mandavam ao Brasil alfaiates, sapateiros, carpinteiros, marceneiros, ferreiros, funileiros, latoeiros, ourives, serralheiros, carneiros, oleiros, pedreiros, tamanqueiros; armadores, tanoeiros, canoeiros, serradores e, acrescentava o jornal, roubadores etc. etc.

Não menos de seis mil casas de comércio a retalho se encontravam então em Pernambuco, "e todas elas de estrangeiros, assim lojistas, quitandeiros, taberneiros, armazeneiros, trapicheiros, açucareiros, padeiros, casas de roupa

feita, de calçados, fumileiros, tanoeiros, etc., tudo estrangeiro". Cada uma dessas casas tinha 3 a 4 caixeiros, "todos portugueses"; calculemos, porém, dois e teremos 12.000 caixeiros, com 6.000 patrões, 18.000 portugueses, que nos excluem do comércio. Os fundos com que eles comerciam são nominais, que eles todas as compras fazem aos negociantes de grosso trato a prazo. Se, pois, esse direito fosse extensivo aos brasileiros, não estariam acomodados 18.000 pernambucanos? Ainda não é tudo: todas as repartições públicas do Império e, principalmente, na Corte, estão cheias de empregados estrangeiros.

Dominavam também a Igreja, através das Irmandades. Monopolizavam o comércio da carne-seca, do bacalhau, da farinha, da carne verde, do leite. "Para qualquer parte que procuremos os meios de subsistência, continuava o jornal, encontramos esses inimigos, guerreando-nos desapidadamente, auxiliados por degenerados brasileiros". "A Voz do Brasil" achava que nenhum partido se interessava pela sorte dos brasileiros. E mostrava que, na própria Igreja, era português o Bispo diocesano, assim como o Vice-Reitor do Seminário, o porteiro, o refeitoreiro, o capelão da Glória, o vigário encomendado da freguesia do Cabo, assim como seu coadjutor. Na Rua da Praia, só no comércio da carne-seca, havia mais de 120 portugueses e apenas 3 brasileiros.

Idéias e atitudes não generalizadas, que até mesmo uma folha de políticos ligados ao Partido Conservador, "A União", de 1848, defendia a nacionalização do comércio a retalho, reivindicando a autoria do projeto para o órgão conservador, o "Lidador", "quando ainda dele não se lembrava o indefectível, nem o "Diário Novo".

Daí os ressentimentos, que vez por outra levavam os brasileiros à agressão de portugueses, como se verificou nos pródromos da revolução de 1848. E não era apenas Bento de Lóiola que se batia pela causa nacionalista ou contra os portugueses. Nas fileiras jornalísticas militavam, nessa causa, Antônio Borges da Fonseca, Romualdo Alves de Oliveira, o grupo fulgurante do "Diário Novo", os "pioneiros da República", como Afonso de Albuquerque Melo. Um jornal de

1850 trazia, acima do título, a inscrição - "O Brasil não é dos Brasileiros", acompanhada da resposta necessária: "O Brasil deve ser dos Brasileiros" (A Revolução de Novembro). "O Galego", de 1849, tirava suas edições, alternadamente, em papel verde e em papel amarelo, formulando ataques brutais contra Portugal e os portugueses. "O Povo", de 1855, declarava que contra "marinheiro publicava tudo".

Por volta de 1870 recrudescer o movimento nacionalista na imprensa pernambucana. São figuras centrais, dessa nova fase, Romualdo Alves de Oliveira, João Cândio Gomes da Silva e João Ciriaco da Rocha Lobo, não esquecendo o panfletário José Soares Pinto Correia, autor de "Os Farpões", que tanta celeuma provocaram, no episódio de que Paulo Cavalcânti nos deu relato minucioso em "Eça de Queiroz - Agitador no Brasil".

João Ciriaco da Rocha Lobo era o editor da série dos "Linguarudos", que circular de 1875 a 1879, sob diversos títulos, "O Linguarudo", "A Mãe do Linguarudo", "A Marquesa do Linguarudo", "A Duquesa do Linguarudo", "A Princesa do Linguarudo", ajudadas, de certo modo, pelo periódico "Diabo a Quatro", que circulou de 1875 a 1879, com uma redação de escol. Mas o órgão mais influente e mais importante dessa fase, na luta nacionalista, foi "O Comércio a Retalho", de Romualdo Alves de Oliveira, iniciado em 1873 e que circulou, segundo Paulo Cavalcânti, até 1875, possuindo tipografia própria, em que foram impressos os diferentes "Linguarudos".

Foi nessa atmosfera de animosidade contra o lusitano que tomou vulto a polémica contra "As Farpas" e que deu motivo a manifestações de hostilidade, a agressões contra comerciantes portugueses, a um recrudescimento do tradicional "mata marinheiro", com tal intensidade, que não foi possível comemorar, naquele ano, o aniversário da Independência, para atalhar conflitos que pareciam inevitáveis.

Em abaixo-assinado enviado à Assembléia Provincial, em 25 de abril d 1875, Romualdo Alves de Oliveira calculava que havia, na Província, mais de 10.000 casas de comércio a

retalho em mãos de estrangeiros, sendo que, no Recife, o número ia além de 4.000. Os portugueses representavam, nesses algarismos, a parcela mais avultada. A nacionalização do comércio era um dos objetivos do periódico, contra o que se manifestava, em Lisboa, a gazeta "Brasil", que via nesse programa uma simples manifestação de xenofobia.

Conta Paulo Cavalcânti "que a campanha em favor da nacionalização do comércio foi vivida ardentemente pela imprensa do Recife, nessa época. Em setembro de 1873, fundou-se, na capital, a "Sociedade Auxiliadora da Nacionalização do Comércio", de cuja primeira reunião, no palácio do Caes de Ramos, participaram mais de 300 pessoas". Romualdo Alves de Oliveira e João Cândio Gomes da Silva, redatores de "O Comércio e Retalho", dirigiram-se, nessa época, à Assembléa Provincial e à Câmara Municipal do Recife, defendendo a nacionalização do comércio a retalho, fundada na necessidade de opor ao sentimento gregário dos portugueses, na proteção aos seus patrícos, a união dos brasileiros que, sujeitos ao imposto do sangue, viam reduzidas ou cerceadas suas oportunidades no País, pela maneira como procediam colônias estrangeiras, no território do Brasil. Citavam os autores do memorial as posturas da Câmara Municipal de Lisboa, em defesa de seus patrícos, no exercício de atividades comerciais. "O Linguarudo" chegava a perguntar, à vista da influência dos elementos portugueses no Brasil: "O Governo é nacional ou português?"

Na Bahia, no Pará, houve também uma agitação permanente, de fundo nacionalista, combatendo a excessiva influência da colônia portuguesa. Mas onde essa reação se fez sentir, de maneira mais duradoura e mais veemente, foi mesmo no Rio de Janeiro. O "mata marinho" fora frequente, na fase que antecedeu ao 7 de abril ou logo depois dele. A discussão do Tratado de 29 de agosto de 1825, em que Portugal reconhecia a independência do Brasil, deu margem à formação de um ambiente apaixonado, em que encontrou imensa receptividade e ressonância o famoso opúsculo de Pierre Chapuis: "Reflexões sobre a carta de lei de Sua Majestade Fidelíssima o Sr. D. João VI" - no qual se susten-

tava a tese de que as cláusulas do Tratado podiam pôr em risco a própria independência nacional, abrindo margem à recolonização do País. Em torno dessa questão tomaram partido os jornais da época, enquanto Pedro I batizava como "anarquistas" os que duvidavam de sua lealdade à causa da emancipação brasileira. Pierre Chapuis editou, nessa mesma fase, o "Verdeiro Liberal", que durou alguns meses, até a prisão e deportação de seu redator. "A Atalaia da Liberdade" era outro órgão veemente, numa campanha em que a "Astréa" se destacava como um companheiro eficiente e valoroso.

O episódio dos emigrantes portugueses na Inglaterra, fugidos ao absolutismo de D. Miguel, trouxe para Pedro I a necessidade de uma nova intervenção em negócios que os brasileiros consideravam de todo o ponto estranhos aos interesses de nosso País, o que dava margem a novos debates e a uma oposição apaixonada. Evaristo da Veiga tomou parte nessas campanhas, com a sua "Aurora Fluminense". O uso do tope nacional se generalizou nessa ocasião, como um toque de reunir, provocando conflitos, ao mesmo tempo que patenteava a extensão e a força adquirida pela corrente nacionalista.

Os acontecimentos de 13 e 14 de março de 1831, por ocasião do regresso do Imperador, que fora a Minas, comovaram e agitaram a todo o País, que via na insolência das provocações portuguesas um reflexo da presença de Pedro I no governo do País. Por isso a Proclamação do Governo, instituído depois da abdicação, acentuava: "Brasileiros! Já não devemos corar deste nome; a Independência da nossa Pátria, as suas leis, vão ser, desde este dia, uma realidade".

O que não impedia que o conflito continuasse, em torno de preocupações restauradoras, que levavam um deputado pernambucano, Henrique de Rezende, a propor que se proibisse ao ex-Imperador a sua entrada e presença em território brasileiro, sob pena de ser tido como inimigo e agressor, projeto que não chegou a ser aceito na ocasião, mas que de certo correspondia a um estado de opinião largamente difundido. As manifestações populares contra a

Sociedade Militar, instalada na Rua do Ouvidor, a 5 e 6 de dezembro de 1833, obedeciam ao "slogan": "Nada temos com os Estrangeiros!" O "Diário do Rio" via suas oficinas depreadas.

A morte de Pedro I, em 1834, e a Maioridade, em 1840, deslocaram as campanhas nacionalistas do terreno propriamente político para o literário, o jornalístico, o social e o econômico, sem embargo de reivindicações, da nacionalização do comércio, que Nunes Machado defendia, na Câmara do Império, com o apoio dos deputados da Praia e o combate iritado de Gomes dos Santos, Tobias do Rego Monteiro, Sales Torres Homem e Souza Franco.

Mesmo depois dessa fase, vez por outra repontavam os sentimentos antilusitanos, na imprensa do Rio. Mas o período culminante viria no tempo de Floriano Peixoto, quando a burguesia urbana, na interpretação de Néilson Werneck Sodré, foi mobilizada contra a chamada aristocracia rural. Alegava-se que a colônia portuguesa havia financiado os revoltosos da Esquadra. E mais importante que tudo foi a circunstância de se acolherem em navios de guerra de Portugal, surtos na baía da Guanabara, algumas centenas de comandados de Saldanha da Gama, quando a resistência se tornara impossível. Floriano exigia a entrega dos revoltosos, contestando, no caso, a legitimidade do direito de asilo. Os oficiais portugueses, sobretudo o comandante da corveta "Mindelo", Augusto de Castilho, achavam que tinham impedido o êxito da revolta, quando se opuseram ao bombardeio da cidade pela esquadra sublevada, e que não seria humano entregar ao castigo os oficiais e praças, que haviam procurado a proteção da bandeira portuguesa. O livro de Joaquim Nabuco e a análise mais recente de Sérgio de Macedo justificam a atitude dos portugueses, que foram apoiados pela esquadra e pelo governo da Inglaterra.

Mas Floriano soube tirar partido da situação, para estimular uma hostilidade que assinala uma das fases culminantes do nacionalismo antilusitano em nosso País. Foi nesse momento que começou a circular, na Capital da República, o jornal "O Jacobino", de Deodéciano Mártir, e em seguida

"O Nacional", de Anibal Mascarenhas. Luiz Edmundo nos fala de episódios dessa luta apaixonada, registrando cenas de rua, agressões contra portugueses, assaltos e depreações de lojas lusitanas.

A linguagem de "O Jacobino" era de extermínio, com uma violência brutal, anedotas e episódios aviltantes. Já no artigo de apresentação, "O Jacobino" declarava, peremptório: "Combatemos e odiamos o elemento português, que é o que nos corrumpo e ceifa a existência, monopolizando tudo e sacrificando nossa população". Queria a exclusividade de do comércio a retalho para os brasileiros, a nacionalização do solo, a proteção dos operários brasileiros, e a proibição de nomeação de portugueses para cargos da administração pública. Queria o combate a todos os monopólios e contra os abusos dos aluguéis.

O jacobinismo passou a indicar um amor ardente ao País, o combate aos estrangeiros em geral, em tudo que pudesse concorrer para a preservação e a garantia da independência nacional. Chegava-se a aconselhar a exportação dos bens dos portugueses. Floriano, de seu lado, oferecia cobertura a essas tendências, quando, consultado a respeito do desembarque de pequenos contingentes dos navios estrangeiros, fundeados na Guanabara, para a proteção de suas respectivas colônias, replicava, peremptório e decidido, que os receberia a bala.

As folhas nacionalistas proliferavam em todo o País. Notava-se o aparecimento de "A Bomba", "O Atleta" e "O Combate", em Belém do Pará; de "A Gazetinha", de Porto Alegre, de "O Nativista", de S. Paulo. Antes de "O Jacobino", Deodéciano Mártir editara "A Luta", "O Clarim", "O Povo", tendo colaborado em jornais simpáticos à causa nativista, como "O Tempo" e o "Correio do Povo", do Rio. Henrique Blatter fundara, no Rio, "O Século", para uma curta duração. "O Jacobino" circulara de 1894 a 1897, sem regularidade na publicação.

"O Nacional", de Anibal Mascarenhas, incluía, entre os seus redatores e colaboradores, Artur Itibirano, Henrique

Câncio, Júlio da Silveira Lobo, Lindolfo Azevedo, Everardo Backeuser e outros. Não era nem tão radical, nem tão violento quanto "O Jacobino". Mas tomava partido contra a grande naturalização, queria igualmente combater os velhos monopólios coloniais, propugnava pela proteção da indústria nacional, sustentava a "nacionalização gradual" do comércio, da indústria e da propriedade por meios indiretos. Defendia, também, a nacionalização dos seguros. Sua linguagem era mais polida, embora não fugisse a arremetidas violentas, vez por outra, ou a atitudes, que levavam as autoridades a suspender a publicação do jornal, na fase de Prudente de Moraes. "O Nacional" moveu campanha veementemente contra o reatamento das relações com Portugal, cortadas no tempo de Floriano. Hostilizou vivamente a vinda de Tomaz Ribeiro para a representação de Portugal. Entre os seus ídolos figurava Raul Pompéia, que havia sido, aliás, "agitador" (esse o título do cargo) no Clube dos Jacobinos do Rio de Janeiro. "O Nacional" teve vida mais curta que "O Jacobino". Não passou de 1896.

Ainda por esse tempo fundava-se, no Rio, o Partido Republicano Nacional, dirigido por uma comissão, de que faziam parte Aníbal Mascarenhas, Martiniano Brandão, Júlio da Silveira Lobo, Carlos Costa e Lindolfo Azevedo. Esse partido chegou a apresentar candidatos ao pleito municipal de 1896, mas, ao que parece, sem qualquer êxito.

Foi esse Partido reorganizado em 1901, reeditado o Manifesto de 12 de fevereiro de 1896, e reaparecia como seu órgão "O Nacional", desta vez sob a direção do então deputado pelo Rio Grande do Sul, Alexandre José Barbosa Lima. Tinha como idéia básica o combate ao monopólio de fato que os portugueses exerciam no comércio do País, sobretudo no carioca, "o mais odioso monopólio, o monopólio da profissão", observava Barbosa Lima, no artigo de apresentação do jornal.

Não era jacobino, nem exclusivista. Mas era solidário com o nacionalismo onde quer que ele se apresentasse, com os boxers da China, os bôers da África do Sul, os tagalos das Filipinas. Adotava, por isso, uma atitude nítida, num momen-

to em que se discutia a opção entre o nacionalismo e o cosmopolitismo. "Somos contra as tendências cosmopolitas, que vão substituindo uma política vigorosamente nacional pela subserviência ao capital e aos aplausos da City e dos boulevards. Não podemos confundir a fraternidade internacional com a agressiva negação das tradições e tendências indígenas até diluir-se a Pátria num vasto acampamento das sobras de todas as nacionalidades corroidas pelo pauperismo e pelo anarquismo".

O Partido Republicano Nacional se reorganizava sob a presidência de Barbosa Lima, tendo como Vice-Presidente o Senador João Cordeiro e contava, ainda, com o Almirante Jerônimo Gonçalves, Fábio Luz, Monteiro Lopes, Manuel Moreira da Silva, Avelar Brandão, Capitão-de-Mar-e-Guerra José Francisco da Conceição, Coronel J. Peixoto da Fonseca Guimarães.

O que se destaca, nessa segunda fase de "O Nacional", são os excelentes artigos doutrinários de seu diretor, o Deputado Barbosa Lima, entre os quais "Nacionalismo e Socialismo", "Nacionalismo e Militarismo". O periódico não foi além de uns trinta e poucos números, durante o ano de 1901. "O Século", de Brício Filho, surgiria alguns anos depois, para uma duração mais prolongada, recordando sempre a fase florianista, a que o seu diretor pertencera, como um dos voluntários do batalhão "Tiradentes".

Diversos nomes vão aparecendo, na representação dessa corrente antilusitana, como Álvaro Bomilcar, Frederico Vilar, Afonso Celso. Jackson de Figueiredo publicava, em 1921, um opúsculo intitulado "Do Nacionalismo na Hora Presente", edição da Livraria Católica, citando como companheiros de luta Álvaro Bomilcar, Arnaldo Damasceno Vieira, Holanda Cunha, Leôncio Mousinho, Trajano Costa, Domingos de Castro Lopes, padre Antônio Carmelo, Enéas Lintz, Camilo Paoliello, Alberto Deodato, Afonso Rozendo e outros. Jackson de Figueiredo repetia uma afirmação de José Vieira, numa revista de sentido nacionalista, o "Gil Blás": "Os que não fizeram nacionalismo contra os portugueses, estarão fazendo contra os brasileiros".

Sem falar na campanha ardorosa de Antônio Torres, com "As Razões da Inconfidência", publicadas em 1925, como um verdadeiro libelo contra a colônia portuguesa, ou o que ele próprio denominava "o cancro português".

O movimento veio de longe e não desapareceu de todo em nossos tempos. Vez por outra eleva-se ainda uma voz irritada, repetindo os velhos argumentos e defendendo as antigas posições. As razões de ordem econômica, se não desapareceram de todo, já não têm o mesmo relevo. A influência da colônia portuguesa se enfraqueceu consideravelmente. Fora de uma ou outra atitude de ciúme, ou de prevenção, há pouco o que alegar, em face de um País, que vive mais das suas gloriosas tradições que das afirmações ou força de seu presente. Mesmo quando o povo brasileiro se solidariza hoje com Angola, ou as colônias africanas de Portugal, não nos move nenhum ressentimento contra o povo português, nenhum propósito de hostilidade. Apenas procuramos ser coerentes com o nosso passado de colônia, reconhecendo aos outros o mesmo direito de que nos valemos, o direito de ser uma nação livre e independente, o direito de todas as colônias à independência e à autodeterminação.

E são essas mesmas razões que nos fazem compreender, e aplaudir, os que desfraldaram bandeiras de nacionalismo antilusitano em face de outra realidade, em que se podia ter o receio, a que Jackson de Figueiredo se reportava, de que estivéssemos fazendo nacionalismo contra o Brasil.

---

---

## NACIONALISMO ANTIBRITÂNICO

---

---

A presença de um antagonismo entre os interesses britânicos e os brasileiros, a consciência desse antagonismo e uma tomada de posição, como resistência ou manifestação de ressentimento, e aspiração de independência, são fatos que vêm desde a Emancipação, e só vieram a perder relevo no período da Primeira Guerra Mundial, com a influência crescente dos Estados Unidos da América. O Tratado de 19 de fevereiro de 1810 entregava à Inglaterra, em prejuízo de Portugal, o privilégio do comércio exterior do Brasil. Exigia-se, também, o compromisso da extinção gradual do tráfico de escravos.

Embora negociado pelo governo de D. João, com a presença do futuro Conde de Linhares, os homens públicos brasileiros nunca tiveram entusiasmo pelas cláusulas dos Tratados de 1810, em relação à proibição do tráfico de africanos, às taxas aduaneiras estabelecidas e ao foro admitido para o julgamento das reclamações. Mesmo antes da assinatura dos Tratados, Hipólito da Costa prevenia os brasileiros contra as negociações, argumentando com a experiência e a preparação dos negociadores ingleses, com a eficiência da organização dos comerciantes londrinos, enquanto do outro lado não havia senão negligência, despreocupação e desconhecimento dos problemas a encarar e a resolver.

Assinados os Tratados, o "Correio Brasileiro" se demonstrava na crítica minuciosa de suas cláusulas, consideradas

pelo jornalista brasileiro como indefensável capitulação, pois que fundadas numa reciprocidade burlesca, que era uma faculdade que a Inglaterra poderia usar largamente, e, para os brasileiros, não passava de uma ilusão, pois que lhes faltavam condições para exigir ou para conseguir que se tornassem realidade. Hipólito entendia que a reciprocidade, para ser equitativa, deveria ser proporcional aos recursos e força dos contratantes. E o tratado permitia a exportação de manufaturas inglesas para o Brasil, que não poderia obrigar a Inglaterra a receber os produtos do Brasil, pois que a Grã-Bretanha disporia de outros centros de abastecimento, diretamente vinculados ao sistema colonial britânico. A tarifa protetora dos artigos manufaturados ingleses constituía um verdadeiro monopólio a favor da Inglaterra, sem que se proporcionasse ao Brasil nenhum monopólio equivalente. E os Tratados ainda estabeleciam que haveria um juiz conservador, nomeado pela Inglaterra, para o julgamento dos litígios anglo-portugueses, ao passo que os portugueses (ou brasileiros) ficavam sujeitos à justiça britânica, com os mesmos direitos e restrições que correspondessem aos estrangeiros em geral. Não podiam, por exemplo, possuir bens de raiz, nem abrir lojas na Inglaterra e estavam sujeitos, para viajarem dentro da Inglaterra, à concessão de passaportes especiais, por intermédio do Alien Office.

Por isso o "Correio Brasiliense", apontando os obstáculos criados pelos tratados de 1810 ao desenvolvimento agrícola e industrial do Brasil, achava que não adiantava perder tempo com lamentações e protestos, que não conseguiriam coisa alguma. Melhor seria apelar para o único recurso, que ainda se oferecia aos brasileiros: o melhoramento interno do País. Para isso, todavia, teria que enfrentar dificuldades, que Hipólito da Costa era o primeiro a apontar, escrevendo: "É verdade que, depois de estar uma nação ligada por tal Tratado de comércio, recomendar-lhe que cuide de sua prosperidade é o mesmo que deitar um homem ao mar com um peso ao pescoço e dizer-lhe que se esforce a nadar para terra. Porém, se o peso não for tão grande que absolutamente o faça mergulhar logo, é de seu dever esforçar-se para chegar à praia. Nestes termos, ainda que o

Tratado seja, como convém todos hoje em dia, um grande impedimento à prosperidade do Brasil, contudo, como isto já não tem remédio, deve-se olhar para os ramos de indústria e prosperidade nacional que admitirem melhoramento, e nadar com o peso ao pescoço o melhor que puder ser".

Honra seja feita, aliás, aos estadistas brasileiros da fase da Independência. Os opositores, na imprensa, e nas casas do Parlamento, ao primeiro empréstimo externo do Brasil, contratado com a Inglaterra ou com os banqueiros ingleses, não hesitaram em classificar essa operação de crédito como um crime contra o Brasil. Em carta de 1824, Martim Francisco dizia a Drummond que os "autores e agentes (do empréstimo) são todos dignos de uma força". Ainda em carta a Drummond, Martim Francisco explicava sua orientação, contrária aos empréstimos externos. Quando, no Ministério da Independência, precisara de recursos extraordinários, recorreu a um empréstimo interno de 400 contos. No lançamento desse empréstimo interno, Martim Francisco mostrava seu empenho de "quebrar ferros, bem que dourados". Achava que os meios de que precisava "serão abundantemente supridos pelos enérgicos e heróicos sacrifícios de seus habitantes, porque todo homem livre sabe que a última gota de seu sangue, o último sopro de sua vitalidade ainda pertence à Pátria".

Na carta a Drummond, Martim Francisco recorda a resistência que sempre ofereceu a empréstimos externos, quando Ministro da Fazenda. Para ele, a teoria dos empréstimos "era um abismo". Não que lhe faltassem ofertas. Felisberto Caldeira Brant, o futuro Marquês de Barbacena, "sem ter ordens, fazendo ver a necessidade de um empréstimo, entendia-se com os capitalistas de Londres e os forçava a escrever, com o oferecimento das mesmas condições, que ele agora aceitava". Martim não tinha dúvidas no concluir que, com tanto interesse no caso, Felisberto "levava lasca no negócio". Mas o Andrada achava que os governos contraíam empréstimos "para oprimirem mais facilmente os povos; que um empréstimo contraído por qualquer Estado é um sintoma de prodigalidade do seu Governo, ou a morte deste

espírito de ordem e de economia, primeiras bases de toda a administração financeira”.

Martim Francisco deixava de invocar o argumento mais importante: o de que qualquer empréstimo externo, devendo ser pago com a moeda estrangeira, deveria pressupor disponibilidades no respectivo mercado de divisas. O empréstimo externo que ele profligava, e que Barbacena aceitara depois dele, contraído num tipo médio de 80%, criou sérios problemas para o Brasil, forçando novos empréstimos destinados ao pagamento de prestações vencidas. O Brasil acabou pagando várias vezes o total das libras recebidas, limitando-se, durante decênios, a saldar apenas os juros, e isso mesmo à custa de novos empréstimos, que se foram acumulando e forçando o Brasil a viver numa política de expedientes, humilhado pela necessidade de favores e de concessões, que não poderiam deixar de valer como restrições à nossa independência e sacrifício do brio ou do pundonor nacional. Sem esquecer que a procura de divisas, para os pagamentos atrasados, acabava reduzindo nossa capacidade de importação de bens de capital, essenciais ao desenvolvimento do País.

O Tratado comercial com a Inglaterra previa a sua revisão depois de 15 anos de vigência. E o Brasil não deixou passar a oportunidade de procurar aliviar as obrigações que o esmagavam, atenuando, inclusive, as cláusulas que o obrigavam à extinção do tráfico de escravos, quando o idealismo de Wilberforce se aliava aos interesses industriais da Inglaterra, para impedir que seus concorrentes eventuais, ou até mesmo os seus fregueses, pudessem contar com o mercado de trabalho do braço escravo.

O Brasil travou a luta, com escassos resultados, dada a diferença ou desproporção de forças entre os dois contratantes. Há que reconhecer a exatidão da apreciação de Oliveira Lima, quando escrevia, em “O Império Brasileiro”, que “a Grã-Bretanha nunca exerceu sobre o Brasil a espécie de protetorado que, sob o disfarce de aliança, de há séculos exerce sobre Portugal, encontrando nuns tempos certa resistência, noutros maior docilidade. Gozou, porém, aquela

nação, no Império, de privilégios, que fazem pensar no que as potências ocidentais da Europa impuseram no Oriente, com o regime das capitulações. Em virtude do Tratado de comércio de 1827, não era lícito ao Brasil aumentar os direitos de importação além dos 15%, estabelecidos sobre as mercadorias inglesas, mesmo quando fossem aumentados sobre as mercadorias de outra procedência. As presas efetuadas em consequência do contrabando de escravos eram, a começo, julgadas por comissões mistas anglo-brasileiras, com sede no Rio de Janeiro e em Serra Leoa, na costa da África, mas ao passo que os cidadãos brasileiros eram sujeitos, na Inglaterra, aos tribunais ordinários, as causas cíveis e criminais dos súditos britânicos eram, no Brasil, da alçada privativa de um juiz conservador britânico, escolhido pelo governo inglês, dentre os desembargadores brasileiros. A missão Ellis, em 1842, pretendeu mesmo, posto que sem resultados, porque o sentimento público se lhe opôs fortemente, obter a criação dum tribunal misto, para os litígios ocorrentes, no Império, entre ingleses e brasileiros, e entre-gar o julgamento dos navios negreiros apresados somente a magistrados britânicos. Em troca, prometia o diplomata que o seu governo concederia favores especiais ao comércio nacional na Grã-Bretanha”.

Melo Matos, no livro “Páginas da História Constitucional do Brasil”, mostra que os atos praticados, mesmo até essa época, pelas autoridades e comandantes britânicos, eram tão ofensivos ao amor-próprio nacional, que haviam criado ressentimento unânime no País, ao ponto de a Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro propor uma representação ao Governo, contra a idéia de se celebrarem quaisquer tratados com a Inglaterra, “enquanto o Governo não tivesse os meios de defender-se, por meio da força, contra a injustiça, com que aquela potência habitualmente nos tratava”. “A representação – acrescentava Melo Matos – não foi aprovada por incurial, mas dos oradores, que tomaram parte na discussão, e entre eles se contavam nomes que vieram depois a aparecer entre os primeiros da nossa cena política, nenhum discordava do pensamento cardinal, que ditava a proposta: o antianglicanismo”.

Alan K. Manchester, na sua excelente monografia, "British Preeminence in Brazil", situa nessa fase, a partir de 1827, "the beginnings of the revolt against British Dominion" – o começo da revolta contra o domínio inglês. Nessa revolta, destacaram-se duas fases: uma política, outra econômica. A primeira, resultante dos esforços da Inglaterra para suprimir o tráfico de escravos; a segunda, para que o Brasil colocasse a Inglaterra no mesmo plano das outras nações, quanto ao comércio.

Na luta em torno da extinção do tráfico, os atritos foram constantes. O Visconde de Jequitinhonha chegou a denunciar, no Senado do Império, que "a Grã-Bretanha quer exercer onipotência, quer dominar o Brasil; quer que este reconheça um patronato vergonhoso, indigno de nós, e que deve merecer da nossa parte a mais forte, enérgica e desmedida resistência". Na verdade, como assinalava Lopes Gama, o Brasil vivia então sob duas pressões poderosas, num conflito permanente: a dos traficantes de escravos e a do Governo britânico.

O tráfico de escravos era exercido quase exclusivamente pelos portugueses, registrava Joaquim Nabuco. Encontrava estímulos poderosos na perspectiva de lucros, que podiam ir de 100 a 200 contos, com uma viagem de um único barco. Esses lucros davam para obter apoio na imprensa da época. Embora fossem maiores os vínculos com os saquaremas, a verdade é que os liberais não estavam de todo imunes a essa influência.

A pressão inglesa vinha desde o Tratado de 1810. Intensificara-se a partir de 1823. Figurara como condição para a intercessão britânica no sentido do reconhecimento da independência do Brasil. Paulino de Souza registrava, por isso, que "quando uma nação poderosa, como é a Grã-Bretanha, persegue com incansável tenacidade, pelo espaço de 40 anos, o empenho de acabar com o tráfico, com uma perseverança nunca desmentida, quando o tráfico está reduzido ao Brasil e a Cuba, poderemos nós resistir a essa torrente, que nos impelle, uma vez que estamos colocados neste mundo?" O realismo levava à convicção de que só

havia, para o Brasil, uma saída, que era tomar a sério a política de extinção do tráfico, sobretudo quando se considerava que o Imperador se constituía em paladino inflexível dessa orientação.

Se coube a Eusébio de Queiroz o golpe decisivo contra o tráfico, é irrecusável a observação de Joaquim Nabuco de que "é irrisório pensar que sem o terror do cruzeiro inglês teríamos podido aniquilar o poder do tráfico quase de um golpe". Sem essa obstinação da Inglaterra, a pressão dos traficantes, e dos interesses que com eles estavam solidários, e eram os interesses da grande propriedade rural, teriam levado de vencida todas as resistências, numa sociedade fundada no latifúndio.

Para chegar, porém, a essa influência, a Inglaterra não recuou diante de nenhuma violência, não apenas o direito de visita aos veleiros em alto-mar, como a captura dentro das próprias águas territoriais brasileiras. Alguns episódios marcaram essa orientação britânica, nitidamente discricionária. "Atos de vandalismo" – profligava Paulino de Souza. O Governo Imperial não reconhecia a legitimidade da lei britânica de 8 de agosto de 1845 – o famoso *bill Aberdeen*, que determinava que todos os navios, apresados pelos cruzadores ingleses, fossem submetidos ao julgamento do almirante britânico ou aos vice-almirantes, e não mais às comissões mistas de Serra Leoa ou do Rio de Janeiro. Dispunha ainda o *bill Aberdeen* que fossem adjudicados à Inglaterra os navios brasileiros empregados no tráfico, assim como suas cargas, desde que capturados pelos cruzeiros ingleses.

E os ingleses sabiam executar essa lei. Basta dizer que em sete meses, de outubro de 1845 a maio de 1846, não menos de 15 veleiros, navegando sob a bandeira brasileira, foram capturados e submetidos aos tribunais ingleses, para a devida adjudicação. Sem falar nas violências que iam acompanhando a execução do *bill Aberdeen*, com os cruzadores ingleses agindo em águas territoriais brasileiras, perseguindo barcos suspeitos nas enseadas, nos rios e até nos portos de nosso País.

Não faltava mesmo quem duvidasse dos sentimentos humanitários da Inglaterra, nessa luta prolongada contra o tráfico de africanos. Cunha Matos, por exemplo, falava de "filantropias imaginárias". João Luiz Alves lembrava que "Oliveira Martins, como alguns deputados, que tomaram parte nesses debates, dava como móvel da ação da Inglaterra o seu receio de concorrência da produção brasileira, em prejuízo das suas colônias, onde o tráfico já estava abolido; outros o atribuem ao desejo de assenhorear-se da África; e outros, mais generosos, ou mais crédulos, ou levados pelo seu ódio ao tráfico, a puros sentimentos de filantropia". Oliveira Martins, invocado na referência de João Luiz Alves, lembrava que "os açúcares do Brasil e de Cuba, livres da concorrência da Jamaica e das outras ilhas inglesas, atingiam rendosos preços; e à ruína em casa correspondia a opulência estranha. Impedir a imigração de negros nas colônias portuguesas e espanholas era destruir a força de concorrentes perigosos. Sem poder impor abertamente a abolição da escravidão nas colônias peninsulares, meio que radicalmente satisfazia a humanidade e o interesse próprio, os ingleses limitaram-se a exigir a proibição do tráfico, e, obtida ela, inauguravam o curso aos negreiros".

Tudo isso concorreu para dificultar o comércio negro, convertendo-o num contrabando altamente nocivo. Paulino de Souza, Ministro dos Estrangeiros, alegou a presença de interesses comerciais britânicos, no combate ao tráfico de africanos. Já Tavares Bastos combatia vigorosamente essa interpretação, defendendo a Inglaterra. Perdigão Malheiros entendia que a Grã-Bretanha encontrara um processo útil para a consolidação de seu domínio naval. Por sua vez Max Weber nos mostrava que o termo da exploração capitalista nas colônias coincide com a supressão da escravatura, mas que esta supressão "só em parte obedeceu a motivos de ordem moral". E acrescentava: "O interesse da Inglaterra se atenuou, entretanto, pela perda da zona mais importante de consumo de escravos, e que eram suas colônias norte-americanas. A resolução do Congresso de Viena, proibindo, em 1815, o comércio de escravos, permitiu aos ingleses esmagar o comércio alheio de escravos, mas não impediu

que ela mesma se dedicasse a um contrabando, cada vez mais intenso, dessa mercadoria. Assim, desde 1807 até 1847, com ciência e paciência do Governo, foram trasladados 5 milhões de escravos da África para as zonas coloniais inglesas" (*História Econômica*, p. 318).

Fosse como fosse, mesmo admitindo – e seria difícil contestá-lo – o interesse inglês na extinção do tráfico, o que havia de positivo era que muito menos defensáveis seriam os interesses vinculados ao comércio negro, que enriquecia contrabandistas, onerando cada vez mais os fazendeiros e levando às últimas extremidades da crueldade o tratamento dos negros transportados.

Não se evitaria, porém, que a repressão britânica despertasse protestos veementes e fosse alimentando profundos ressentimentos. Na Fala do Trono de 1846, o Governo brasileiro lembrava que havia protestado contra a lei Aberdeen e que o Governo não deixaria de "defender as prerrogativas da minha Coroa e os direitos nacionais". A Câmara respondia à Fala do Trono assegurando "a leal e unânime coadjuvação dos brasileiros na sustentação das prerrogativas da Coroa e direitos nacionais". Os oradores mais inflamados, entre os quais algumas das grandes vozes do Parlamento, perguntavam, com Paula e Souza, se a Inglaterra teria "cessado de insultar-nos, de pisar-nos, de esmagar-nos". E respondia o mesmo Paula e Souza com uma negativa peremptória: "A Inglaterra nos trata com todo o desprezo e violência". E a explicação que Paulino de Souza encontrava, para a defesa do Gabinete, era lembrar que as violências inglesas vinham de longe...

Paradoxalmente, aliás, o período de maiores arbitrariedades, na execução do *bill Aberdeen*, correspondia a uma fase de intensificação do comércio negro, que só veio a declinar e extinguir-se quando o Governo brasileiro decidiu, com a lei Eusébio de Queiroz, tomar as rédeas do combate ao tráfico, até mesmo para evitar práticas vexatórias, como as que o cruzador inglês *comorant* praticara, no porto de Paranaguá. O aprisionamento e captura de navios, em águas territoriais brasileiras, doiam como um insulto. E bastavam

para explicar a atmosfera de antianglicanismo, em que se processava a luta em torno do tráfico, como justificavam as críticas e censuras de tantos autores. Criavam uma atmosfera, dentro da qual se compreende melhor o episódio da questão Christie – capítulo torvo de proteção diplomática, quando exercida, com a arrogância da força, pelas nações conscientes de seu poderio e de seus privilégios.

Um navio inglês, o *Prince of Wales*, perdera-se na costa do Atlântico, entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Sua carga, atirada ao mar, e levada pelas ondas às praias próximas, fora recolhida por malfieiros, que se acoitaram na República uruguaia, livres da ação das autoridades brasileiras. Quatro cadáveres, que deram à costa, foram encontrados no litoral do Rio Grande do Sul, verificando-se, pela autópsia, que a morte fora consequência de asfixia por submersão. Isso em meados de 1867. Mais ou menos por essa época, três oficiais ingleses agrediam a bengaladas uma sentinela, à porta do posto do destacamento policial estacionado na Tijuca, no Rio de Janeiro. Eram oficiais da corveta *Forte*, vestidos à paisana. Estavam embriagados, ao que tudo indicava. Presos, foram recolhidos ao xadrez comum. Só no dia seguinte, mais calmos, declararam a sua qualidade, ou houve quem entendesse as suas palavras, sendo, então, removidos para o quartel da polícia e, um dia depois, entregues ao vice-almirante comandante da esquadra inglesa, ancorada na baía de Guanabara.

Tanto bastou para que o Ministro plenipotenciário inglês, Christie, exigisse satisfações e indenizações avultadas. Indenização para o barco naufragado e reparação formal para os oficiais da corveta *Forte*. Como fossem desatendidas ambas as pretensões, Christie, com autorização do Governo inglês, deu ordem aos navios ingleses, estacionados na baía da Guanabara, para que iniciassem represálias. "No dia 31, com geral espanto, conta Pereira da Silva, nas "Memórias do meu tempo", viu a população da cidade levantarem âncora os navios ingleses, caminharem para a barra, divisaram cinco navios mercantes costeiros, que procuravam entrar no porto, e apreendê-los, à vista das fortalezas da

entrada, em mares territoriais do Brasil". O Imperador – o Imperador e não Abrantes, que era o Presidente do Conselho de Ministros – não se deixou intimidar. Sua reação enérgica obrigou Christie a mandar que relaxassem o apresamento dos navios mercantes brasileiros. Propôs o Ministro inglês que as duas questões fossem admitidas a arbitramento. O Governo do Brasil aceitou a proposta, para o caso da prisão dos oficiais; quanto aos salvados do *Prince of Wales*, preferiu pagar, ainda que sob protesto.

A animosidade que daí resultou foi de tal ordem, que o Ministro Christie não pôde continuar no Brasil. E como o Ministro brasileiro em Londres, o Barão de Penedo, não obtivesse as satisfações que exigira, não hesitou em pedir os seus passaportes, com plena aprovação do Imperador. Ficamos, assim, dois anos de relações cortadas com a Inglaterra, até que esta mandou representante especial a Uruguaiana, onde se encontrava então o Imperador, para apresentar as satisfações que Penedo reclamara em vão. Encerrava-se, assim, o episódio, a respeito do qual o internacionalista chileno Carlos Calvo observava: "La conduite de l'Angleterre dans cette circonstance fut universellement reprouvée". Recebemos as satisfações de ordem moral. Mas o "dinheiro, que nos era devido, não pagará nunca", escreveu Heitor Lira. O Governo belga, admitido como árbitro, na questão dos oficiais embriagados, decidiu o pleito a favor do Brasil. "Mas as libras que não devíamos, no caso dos salvados do *Prince of Wales*, essas ficaram com a Inglaterra".

A animadversão dos tempos do Ministro Ellis e do *bill Aberdeen* – "the hatred of the public and the press" – o ódio do povo e da imprensa – voltou com maior estrondo. Alan K. Manchester registra que "as notícias do bloqueio e da maneira pela qual cinco navios haviam sido capturados provocaram tumultos na cidade. Multidões furiosas se reuniram nas ruas, nas praças, nos morros e nas praias, gritando imprecações e ameaças contra os ingleses, enquanto alguns grupos ameaçavam atacar o Consulado e a Legação da Inglaterra". É possível que Manchester tenha baseado seu relato na descrição de Pereira da Silva: "Amontoaram-se nas

praças, nas ruas, nos morros e nas praias da cidade multidões furiosas, gritando, ameaçando vindictas contra os ingleses, e suas propriedades, e pretendendo assaltar o consulado e a legação britânicas. Mister foi que as tropas de linha e polícia, partidas dos quartéis, se esforçassem em serenar os ânimos, prevenir tumultos e desordens, dissolver mangas de povo e defender os súditos britânicos, que fecharam as portas de suas casas de comércio e se escondiam para escapar aos furores da plebe amotinada". Continua Pereira da Silva: "Aqui oravam tribunos improvisados, incitando os habitantes contra os ingleses, e a força pública era coagida a opor-lhes resistência, a fim de apaziguá-los". E em conclusão: "Foi um dia de angústia e de terror, cuja reminiscência se não apagou ainda dos espíritos". Em consequência, no testemunho ainda de Pereira da Silva: "Conservou, porém, a população brasileira o ressentimento produzido pela injúria, que maculava a dignidade da Nação. Sofreu por algum tempo o comércio inglês, preferindo o de outros estrangeiros. Abriam-se subscrições em favor da defesa do País, da compra de embarcações de guerra, e de armamentos, e em melhoramentos de fortificações da cidade. Entusiasmo patriótico extraordinário manifestou-se não somente na Capital do Império, como em todas as Províncias e esqueceram-se, diante dos graves acontecimentos realizados, as divergências de partidos, unidos todos em um só pensamento: salvar a dignidade da bandeira, do solo e da Coroa".

Não faltaram manifestações dessa reação e desses ressentimentos. Fagundes Varela, por exemplo, cantava:

"Soldados briosos, soldados valentes  
Lavai as ofensas do ousado bretão!"

Álvares de Azevedo já havia traduzido sentimentos semelhantes, vindos de outros sucessos e de outros agravos:

"Nas glórias do passado eles cuspiram!  
Vede - a pátria ao bretão ajoelhou-se,  
Beijou-lhe os pés, no lodo mergulhou-se!  
Eles a prostituíram!"

"Daqui por diante, comenta Jamil A. Haddad, o "bretão transforma-se em tema de poesia, passa a sofrer a vergastada acrimoniosa dos poetas. Nem faltou a contribuição da música, a de Carlos Gomes, que num feliz consórcio com a letra de Bitencourt Sampaio, condenava o insulto através dos acordes heróicos do Hino Acadêmico, que passaram a repercutir pelos céus brasileiros".

Entretanto, não pequena era a dependência do Brasil em face da Inglaterra, no momento em que essas reações se manifestavam. Estava em Londres o nosso mercado financeiro, praticamente o único a que se podia recorrer naquela época. A Inglaterra senhoreava todos os mares. Era o principal mercado de nossas exportações e o nosso principal fornecedor. Os navios que chegavam aos nossos portos eram também, na sua maior parte, ingleses. Nada disso pôde impedir a manifestação do brio nacional, personificado na pessoa do Imperador.

Que diferença desses tempos gloriosos para os pigmeus do capitulacionismo e da covardia! Porque vivíamos uma fase em que nossos oradores e políticos, como José Bonifácio, o Moço, só sabiam dar conselhos de dignidade e de altivez. "Resisti, dizia ele, e triunfareis; humilhai-vos e as pancadas crescerão. Em todo o caso, tomada a posição, sustentada por dois anos, a honra nacional estava empenhada; ceder era quebrar a única arma que ainda nos restava: o protesto do silêncio, a fé no futuro".

A arrogância da política britânica, certo desde o momento que tratava nossos representantes e nossos pleitos, fez-se sensível ao povo, não obstante a admiração generalizada pela nação britânica, pelo seu gênio político, na construção de seu regime e na coordenação de seus partidos e de suas forças populares. O Barão de Penedo, que exerceu uma representação quase vitalícia na Inglaterra, durante mais de um quarto do século, resumiu suas impressões finais, ou permitiu que elas transparecessem, na sua correspondência particular. "Não há mais negócio algum, por mais ridículo que seja, que não nos valha uma injúria por parte da legação britânica".

Embora os capitais ingleses, ou constituídos na Inglaterra, acudissem às principais obras públicas do Brasil, à construção de ferrovias, de portos, aos primeiros serviços públicos, havia sempre uma desconfiança subjacente, que o folclore recolheu, no testemunho de Mário Sete:

"Os telégrafos ingleses  
São boas teias de aranha  
Onde o cobre dos fregueses  
Como mosquitos se apanha!"

Ou:

"Neste sistema os ingleses  
Encontraram nova mina  
Não nos dão nem gás nem velas  
Porém luz de lamparina".

No nacionalismo de Alberto Torres sente-se a presença do antianglicanismo, em mistura com as desconfianças, que os Estados Unidos começavam a despertar. A Primeira Guerra Mundial mobilizou alguns críticos veementes contra a influência britânica, como Dunshee de Abranches, por exemplo, que o inglês Manchester considerou "um crítico severo da Grã-Bretanha, nas suas relações com o Brasil".

O integralismo ajuntou também algumas notas ao nacionalismo antibritânico, na sua defesa do nacionalismo integral, em que deveriam estar compreendidas todas as formas de nacionalismo. Gustavo Barroso centralizou no judaísmo internacional o combate, que abrangia os mercados financeiros de Londres e de Nova Iorque. Afonso de Carvalho denunciava a existência de um protetorado inglês, via Portugal, manifestado na primeira fase de nossa vida nacional. Para ele, o Sigma seria a realização do objetivo - o Brasil para os brasileiros. Com o advento de um Brasil, que ainda não lhe parecia existir, Plínio Salgado, dentro do integralismo, foi um defensor desse nacionalismo onimodo, feito de exaltação do Brasil e de desconfiança diante de todos os estrangeiros, nacionalismo de que não mais fala e de que até parece arrependido, pois que não mais o defende.

Uma das derradeiras fases nesse pleito seria a que viria com Geraldo Rocha, que aliás se ligara profundamente ao capitalismo internacional, através de grupos franceses, misturando atitudes ideológicas com amizades e pleitos pessoais, que nem sempre se ajustavam muito bem com suas posições doutrinárias. Acompanhou de perto a liquidação do sistema de garantia de juros, em nossa política financeira. Em dois livros, "Nacionalismo Político e Econômico" e "Um País espoliado", Geraldo Rocha reunia o combate a Franco e a Salazar com a exaltação de Charles Maurras, numa doutrinação contraditória, muito ao feito de sua personalidade autoritária.

Enquadra-se, também, no nacionalismo antibritânico a política de proteção alfandegária, com que o Brasil pensou estimular a criação de uma indústria realmente nacional. Os Tratados de 1810 e 1827, com a Inglaterra, concediam a esse país uma tarifa preferencial, que abria portas largas aos produtos ingleses. Mostra Melo Matos que ao passo que os gêneros de produção brasileira eram sobre-carregados, nas alfândegas da Inglaterra, de direitos que equivaliam a uma proibição efetiva, as mercadorias inglesas eram importadas para o Império, por efeito daqueles Tratados, "pagando o módico imposto de 15% *ad valorem*, o que praticamente lhes assegurava, pelo menos quanto a certos artigos, um monopólio real. Acrescia, ainda, que, adstrito, por tratados, a considerar outros países em pé de igualdade com a nação mais favorecida, via-se o Império na impossibilidade de elevar os direitos nas suas alfândegas. Não era, pois, extraordinário, para os homens de Estado e para os simples cidadãos, que todos aguardassem com impaciência o termo deste estado de coisas, injusto e antieconômico".

Pelo art. 28 do Tratado de 17 de agosto de 1827, fixara-se em quinze anos a duração de seus efeitos, a contar da data da troca das ratificações, ou até que qualquer contratante notificasse ao outro a resolução de não continuar, caso no qual vigoraria o Tratado por mais dois anos, a partir da notificação. As controvérsias resultantes desses dispositivos levaram, de fato, a vigência do Tratado, por

maiores que fossem os esforços do Brasil para se libertar dele, até novembro de 1844. O Tratado era de 17 de agosto de 1827. Mas a Inglaterra fez datar a expiração do prazo da data da notificação da extinção do Tratado, o que lhe concedeu mais dois anos de vigência dos privilégios e das tarifas, constantes do referido Tratado.

O ambiente criado entre os dois países não permitia a manutenção dos favores, que vinham de 1810. Mas permitia que o Brasil recuperasse a liberdade de ação, para cuidar de tarifas protecionistas. Porque embora D. João, em alvarás de 1808, houvesse afirmado a intenção de promover o desenvolvimento industrial do Brasil, as tarifas dos tratados com a Inglaterra anulavam praticamente esses propósitos, com a posição favorável atribuída aos produtos das fábricas britânicas. Antes da extinção do Tratado de 1827, as tarifas aduaneiras visavam tão-somente a uma finalidade fiscal, a obtenção de uma receita para o tesouro público. De nada valia proclamar e conceder a liberdade da indústria no País, sem assegurar as condições próprias para o exercício dessa faculdade, numa fase em que a indústria inglesa se beneficiava com um monopólio virtual, resultante de seus progressos tecnológicos, da eficiência de sua organização e da qualidade de sua mão-de-obra.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, na "Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais", mostrava-se defensor intransigente do que ele chamava "liberdade" e que não era mais do que a liberdade do monopólio britânico do comércio e da produção industrial. Ia tão longe a tese do estadista mineiro, que chegava a justificar, contra José Clemente Pereira, o caso dos couros produzidos no Brasil, beneficiados no estrangeiro e que voltavam ao nosso País para serem vendidos a preço alto. A nossa indústria, no seu entender, não podia competir com a estrangeira, tese que lhe parecia suficiente, para excluir qualquer proteção, ou auxílio, à indústria nacional.

Ao que parece, porém, o principal propósito do que se chamou a tarifa Alves Branco, ainda era, em 1844, melhorar a receita nacional obtida nas alfândegas, embora se disfar-

casse, ou se atenuasse essa intenção com a aparência de um estímulo eficaz à produção nacional. Quem o diz é Souza Reis, escrevendo que de 1844 a 1879 "o protecionismo não existiu. Os atos do Governo, e do Parlamento, até 1875, em favor da manufatura nacional, foram vacilantes, instáveis e fugidios". Não obstante a sucessão de leis tarifárias promulgadas, a de Alves Branco, em 1844, a de Souza Franco, em 1857, a de Cotegipe, em 1857 e 1858, a de Ferraz, em 1860, a de Itaboraí, em 1869, a de Rio Branco, em 1874.

A reforma tarifária de Ouro Preto, em 1879, era um ensaio de protecionismo, mas foi depressa atenuada com a tarifa de Saraiva, em 1884. Entretanto, as correntes protecionistas voltaram com mais decisão em 1887, com Belisário de Souza, com uma tarifa que, na opinião de Homero Batista, deu "franca entrada ao pensamento protecionista no regime alfandegário do país, pensamento que se tem amplamente desdobrado, servindo a todas as exigências dos industriais". Foi quando se aumentou a tarifa em função da existência de similares nacionais, coluna vertebral de qualquer sistema protecionista eficaz. João Alfredo adotou a tarifa móvel, em 1889.

Há um crescendo no protecionismo, como que acompanhando o declínio da influência britânica e a afirmação dos interesses nacionais. A República, com algumas indecisões, acompanha essa tendência, embora fosse possível apontar, no decorrer dessa evolução do protecionismo brasileiro, vez por outra, a influência exagerada de alguns interesses particulares e, de um modo geral, a falta de objetividade, na apreciação dos recursos e possibilidades brasileiras. De qualquer modo, a vitória de nosso nacionalismo antibritânico, quando a Inglaterra se valia da adesão espontânea, e não raro ingênua, dos defensores do livre-cambismo, trabalhando, sem o saber, em prol dos interesses britânicos.

Com a encampação das estradas de ferro inglesas, pode-se dizer que se encerrou um capítulo da história do capitalismo estrangeiro no Brasil. Era a conclusão de uma conta corrente, em que os saldos negativos acabavam sempre contra nós. Os *déficits* eram brasileiros, britânicos os

proveitos. Embora seja de salientar, como característica do capitalismo britânico, e de sua influência, certo caráter pessoal, que permitia ao Brasil negociar empréstimos externos, na hora mesma em que estavam cortadas as relações diplomáticas com a Inglaterra. A City, de Londres, gozou sempre de uma certa liberdade de movimentos, ao mesmo passo que o sistema dos empréstimos de carteira fazia do centro financeiro, que os colocava, um poder menos exigente, ou mais distante, que o dos centros financeiros, em que os empréstimos são antes créditos para financiamentos de exportações e se vinculam a instruções precisas de agências do Estado.

O nacionalismo antibritânico não teria hoje adversário a postos para um entreviro efetivo. O capitalismo britânico deixou de ter sentido mundial, confinando-se cada vez mais às fronteiras da *Commonwealth*, e isso mesmo perdendo sempre terreno para o capital americano, mais agressivo e mais poderoso.

Como figura simbólica dessa luta, superada pela evolução da economia internacional, aparece, no Nordeste, junto à cachoeira de Paulo Afonso, a personalidade de um decidido pioneiro, Delmiro Gouveia, de que nos fala F. Magalhães Martins, numa obra documentada. A fábrica de linhas de coser, que ele instalara na Pedra, acabou comprada pela poderosa concorrente britânica, a *Machine Cotton*, cessando a fabricação de linhas e desaparecendo a marca, que Delmiro havia criado. As máquinas foram desmanteladas e atiradas ao rio, como uma demonstração convincente do poder dos trustes, a serviço dos capitais internacionais.

---

---

## NACIONALISMO ANTIGERMÂNICO

---

---

O nacionalismo antigermânico surgiu como defesa dos Estados do Sul em face das correntes imigratórias que iam formando quistos estrangeiros, mais ou menos obedientes às palavras de ordem que vinham do expansionismo alemão, comandado antes da Primeira Guerra pelo Kaiser Guilherme II e, depois dela, pela figura apocalíptica de Adolfo Hitler. Problema e temor antigos, datando de fins do século XIX. Nos últimos anos do Império, Cotegepe, no Senado, interpelava o governo, indagando se era exato serem as atas de algumas Câmaras municipais de Santa Catarina redigidas em alemão. Salvador de Mendonça contava que o senador Taunay acudira, em aparte, dizendo:

— São escritas em alemão porque não sabem o português.

— Pois é tempo que o saibam, porque isto aqui é o Brasil, e não a Alemanha — retrucava Cotegepe.

Coube a Sívio Romero, devoto da cultura germânica desde os tempos da Escola do Recife e da convivência com Tobias Barreto, um papel destacado na afirmação do nacionalismo antigermânico. Em 1906, Sívio Romero publicava o folheto "O Alemanismo no Sul do Brasil", dedicado ao Barão do Rio Branco e a Joaquim Nabuco, "os dois melhores estadistas brasileiros, que poderão, se o quiserem, iniciar a política de reação contra o péssimo sistema seguido até hoje da colonização alemã do Sul do Brasil". Dedicava-o, tam-

bém, "à Patriótica Redação de o 'Jornal do Commercio' do Rio de Janeiro, a folha brasileira que mais serviços tem prestado na questão do perigoso alemanismo do Sul do Brasil e os poderá prestar ainda maiores". Era uma resposta a Manuel Bonfim, resposta que Sílvio Romero incluiria logo depois no livro "A América Latina", publicado no Porto, na Livraria Chardron, com a mesma data de 1906, embora sem as dedicatórias do folheto.

Nessa fase o perigo alemão tomara o relevo da oportunidade, com o episódio, largamente explorado na imprensa, da canhoneira "Panther", ocorrido em começos de dezembro de 1905, em Itajaí, Santa Catarina. Parte da tripulação do barco, sob o comando de seus próprios oficiais, desembarcava em território brasileiro e fora tirado da cadeia um preso sujeito às autoridades do País. O então deputado pelo Rio Grande do Sul, Barbosa Lima, comentara o fato na tribuna da Câmara, acentuando a importância e a gravidade do acontecimento, que o "Jornal do Commercio" descrevia em noticiário minucioso. Dizia-se que o governo americano estava preocupado com o episódio e pedira informações à representação brasileira em Washington. A imprensa londrina dera também curso ao noticiário do incidente. O deputado Barbosa Lima declarava que se não alegrava com a repercussão do fato, acentuando que o Brasil se bastava a si mesmo e não precisava de padrinhos. No exercício da liderança da maioria, o deputado Carlos Peixoto informava que o Governo estava atento aos acontecimentos, tomando as providências necessárias.

Embora o episódio se fosse diluindo e perdendo importância, nas informações subseqüentes, Barbosa Lima ainda voltara à tribuna, a 27 de outubro, alguns meses depois do incidente, para justificar, com um longo discurso, a emenda que apresentara ao orçamento do Interior, concedendo auxílio de 200 contos para o custeio de 100 escolas primárias, destinadas ao ensino da língua brasileira nas zonas coloniais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Um periódico de Blumenau, o *Urwaldesbote* ("Mensageiro das Florestas Virgens") atacara Barbosa Lima como "ultranativista", em consequência de seus pronunciamentos de fins de 1905. E Barbosa Lima explicava sua posição, descrevendo e analisando os fatos, que o enchiam de temor pelo destino da região colonial dos Estados do Sul. Perguntava por que motivo os descendentes de alemães, já nascidos no Brasil, haveriam de se conservar alheios, "premeditadamente alheios, organicamente alheios ao conhecimento de nossa língua, à sua prática, fugindo à convivência com o brasileiro, mantendo-se, este sim, insulado em um meio que vale por um núcleo a desenvolver-se ano por ano". Recordava os mandamentos do colono alemão, tais como as havia publicado o Almanaque de S. Leopoldo, recomendando a conservação de vínculos com a mãe pátria, através da leitura de jornais alemães, do uso exclusivo da língua germânica, da união com os seus compatriotas para a defesa de seus interesses comuns, dentro do Brasil. Nesse sentido já havia surgido, em Santa Catarina, um Partido Alemão para assegurar essa coesão espiritual e essa unidade de ação.

Sílvio Romero respondia a Manuel Bonfim que achava exagerados esses temores. Para justificar sua posição, Sílvio Romero descrevia as tendências históricas da Alemanha, desde o tempo do Império Romano. Citava a numerosa bibliografia existente, com a qual se acentuava o sentido da expansão industrial e comercial do povo alemão. Em quatro anos, de 1884 a 1888, a Alemanha, que até então não possuía um palmo de terra fora da Europa, tornara-se a terceira potência colonial do mundo. E o instrumento dessa conquista, ou dessa expansão, era o idioma.

"Onde é a pátria alemã? É onde se fala a língua alemã". E, nas colônias do Sul do Brasil, o idioma corrente era o alemão. Por isso constituíam um caso especial, que merecia estudo. As pretensões colonizadoras da Alemanha, para a colocação de seus excedentes populacionais, eram conhecidas, através de autores como Adolph von Couring e outros. Suas ambições incluíam a América do Sul e, dentro da América do Sul, duas regiões, a Patagônia e o Brasil.

A documentação dessa tendência era abundante, desde os tempos de Bismarck. Sívio Romero citava correspondências do "Jornal do Commercio" de 1885, de 1904 e de 1905. Por essa época, já andavam em cerca de 300 a 350 mil os alemães localizados no Sul do Brasil. 100 mil em Santa Catarina e cerca de 200 mil no Rio Grande do Sul. Poderosas companhias particulares procuravam organizar empresas de urbanização no Sul do Brasil, adquirindo vastos domínios. Dizia ainda Sívio Romero que havia de 25 a 30 anos — isto é, a partir de 1880, ele vinha procurando despertar a atenção dos brasileiros e dos poderes públicos para esse gravíssimo assunto". Exaltava a ação do "Jornal do Commercio", do Rio, na documentação desse problema, recordando artigo de 1º de janeiro de 1905, no qual eram comentadas oito publicações alemãs, que tinham por objeto os temas da colonização germânica no Sul do Brasil.

Já a "Gazeta de Notícias", de 15 de setembro de 1886, narra manifestações populares em Porto Alegre contra um jornal alemão, que ridicularizara o Hino Nacional Brasileiro. Ainda o "Jornal do Commercio", do Rio, na sua edição de 29 de janeiro de 1905, traduzia e divulgava artigo de Frederico William Wile, analisando a ameaça alemã no Brasil, artigo publicado na revista americana "Fortnightly Review".

Sívio Romero transcrevia diversos trechos desse artigo da "Fortnightly Review", ao mesmo tempo que relacionava os estudos que ele próprio vinha publicando a partir da primeira edição da "História da Literatura Brasileira" (artigos sobre o Visconde de S. Leopoldo e o Barão de Paranapiacaba). Citou outros ensaios e opúsculos e ainda discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, a 23 e 25 de maio de 1900 e 24 de maio de 1901.

Os fatos que Wile arrolava e denunciava eram realmente impressionantes. E Sívio Romero achava que não havia, por parte dos brasileiros, pela maneira como vinham descurando o problema, apenas falta de clareza, como dizia Leroy-Beaulieu: — havia, também, "consciente ou inconscientemente, o espírito de traição. A raça de Calabar infelizmente é imortal e vejo-a glorificada no presente com a tentada

reabilitação histórica do famoso desclassificado das Alagoas".

Sívio Romero recomendava diversas medidas, desde a proibição de grandes compras de terra pelos alemães, máxime na zona das colônias, até a proibição do uso da língua alemã, nos atos públicos, e a obrigação da aprendizagem do português nas escolas primárias e secundárias". Recomendava ainda uma distribuição dos colonos, com o propósito de separar os núcleos germânicos. Queria que houvesse vasos de guerra nacionais estacionados nos portos da zona colonial sob influência germânica, assim como aquartelamentos militares na região. Propunha, também, a intensificação de relações entre brasileiros e colonos alemães, para quebrar o isolamento das colônias e impedir que elas se consolidassem numa segregação teimosa e nociva.

Pode-se considerar que foi Sívio Romero uma das vezes mais insistentes na campanha de advertência contra o perigo alemão no Brasil. Mas não ficara isolado nessa atitude. Ao seu lado militavam brasileiros como Salvador de Mendonça, Medeiros e Albuquerque, José Veríssimo, Alcides Maya, Maurício de Lacerda, Curvelo de Mendonça, Roquette Pinto, Gama Rosa, Eduardo Nazareno, Wenceslau Escobar, Correia Defreitas, Euclides da Cunha. Graça Aranha dizia que "a Alemanha é uma ameaça permanente para as nossas livres instituições e para a nossa independência nacional".

A essas vozes e a esses nomes ilustres há que acrescentar um lutador infatigável, o paranaense Raul Darcanchy, que desde 1904 vinha acentuando a presença e o perigo dos quistos raciais tedescos no território brasileiro. Quando a Primeira Grande Guerra deu maior intensidade ao problema, Raul Darcanchy publicaria, em 1915, um opúsculo, "O Pan-Germanismo no Sul do Brasil".

Não era o fato de se tratar de alemães o que impressionava o escritor. Petrópolis e Juiz de Fora haviam sido poderosos núcleos germânicos, que se incorporaram à população brasileira. Mas em Santa Catarina os colonos alemães formavam um pequeno império, dentro de um Estado da

República. Não eram alemães apenas os nascidos na Alemanha, mas também seus descendentes até a terceira e a quarta geração, unificados entre si e hostis aos elementos brasileiros.

Raros os teutos brasileiros, que soubessem pronunciar algumas frases em português ou que revelassem interesse pelos acontecimentos nacionais. Não se aprendia português nas escolas locais. O hino que as crianças cantavam era o "Deutschland über alles in der Welt". As atas das Câmaras Municipais eram redigidas em alemão. Darcanchy achava que havia influência alemã nas lutas do Contestado, apontando os motivos de sua convicção. Fatos inumeráveis revelavam a existência de um perigo, com esse núcleo de população, que se deixava prender muito mais à metrópole europeia do que à nacionalidade brasileira.

A derrota da Alemanha, na Primeira Guerra Mundial, desarticulou os trabalhos e planos para a edificação do *Deutschtum*, do grande império tedesco, facilitando a aproximação entre esses núcleos coloniais e a população brasileira que os circundava. E o problema parecia de fato removido, quando o nazismo veio levantar do fundo do abismo o fantasma do Império mundial germânico. Aos W. Sievers, Albrecht Wirth, Otto Richard Tannenber e outros vieram juntar-se os pregoeiros da hegemonia universal da Alemanha nazista, através da mobilização e união de todos os alemães dispersos pelo mundo. Rudolph Hess insistia na declaração de que a Alemanha contava com a cooperação de todos os alemães, estivessem onde estivessem. A superioridade racial deveria atribuir a todos eles um poder que ainda não exerciam, mas que lhes seria reconhecido com a vitória do nazismo.

O problema existia, latente, onde quer que vivessem ou se radicassem alemães, como o episódio dos sudetos da Tchecoslováquia viera demonstrar. Para não falar no *anschluss*. Não poderíamos ter a respeito nenhuma ilusão. A vitória nazista não deixaria de concorrer para agravar o perigo da imigração germânica no Sul do Brasil, considerado o preconceito de sua superioridade racial, incompatível com

o predomínio de outro povo, diante do qual não esqueciam, nem chegavam a calar seu desdém e sua malquerença.

A extensão desse perigo alemão só se tornou patente quando, na fase do Estado Novo, ou do início da Segunda Grande Guerra, tivemos que tomar medidas para a defesa do Brasil. No livro "O Punhal Nazista no Coração do Brasil", de Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina reuniu documentos e opúsculos, que são testemunhos irrefutáveis, como os que foram apresentados pelo capitão Antônio de Lara Ribas ("O Nazismo em Santa Catarina", "Que é a Quinta Coluna") e João Kuehne ("Colonização Alemã no Brasil", e "O Integralismo Nazi-Fascista em Santa Catarina").

Devemos ao tenente-coronel Aurélio da Silva Py um livro excelente, intitulado "A Quinta Coluna no Brasil", editado em 1942, pela Livraria Globo, de Porto Alegre, no qual estudou e expôs o plano pangermanista, de Tannenber e Hitler, as atividades nazistas denunciadas pela imprensa de Porto Alegre, o Rio Grande do Sul considerado espaço vital nazista, a estrutura do Partido Nacional Socialista Alemão no Rio Grande do Sul, a ação ilegal do consulado alemão em Porto Alegre, o boicote nazista no comércio de fumo do Rio Grande, a propaganda nazista e o controle da imprensa teuto-brasileira, a influência do púlpito, a religião a serviço do nazismo, tudo isso larga e seguramente documentado. Antes desse livro, Aurélio da Silva Py havia apresentado, alguns anos antes, um Relatório documentado, sob o título "O Nazismo no Rio Grande do Sul".

Felizmente, antes mesmo da derrota alemã na Europa, o Brasil tomara a iniciativa de medidas radicais contra os planos que a campanha hitlerista animava. É um trabalho que ficamos a dever ao Estado Novo e que talvez não fosse possível num regime que valorizasse os núcleos eleitorais existentes na zona sob influência alemã. A competição democrática levava sempre os partidos brasileiros a atitudes de boa vontade, para a captação de votos na região colonial dos Estados do Sul.

O Exército Nacional, contando, em Santa Catarina, com a solidariedade e o entusiasmo de Nereu Ramos, orientou e acompanhou as providências que essa situação estava a exigir, sobretudo no domínio educacional. A disseminação e a obrigatoriedade do ensino da língua nacional foram medidas fundamentais dessa campanha. As outras vieram depois, com a derrota nazista. Manda a verdade que se reconheça, aliás, que quando o nazismo procurou arregimentar suas forças nos Estados do Sul do Brasil, os colonos se dividiram em dois grandes grupos, um que ficou com o nazismo, outro que preferiu o Brasil.

O que não podemos saber, de nenhum modo, é o que teria sido o "perigo alemão", com a vitória de Hitler. Dentro das conjecturas, não há conclusões otimistas. O "perigo alemão" existiu como ameaça contra os destinos da nacionalidade e a unidade da Pátria brasileira.

A derrota das tropas hitleristas e dos sonhos expansionistas da Grande Alemanha deu-nos a oportunidade de um trabalho eficaz contra os quistos tedescos. Tudo está a indicar que a ameaça se desfez e que acabamos ganhando, na Guerra Mundial, a incorporação de núcleos coloniais formados com elementos de primeira ordem e diante dos quais a única restrição do nacionalismo brasileiro havia sido o temor, justificado pelos fatos, de que se pudessem tornar forças de desagregação da unidade nacional.

Manda a verdade que se reconheça, no meio de tudo isso, um fato altamente auspicioso: o de que sempre contamos, dentro das próprias colônias germânicas, com elementos favoráveis ao Brasil. Eram elementos que se consideravam desvinculados da pátria que haviam deixado e interessados no destino do País, a que se haviam incorporado.

Fosse como fosse, justificava-se amplamente, no caso, o nacionalismo brasileiro, trazido nesse alerta permanente e nessa procura desesperada de providências, acauteladoras dos interesses brasileiros.

---

---

## O NACIONALISMO ANTI-JAPONÊS

---

---

A imigração japonesa, no Brasil, só tomou importância depois da Primeira Grande Guerra ou, mais precisamente, depois das leis imigratórias adotadas pelos Estados Unidos da América, restringindo as quotas de entrada dos filhos do Império do Sol Nascente. Até 1923, haviam entrado no Brasil cerca de 20.000 japoneses. No decênio 1924-33, o movimento imigratório se intensificou, chegando, nesse período, a 110.191 pessoas. Até 1957, contar-se-iam 209.184 imigrantes vindos do Japão.

Não obstante, com o fortalecimento do Japão e com a tendência para a segregação a que vinha obedecendo, aqui no Brasil, essa imigração, não demoraram a aparecer temores de sua expansão.

Já em 1926, em carta a Raul Fernandes, Miguel Couto focalizava o problema da crescente imigração japonesa, com palavras que se faziam notar pela sua veemência e até por uma certa demasia nos julgamentos. "A nossa Pátria, dizia Miguel Couto, está nas garras dos asiáticos, sem defesa e sem luta e se acha fadada a noite breve, se Deus não a salvar... Em 40 anos encheram o Brasil generoso e boa pessoa, ingênuo e camarada, 400.000 emigrados que numa terra ávida de braços jamais ninguém viu meneando uma enxada ou brandindo uma picareta, e são hoje os senhores sem contraste de todo o pequeno comércio brasileiro, donde eliminaram o italiano arguto em São Paulo, o português esforçado e irmão em toda parte, e os brasileiros moços,

eskorraçados deste começo de vida, que é o privilégio universal dos aborígenes. Imagine agora o meu caro amigo quando, dentro de duas décadas, os marus tiverem despedido nas nossas aldeias, nas suas cidades, nos seus Estados nipo-brasileiros, de cuja compartilhabilidade são os únicos juizes, o excesso anual dessa gente versuta, ambiciosa, guerreira e mística, obediente ao seu Imperador" (Moacir Navarro, *Miguel Couto*, 134).

O alarme, vindo de tão alto, impressionou profundamente o País, sobretudo na fase da elaboração da Constituição de 1934. Félix Pacheco se empenhou na refrega, ao lado de Miguel Couto, dando-lhe o apoio de vigorosas "várias" do "Jornal do Comercio". Xavier de Oliveira e Raul de Paula tornaram-se paladinos da causa, mobilizando a Sociedade de Amigos de Alberto Torres. O certo é que numerosas emendas apareceram na Assembléia Constituinte, apoiadas por um grupo apaixonado, em que se destacavam o próprio Miguel Couto, Xavier de Oliveira, Artur Neiva, Monteiro de Barros, Pacheco e Silva, Teixeira Leite.

Uma das emendas, corporificando a tese antinipônica, obtinha 129 assinaturas, que podiam ser em parte de apoio, mas não deixavam de expressar as simpatias que a tese ia encontrando. Xavier de Oliveira reuniria em volume os discursos que havia pronunciado nessa fase, dando-lhe o título de "O Problema Imigratório na Constituição Brasileira", e o subtítulo "Razões americanas de uma campanha parlamentar de brasilidade". Mesmo depois da Constituição de 1934, os defensores dessa atitude continuaram na estacada, como se vê pela publicação do volume "O Perigo Japonês", reunindo artigos que o "Jornal do Comercio" havia publicado, de abril a junho de 1942.

Júlio de Revoredo achava que nessa campanha havia uma larga influência dos Estados Unidos, dada a competição travada para o domínio do Pacífico. A invasão da Mandchúria agravava o problema. Talvez não fosse impossível encontrar, em alguns argumentos, certo preconceito racista. Mas havia também, como nota dominante, a orientação dada pelo Japão às suas correntes imigratórias, orientação que se

agravava com o prestígio crescente desse país, no âmbito internacional.

A emenda de Miguel Couto, na Assembléia Constituinte de 1934, proibia a imigração africana e limitava a asiática a 5% anualmente, sobre a totalidade de imigrantes dessa procedência, existentes no território nacional. A emenda Xavier de Oliveira proibia a entrada, no País, de elementos das raças negra e amarela de qualquer procedência. Artur Neiva preferia outra redação, que chegava ao mesmo resultado: só permitir a imigração de elementos da raça branca. Daí, da influência desses debates e dessas campanhas, o preceito do § 6 art. 121 da Constituição de 1934:

"A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos".

A Constituição de 1937 ainda repetiu esse preceito (art. 151), alterando a redação da primeira parte. A Constituição de 1946 se limitou a dizer que "a seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional. Parágrafo Único. Caberá a um órgão federal orientar esses serviços e coordená-los com os de naturalização e de colonização, devendo nesta aproveitar nacionais" (art. 162).

Os acontecimentos puseram fora de foco a campanha antinipônica. Não há dúvida, porém, de que, se havia nela um tal ou qual toque racista, a sua substância era puramente nacionalista, o temor dos quistos estrangeiros, que se pudessem formar no território brasileiro. Não é que o imigrante japonês seja mais inassimilável do que os outros. Sujeitos à influência de um novo meio, todos os imigrantes se adaptam e se integram no ambiente a que se incorporam, se abandonados às suas próprias forças e aos seus próprios elementos. Pode haver uma diferença de grau na rapidez dessa assimilação, que é inevitável, se não são profundas as diferenças

de cultura e de formação entre as correntes imigratórias e o meio a que elas se destinam.

O que constituía o perigo japonês era menos a qualidade do imigrante nipônico, do que a presença permanente do Estado nipônico na vida, na organização, no trabalho desse imigrante. O que o tornava aparentemente inassimilável era essa intervenção do governo japonês, na vida dos núcleos formados do Brasil. Essa permanência de ação revelava o imperialismo nipônico, a preocupação de contar eventualmente com os emigrantes japoneses, não apenas para a prestação do serviço militar, para a remessa de lucros ou de frutos do trabalho dos emigrados, como para a possibilidade de com eles criar colônias futuras, quando o Império crescesse de modo a poder chegar a essas afirmações e a essas conquistas.

O perigo existia, como se verificou, depois da Grande Guerra, com as explosões de nativismo da Shindo-Remei, liquidando sumariamente os que admitissem a derrota das armas japonesas, na Segunda Grande Guerra.

O fato de haver passado o perigo não diminui o mérito do nacionalismo antinipônico, não obstante algumas demeritórias de sua formulação, quando saiu do terreno político e econômico, em que podia encontrar argumentos suficientes para sua defesa, embora o remédio estivesse menos na redução ou proibição das correntes imigratórias, do que na efetivação de uma política colonizadora destinada a vencer o trabalho de nucleação e de segregação, orientado pelas autoridades japonesas, através de representantes e delegados, que aqui vinham intervir em domínio reservado à soberania brasileira.

Entregue a si mesmo e à influência das forças e dos elementos que o cercam, o imigrante não chega a ser problema e todos acabam assimilados e integrados na comunidade em que se encontram. O perigo estava na intervenção das autoridades japonesas, quando elas procuravam, por todos os meios possíveis, impedir ou retardar a ação das forças de adaptação e de assimilação a serviço da nacionalidade brasileira.

---

---

## NACIONALISMO ANTI-NORTE-AMERICANO

---

---

O caso aconteceu em fins de 1786 com um estudante brasileiro, José Joaquim da Maia, filho de um mestre pedreiro do Rio de Janeiro e aluno da Faculdade de Medicina de Monttpellier, na França. Sob o pseudônimo de Vendek, Maia se dirigiu ao Embaixador dos Estados Unidos naquele país, Thomas Jefferson, expondo os problemas brasileiros, o surto emancipacionista, que ia conquistando a todos, num país, que "gemia numa assustadora escravidão, pois que os bárbaros Portugueses nada poupavam, para impedir que seguíssemos os vossos passos", escrevia o estudante. Só os Estados Unidos estavam em condições de ajudar os brasileiros. Havia grande ódio entre brasileiros e portugueses, continuava Maia, observando que o povo brasileiro considerava a revolução americana precursora da que devia emancipar o Brasil.

Jefferson respondeu a Maia e com ele chegou a encontrar-se em Nimes na França. Suas respostas, assim como o relatório enviado a John Jay, que se achava na Secretaria de Estado, na fase da Confederação, acentuavam que ele não aceitava nenhum compromisso e não passara de promessas vagas, sem deixar de lembrar a Jay que essas conversações poderiam traduzir-se em vantagens futuras, junto a Portugal, quando os Estados Unidos valorizassem sua inação, ou sua recusa, diante das aspirações de autonomia do povo brasileiro.

Lúcio José dos Santos não pôde deixar de comentar que a atitude de Jefferson "revela todo o egoísmo americano". Assim, pois, os sonhos e as ilusões de que o patriota brasileiro tão entusiástica e animada confiança fizera a Jefferson, iam servir, nas mãos deste, para forçar Portugal à concessão de novos favores, mediante os quais conviria aos Estados Unidos, que se tinham libertado graças ao auxílio estrangeiro, continuassem escravas as outras colônias da América!

Experiência semelhante fizeram os revolucionários pernambucos de 1817, quando o Governo Provisório de Pernambuco despachou para os Estados Unidos um agente diplomático, na qualidade de Encarregado de Negócios, para obter o reconhecimento formal da nova república e a compra de armamentos e apetrechos de guerra, além do concurso de oficiais franceses emigrados nos Estados Unidos, chamava-se Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, esse emissário, que chegara aos Estados Unidos quando acabava de assumir o governo daquele país o Presidente James Monroe. O emissário pernambucano invoca o "socorro exterior de seus irmãos", os que abriram os primeiros caminhos da liberdade republicana, nas regiões do Novo Mundo. Excitava os Estados Unidos "ao altruísmo político" e tecia um "hino à liberdade republicana e ao espírito continental, ao qual só faltava esta designação, muito mais tarde empregada", resume Oliveira Lima, acrescentando: "Pode pois dizer-se que foi a diplomacia pernambucana, da gorada república, quem, seis anos antes de Monroe formular sua doutrina, definiu, no Novo Mundo, o pan-americanismo".

Tudo em pura perda. E aqui cabe o comentário amargo do historiador da revolução, Muniz Tavares: "Pernambuco iludia-se, quando, na combinação de seus planos, contava com o apoio decisivo daqueles Governos que professavam máximas liberais; principalmente o dos Estados Unidos da América do Norte. O espírito desta Nação é mercantil; os mercantes são avaros; o seu Governo é tanto livre, quanto prudente; cordialmente saudará os oprimidos, que esma-

quem os opressores, porque está certo que mais ganhará no comércio. Porém durante a luta, se esta não é disputada com igual valor da parte dos oprimidos, seguirá a trilha das outras nações; o temor do comprometimento o tornarão surdo, e nem auxílio algum oferecerá diretamente, tendo muito menos liberdade do que os Monarcas absolutos, na aplicação dos dinheiros públicos.

Os Estados Unidos não eram ainda a potência que viriam a ser um século mais tarde. Não se moveriam senão tocados por um interesse direto e não apenas por força de consequências futuras ou de esperanças mais ou menos precárias. Não se sentiam com elementos para um papel de paladino e não sacrificariam o futuro numa aventura temerária. Se seis anos depois chegavam a uma afirmação corajosa, através da Doutrina de Monroe, não se esqueça que essa nova atitude correspondia a uma sugestão de Canning, num momento em que os Estados Unidos, assustados com a idéia da reconquista do México pela Espanha, através da política recolonizadora da Santa Aliança, faziam da Doutrina de Monroe uma bandeira de não-intervencionismo europeu nas Américas, tese que convinha à Inglaterra e que a Inglaterra estimulou e apoiou, como instrumento para a conquista dos mercados americanos.

O conteúdo imperialista, ou expansionista, da Doutrina de Monroe, ainda estava oculto, ou não existia, o que sem dúvida representava uma oportunidade para eventuais e ulteriores aplicações. Mesmo na parte expressa, fechando os caminhos do Novo Mundo ao intervencionismo europeu, surgia como argumento bastante para imobilizar a Europa ou para conter os pruridos restauradores da Santa Aliança, com o poderio da esquadra inglesa, constituída em proteção para o comércio livre. A Doutrina de Monroe, nesse momento, vinha proporcionar, como os fatos posteriores o comprovaram, excelente oportunidade aos centros industriais britânicos, para a sua expansão e fortalecimento, ao mesmo passo que não chegava a fechar, aos próprios Estados Unidos, os caminhos para a conquista do Texas, e nem afastava o sonho obstinado da anexação de Cuba.

No reconhecimento da independência do Brasil, os Estados Unidos chegaram em primeiro lugar, mas ainda assim sem muita pressa, a 21 de maio de 1824, e em termos que denunciavam a presença ou a assessoria da diplomacia inglesa. Mesmo depois do reconhecimento, as relações entre os Estados Unidos e o Brasil não se tornaram fáceis, com as desconfianças permanentes entre uma República e uma Monarquia, constituída esta como exceção, no continente americano.

Na guerra da Cisplatina, não foram mistério as simpatias dos Estados Unidos pelos adversários do Brasil, como não foram mistério as simpatias pelo Paraguai, na guerra que tivemos que sustentar contra Solano López.

As dificuldades maiores vieram, entretanto, com o comércio de escravos, quando navios e tripulantes americanos estiveram, não raro, a serviço dos traficantes que o Governo brasileiro se empenhava então em combater. Até mesmo abolicionistas fervorosos nos Estados Unidos, informa Lawrence F. Hill, tornavam-se, no Brasil, associados do tráfico. Durante a Guerra da Secessão, vários incidentes ocorreram, nas águas territoriais brasileiras, entre barcos das duas facções, nortistas e sulistas, todos indiferentes aos direitos de nossa soberania.

Salvador de Mendonça notara que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos só vieram a melhorar depois da visita de Pedro II à República de Washington, quando os norte-americanos tiveram oportunidade de conhecer de perto o feitiço democrático do Imperador, sua extrema simpatia e sua impressionante bonomia. Essas relações, todavia, não chegaram a um entendimento mais completo, não obstante a repercussão do laudo Cleveland, como fator favorável a um melhor entendimento entre os dois países.

Nem muita amizade, nem motivos para atritos ou entendimentos mais graves. Não que faltasse um caso ou outro menos amistoso, como os que ocorreram quando a representação diplomática dos Estados Unidos, no Brasil,

estava confiada a homens inferiores, como Condy Raguet ou James Watson Webb, responsáveis por incidentes, que não honram o povo norte-americano. Contavam-se alguns agravos, inclusive uma ameaça quase constante contra a Amazônia. Mas não nos parece que esses episódios pudessem justificar uma prevenção maior em face dos Estados Unidos, pois que eram moeda corrente na diplomacia da época.

O que parece que envenenou mais as relações entre os Estados Unidos e o Brasil, ao longo desse período, foi menos o que aconteceu conosco do que os exemplos sem conta de imperialismo, praticado, implacavelmente, contra os países da América Latina, do México à Bolívia. Aquela unidade, que Robert Bazin encontrava em toda a América Hispânica, feita da comunhão de esforços para a conquista da independência econômica, selando a fraternidade de povos diferentes, não se deteve nos limites do uso do idioma espanhol. Alcançou também povos que falavam outros idiomas, e que apesar disso se sentiam unidos pela luta comum contra o colonialismo e contra o imperialismo. Era a unidade dos oprimidos e dos ameaçados, sentindo como perigo futuro a agressão feita aos demais países do hemisfério.

Leia-se "A Ilusão Americana", de Eduardo Prado. O que ele anota, em relação ao Brasil, é muito pouco, um ou outro episódio, geralmente sem maior importância. O que avulta, entretanto, é o tremendo libelo contra o imperialismo norte-americano, em face das demais repúblicas do hemisfério, a conquista do Texas, os atos inamistosos, as manifestações de cupidez, a arrogância com a América Central, as façanhas de flibusteiros, os bombardeios efetivados pelos navios norte-americanos, as violências contra a Venezuela, a Colômbia, o Peru, o Chile, o Paraguai.

"Para o México, a Nação Americana tem sido um algoz e para a América Central um inimigo", resumia Eduardo Prado. Sua ação protetora acabava sendo muito mais nociva do que vantajosa para os países em que se exercia. Na frase

do poeta mexicano Altamirano, "o estrangeiro desleal e corruptor tem-no agrilhado, e julga-se ainda seu benfeitor, dizendo que são de ouro as cadeias com que o subjuga!" Por isso Eduardo Prado, passando em revista a política internacional dos Estados Unidos, em face, não apenas do Brasil, como de toda a América, não fugia à conclusão de que a "fraternidade americana é uma mentira".

Podia haver, na análise de Eduardo Prado, uma prevenção pessoal. Monarquista, combatia a República, que o Brasil, depois de 1889, resolvera adotar como modelo, como combatia o país, que maior apoio proporcionara a Floriano Peixoto, na luta contra a esquadra revoltada. Mas o que dá força ao libelo de Eduardo Prado, quaisquer que tenham sido os motivos que o inspiraram, é o seu conteúdo de fatos irretorquíveis, os exemplos sem conta de uma ação devastadora e inescrupulosa, abusando de seu poderio em face de nações desarmadas. Teria o Brasil razões para acreditar que os Estados Unidos agiriam, diante dele, com outros sentimentos do que os que vinham manifestando, na sua política invariável, em face de todos os outros povos e Estados da América Latina?

O "perigo americano" surgiu, no Brasil, menos como explosão de ressentimentos e de recalques nacionais do que por força de uma solidariedade instintiva aos demais Estados da América Latina. Era menos ressentimento do que prevenção, nessa fase em que surgiu, quando ainda não conhecíamos a ação dos monopólios e dos trustes, que iam buscar, em Wall Street, as palavras e as ordens de comando. Em 1902, o representante dos Estados Unidos no Brasil observava, à margem dos comentários que iam surgindo em torno da ação do Sindicato do Acre: "O 'Perigo Americano' tornou-se assunto principal nos jornais diários e nas caricaturas de Tio Sam, que nesses desenhos cada dia se tornam mais horrendo". E a verdade é que não sairia mais dos comentários, com argumentos e motivos, que iam fazendo dos desenhos de Tio Sam um retrato de Dorian Gray.

Salvador de Mendonça, depois de haver residido nos Estados Unidos não menos de 24 anos, não ocultava seus temores, nos artigos com que compôs o livro "A Situação Internacional do Brasil", escrito antes da Primeira Guerra Mundial. Outra grande voz seria a de Oliveira Lima, no "Pan-Americanismo", publicado em 1907.

Analisando as diversas fases da Doutrina de Monroe, que já não vedava conquistas na América, desde que realizadas através de nações do próprio continente, concluía Oliveira Lima que era "preciso obstar a eufedação do Brasil ao sistema norte-americano". O "big-stick" de Teodoro Roosevelt ainda estava em voga, numa hora em que iria começar a diplomacia do dólar, animada pelo instinto imperialista e pelos apetites plutocráticos. "Por enquanto, escrevia Oliveira Lima, não há que nos fazermos ilusões, o período que atravessamos é de imperialismo, portanto de ameaça latente". E como chegar a conclusões diferentes, diante do que se passava em Cuba, nas Filipinas, em Porto Rico, no Havai? Quando estadistas norte-americanos completavam a Doutrina de Monroe – a América para os Americanos – acrescentando: "para os americanos do norte"? E quando seus oradores acentuavam que a América do Sul tinha, no mapa, a forma de um presunto, e Tio Sam era um bom garfo?

Estávamos ainda nos prolegômenos de um terrível processo imperialista. Antes da Grande Guerra de 1914, os Estados Unidos ensaiavam seus primeiros passos no rumo da hegemonia no mercado financeiro mundial. Foi a partir de 1918 que o terreno se tornou mais favorável para a sua expansão, com o declínio da influência do capitalismo britânico. Os capitais dos Estados Unidos começaram a afluír, num ritmo crescente. E esse é que veio a ser o "perigo americano", sob uma forma nova, numa infiltração progressiva, dissimulada, irresistível. À supremacia financeira somava-se a supremacia comercial. De 1913 a 1925, os Estados Unidos compram 40% das exportações da América Latina,

mais de duas vezes o que a Inglaterra adquiriria nesse mesmo mercado.

As lutas passam do plano político para o econômico. Os incidentes da vida internacional perdem importância, exceto quando se reportam à infiltração e conquista do capital americano nos países da América Latina. Já não há necessidade de ocupação territorial da Venezuela ou da Bolívia. Basta o domínio das explorações petrolíferas de uma e das minas de estanho da outra. A medida que se expandem as indústrias americanas no Peru ou no Equador, cai o poder econômico nacional desses países. O polvo fortalece e multiplica os tentáculos, que todos se ligam a Wall Street, num trabalho de sucção, que alimenta a cabeça monstruosa à custa de implacável anemização de suas vítimas.

Sob a influência de Getúlio Vargas, o Brasil travou e venceu algumas batalhas essenciais. A primeira quando – e aqui foi decisiva a ação de Artur Bernardes (e poderíamos citar ao seu lado Salvador de Mendonça, Alberto Torres e Clodomir Pereira) – o país se trançou aos planos diferentes, e todos imperialistas, de Percival Farquhar, “a máquina de sucção que, sob o pretexto de auxiliar o desenvolvimento industrial do Brasil, ameaça, na realidade, sugar-lhe as forças vitais e reduzir a um corpo inane a Federação Brasileira”, como escreveu Salvador de Mendonça. Era quando Alberto Torres doutrina que “para manter independente a Nação é imprescindível preservar os órgãos vitais da nacionalidade: suas fontes principais de riqueza, suas indústrias de primeira necessidade e de utilidade imediata, seus instrumentos e agentes de vitalidade e de circulação econômica; a aviação e o comércio interno: a mais ampla liberdade de indústria e de comércio”.

A batalha imediata foi a fundação de Volta Redonda, da grande siderurgia nacional, com capitais próprios, utilizando a poupança nacional. Humberto Bastos recordou a resistência do Export Import Bank, o desinteresse do capital privado estrangeiro, a obstrução sistemática da United State Steel. Não fosse a Segunda Grande Guerra, e não sabemos até

onde poderia ter ido esse esforço contrário à industrialização do País, quando foi necessária a voz de Franklin Roosevelt para derrubar as últimas barreiras do capitalismo imperialista. Para que houvesse Volta Redonda.

A segunda grande batalha foi a do petróleo. Decênios e decênios de liberdade total para a iniciativa privada, nacional ou estrangeira, não haviam chegado senão a uma conclusão: a de que o Brasil não tinha petróleo. E quando se afirmava o contrário, os eternos capitulacionistas perguntavam: mas como vamos arrancar o petróleo ao solo brasileiro? Com as unhas? Sob a influência do capital estrangeiro, a imprensa quase unânime advogava soluções de entreguismo, fundadas, todas elas, na tese da incapacidade do Brasil para enfrentar problema de tal magnitude.

Já existia, porém, uma consciência nacional e foi ela que levou adiante o plano de Getúlio Vargas, tornando-o ainda mais radical, o que vale dizer mais brasileiro. Até dos partidos conservadores vieram votos para a solução da Petrobrás, apoiada por uma poderosa corrente militar, que o General Estilac Leal liderava. Fez-se, assim, o monopólio estatal. E tanto bastou para que o petróleo, que não existia, resolvesse aparecer. As refinarias estão surgindo, com uma produção crescente. O monopólio nacional de importação não existe apenas porque não o quer usar o Conselho Nacional de Petróleo; não demoraremos a chegar ao monopólio estatal da distribuição, iniciado por meio do fornecimento direto aos serviços nacionais. Encampadas as refinarias particulares, poderemos então fechar o ciclo da exploração petrolífera, em mãos do povo brasileiro.

Se não chegamos ao monopólio estatal da indústria pesada da eletricidade, é que o plano de Getúlio Vargas não se cumpriu. O governo Kubitschek inutilizou a primeira parte, desviando recursos nacionais, a poupança do povo brasileiro, corporificada na taxa de eletrificação, para a expansão da indústria estrangeira, com os empréstimos e favores de toda ordem concedidos à Pirelli, à Standard

Electric, esta última subsidiária da International Telegraph and Telephone Corporation.

Outra parcela considerável da taxa de eletrificação, o que vale dizer da poupança do povo brasileiro, foi destinada, ainda, pelo governo Kubitschek, ao fortalecimento dos sistemas da Light e da Bond and Share, prestando-se o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a esse trabalho de desnacionalização, quando se criou a taxa para servir à expansão da indústria nacional no Brasil e não ao fortalecimento da indústria estrangeira em nosso País. Furnas é um capítulo vergonhoso de entreguismo, quando deveria ser uma obra nacional, como Três Marias ou Paulo Afonso. E não contentes com o desviarem assim recursos nossos, em benefício de empresas estrangeiras, ainda se procura consumir as sobras escassas da taxa de eletrificação, pagando, a preço de desvario ou de corrupção, o ferro velho e o material antigo de usinas obsoletas, usando tabuletas de nacionalização para ocultar esse novo assalto à poupança do povo brasileiro.

Estabeleceu-se a taxa portuária, para a criação de uma indústria naval brasileira, e não apenas no Brasil e foi ainda o governo Kubitschek que resolveu entregar os recursos dessa poupança a estaleiros americanos e japoneses, favorecendo a famosa Eliccott do Brasil, subsidiária da Eliccott americana, enfeitada com almirantes reformados, num esforço para disfarçar a realidade de empresas estrangeiras vivendo e prosperando à custa da poupança brasileira. Puro, puro entreguismo, nesse trabalho de desnacionalização, com o desvio da poupança brasileira, sacrificando-se iniciativas meritórias, como a de Herberto Ramos em Pernambuco, e fechando-se o caminho a outros empreendimentos, que não mais poderiam competir com empresas estrangeiras, montadas e sustentadas com a poupança brasileira.

O esforço da corrente que Roberto Simonsen comandou vai sendo aos poucos aniquilado. Simonsen partia de uma consideração preliminar: a limitação inevitável de nossas importações, por força da pequena possibilidade de expan-

são da exportação. Limitada por essa realidade a importação, deveríamos fazer com que ela nos rendesse o máximo, circunscrevendo-se à aquisição de equipamentos. E a importância máxima de equipamentos impunha dois corolários inevitáveis: abastecimento, no mercado interno, dos bens de consumo e redução das remessas de lucro pela expansão da indústria nacional. A necessidade essencial de equipamentos não poderia deixar de orientar o País no rumo de uma política industrial nacionalista, assegurando, sempre e sempre, a prioridade da indústria nacional, se verificarmos que uma indústria estrangeira no Brasil, por força da remessa de lucros, acabará reduzindo a capacidade de importação de equipamentos, tanto mais quando sua criação se efetiva, na quase totalidade dos casos, muito mais por meio de créditos obtidos dentro do País do que em consequência de entradas efetivas de dinheiro estrangeiro ou de bens de capital.

Roberto Simonsen estava certo e sua orientação se ajustava perfeitamente aos pontos básicos de uma campanha nacionalista. O que não está certo é a deserção dos que, devendo continuar o esforço de Roberto Simonsen, preferiram os entendimentos com as empresas de fora ou com o capital chamado estrangeiro, e que não é, as mais das vezes, senão o capital brasileiro a serviço de empresas e interesses estrangeiros.

Como consequência, o que podemos observar é que as indústrias estrangeiras, e sobretudo o capital norte-americano, ocupam quase todos os postos-chaves do parque industrial brasileiro, sobretudo aqueles através dos quais se pode controlar a produção e a exportação de matérias-primas nacionais. Controla o capital norte-americano, ou influi poderosamente no comércio do café, na produção de leite, de algodão, de milho, do fumo, do trigo importado, no mercado de óleos vegetais, na produção e exportação de numerosos minérios, num sem número de indústrias, mais ou menos essenciais.

Dominam o comércio de café através de algumas firmas norte-americanas, como a American Coffee Corporation, a

Leon Israel, a Hard Rand, a H. La Domus, a Naumann Gepp, a Anderson Clayton, mediante um mecanismo, que Cid Silveira nos descreve, no seu livro "Café - Um Drama na Economia Nacional". "Pelo que nos mostra o movimento desses vinte anos (escreve Cid Silveira), as firmas dominantes não precisam desenvolver política agressiva em nosso mercado de café para liderar os preços. Se estão interessadas na queda das cotações, diminuem as compras, nem que seja necessário contra-ofertar com preço sensivelmente inferior ao inicialmente pedido. Uma pequena redução de compras no disponível, partindo das grandes firmas, pode ter o efeito psicológico de baixa, imediato ou após curta fase de expectativa ou tateio dos outros interessados no mercado. Talvez baste mesmo, para provocar a baixa, a diminuição dos embarques para o exterior, pelas dominantes, durante breve espaço de tempo. Ainda que não disponham de café para exportar, o fato de não estarem exportando pode ser superficialmente interpretado como desinteresse dos industrializadores nos centros externos de consumo".

A força de comando que faltar às firmas exportadoras estará nas mãos dos grandes torradores de café dos Estados Unidos, a Atlantic & Pacific, a General Foods, a Standard Brands, a Hill Brothers, a Folger & Co. A Federal Trade Commission confessou, num de seus documentados e minuciosos inquéritos, que os líderes dos preços do café torrado nos Estados Unidos, os "priceleaders", eram a Atlantic Pacific e a General Foods. E o que lhes faltasse em eficácia, seria facilmente suprido pelo que eles podem obter como grupos de pressão ou "lobbies", no campo político ou nos domínios da opinião e das campanhas jornalísticas. Os cafeicultores do Brasil não se esquecem da perseguição do senador Gillette ou dos pronunciamentos e esforços das associações de donas-de-casa, numa fase de melhores preços para o produto brasileiro. Como não esquecer as campanhas da imprensa chamada livre, na guerra de morte ao produto de nosso País. Quem não dispõe de nenhum comando, nesse jogo de interesses, é o Brasil ou são os produtores brasileiros. E se fosse possível fazer o levanta-

mento da receita com que o café concorre para a renda nacional dos Estados Unidos da América e dos Estados Unidos do Brasil, é que iríamos ver de perto o que é o colonialismo mercantil, a exploração capitalística e monopolística e o que vale ser satélite ou colônia de um grande e poderoso mercado comprador.

Mas os capitais norte-americanos não se contentam ou não se satisfazem com o nosso mercado cafeeiro. Dominam também a pecuária, através de frigoríficos, que podem concorrer para a queda dos preços da carne, retraindo-se na hora em que precisam abastecer-se e para elevação desses preços quando passam a correr por conta do consumo do povo. Não se esqueça que os frigoríficos se dedicam também à criação e invernagem do gado e à distribuição atacadista da carne verde aos centros consumidores, o que basta para lhes assegurar, com a influência natural de qualquer grande comprador, o comando efetivo dos preços da produção. Atuam nas zonas em que se encontram os principais rebanhos do País, no Rio Grande do Sul, em S. Paulo, em Mato Grosso, em Goiás e em Minas Gerais.

E quais são esses frigoríficos? São os que se integram no sistema internacional dos trustes da carne. O grupo Armour, controlado pela Armour American Corporation, filiada ao grupo de Chicago, como o Frigorífico Wilson é filiado ao grupo de Cleveland, o Swift ao grupo financeiro Kuhn-Loeb, todos americanos. Autores insuspeitos, como W. Feurlein e E. Hannan, incluem as empresas frigoríficas da Argentina, do Brasil e do Uruguai entre "as empresas filiais" e entre "as inversões coloniais", como as de mineração, pois que produzem para exportação. Se é verdade que, no Brasil, cresceu a parcela da produção destinada ao mercado interno, o certo é que com isso aumentou o controle e a influência sobre os preços da produção. Nem há como fugir à conclusão a que chega Alcindo da Cunha Xavier de que "criadores, invernistas, proprietários de curtumes, fabricantes de artefatos de chifre, fabricantes de adubos animais, produtores de rações para avicultores, comerciantes e con-

sumidores de carne em geral e seus derivados se encontram na dependência dos frigoríficos", de frigoríficos sob o comando de capitais estrangeiros e de trustes internacionais.

A ação dos frigoríficos se deve acrescentar a do quase monopólio da exportação de couros e peles, assim como a presença das fábricas de leite em pó ou condensado pela repercussão dessas atividades na valorização dos rebanhos e na produção leiteira. A Nestlé, por exemplo, tem origens suíças, mas seu capital é cada vez mais controlado por meio de corporações americanas, a Food Products Incorporation, do Panamá, a Alpine e Evaporated Cream Corporation, de S. Francisco, e a Universal Milk Corporation, de Los Angeles, todas dos Estados Unidos, filiadas ao Grupo Morgan, trabalhando com marcas registradas nos Estados Unidos, onde se concentra a parcela maior de sua produção.

No setor da produção do algodão, encontram-se atuando diversas empresas americanas, isto é, controladas pelo capital americano, como a Algodoeira Paulista S.A., a Algodoeira Reinhart Limitada, os Armazéns Gerais Algodoeiros S.A., a Companhia Algodoeira Wolleiy-Dixon, a Companhia Carioca de Algodão, a MacFadden, e, sobretudo, com suas subsidiárias e filiais, a Anderson-Clayton, mantendo fazendas experimentais e financiamento de fornecedores de matérias-primas, não raro, provavelmente, com recursos dos bancos brasileiros. Ainda temos que contar com a Sanbra, rendendo bons dividendos e, sobretudo, capitalizando lucros fabulosos. Basta lembrar que, em 1951, aparecia com um capital de 270 milhões de cruzeiros, capital que subiu, em 1960, para 2.400 milhões, à custa de reavaliações de ativos e da incorporação de reservas, com subscrições pequenas de capital, subscrições que não sabemos ao certo se não serão apenas reinvestimento. Na safra de 1953 a 1954, oito empresas, em sua maioria estrangeiras, controlavam 75,23% da produção de algodão em rama de todo o Brasil. A Sanbra e a Anderson Clayton representavam mais de 30% nesse total e exerciam, na verdade, o poder de empresas dominantes, fixando a seu sabor, e em última instância, o

preço do produto brasileiro. (Sylvio Monteiro, "Como Atua o Imperialismo lanque", 171.)

Na produção de fumo, como revela Aristóteles Moura, "a Companhia de Cigarros Souza Cruz encabeça um conjunto de empresas, que atua na indústria do fumo com integração vertical quase completa. Cada empresa integrada dedica-se a uma atividade determinada, dentro do ramo, desde o comércio do fumo em bruto até a venda, o transporte e a distribuição dos produtos por atacado, compreendendo a indústria do papel, a indústria gráfica e a fabricação de cigarros e charutos. O grupo assume certa importância na economia brasileira, pois é o maior produtor de cigarros e controla os principais mercados consumidores. A conjugação das suas indústrias lhe confere posição ímpar e altamente favorável, para exercer funda influência no comércio de tabaco".

Embora se saiba que o controle do capital inclui elementos ingleses, o certo é que todo o comando vem hoje de uma associação de capitais, que se intitulou British-American Tobacco. Como um grande mercado consumidor, não é possível desprezar, no conjunto, a influência da American Tobacco. Da prosperidade da Souza Cruz, num regime tão próximo do truste, dizem os algarismos da expansão de seu capital, que passou de 328 milhões de cruzeiros em 1952 a 4 bilhões em 1960, com o lucro líquido, em 1959, de 1.621 milhões de cruzeiros, ou 54% sobre o capital da época. Na sua diretoria figuram nomes de destacada influência social e política.

Na Argentina, onde imperam os mesmos trustes da industrialização do fumo, Jaime Fuchs observa que "os produtores de tabaco, concentrados em Corrientes, Missiones e Salta, são objeto de uma dupla exploração: a do latifundiário, dono das terras, e a dos grandes consórcios industriais, que adquirem a maior parte de suas colheitas, pagando preços baixos. As condições de vida dos cultivadores, mais de 12.000 famílias, somente em Corrientes, são um quadro de penúria e sofrimento que formam parte do

drama argentino que, com sua miséria, nutre os lucros colossais da oligarquia argentina e as empresas imperialistas”.

No Brasil, a área cultivada, destinada à produção do fumo, não revela expansão considerável. E basta a circunstância de haver um truste internacional no controle das atividades agrícolas dos plantadores e cultivadores de tabaco no Brasil, para que se não possa deixar de reconhecer o que existe é uma posição colonial, traduzida numa produção agrícola, destinada ao suprimento de indústrias controladas pelo capital estrangeiro.

Na exportação de minérios, temos que contar com as subsidiárias da United States Steel, da Bethlehem Steel, da Hanna, da Kaiser, da Wahchang, de Boris Davidovitch e outros, atuando, com influência considerável, quando não dominante, nos mercados mais diversos, desde o ferro ao manganês, da bauxita ao carvão e às areias monazíticas sem esquecer a mica, o diamante, o ouro, o cobre, o níquel, o berilo, a xelita, o zircônio e outros e outros. Estão presentes em todos os setores, na pesquisa, na lavra, no beneficiamento do minério.

Influi também o capital americano em numerosos domínios da produção brasileira. Nas indústrias de refrigerantes não há como ignorar a Coca-Cola, a Crush, a Pepsi-Cola e o Grapette, indústrias todas essas servindo, exclusivamente, para arrancar divisas ao Brasil. Quando não impedem que indústrias concorrentes prosperem, como as que fabricam refrigerantes no País. Mas se se fizer uma pesquisa, é bem provável que as empresas estrangeiras contem com muito mais apoio, nos próprios bancos brasileiros, que os fabricantes nacionais.

Nas indústrias alimentares, os americanos também estão presentes com numerosas fábricas, a Alimentos Aléxandre, a Usabra, a Chiclé Adams, a Harkson, dos produtos Kibon, a Nestlé, a Maizena, a Quaker, a subsidiária da Corn Products Refining, a Toddy do Brasil, a Standard Brands,

fabricando fermentos, gelatinas e pudins, a Anderson-Clayton, com a sua produção de óleos vegetais, de gorduras e margarina. Ainda temos que contar com os produtos Kresto e Kelloggs, diversas marcas de biscoitos e inumeráveis outros artigos, em que a indústria brasileira perde mercados, pela impossibilidade de concorrer com as grandes organizações do capital internacional monopolista.

No setor da energia elétrica, há dois soberanos, a Light e a Bond and Share, a primeira vinculada a uma empresa canadense, a Brazilian Traction, a outra filiada à American Foreign Power Corporation, por sua vez articulada com o grupo Morgan. É o próprio Presidente dos Estados Unidos quem patrocina a compra, pelo Brasil, do ferro velho das companhias da Bond and Share e a emenda Hickenlooper procura forçar caminho para qualquer preço que os donos da Bond and Share queiram impor. Ao Brasil não restará outra alternativa do que a de pagar o que eles reclamam ou de renunciar a qualquer auxílio americano. Usinas obsoletas, material velhíssimo de distribuição, comprado quase todo à custa de tarifas excessivas, sem qualquer subscrição de capital, terão que ser pagas como se fossem novas e adquiridas com dinheiro deles.

Uma publicação especializada, a Banas, calculava, em 1961, que todo o capital americano investido no Brasil deveria alcançar a 130.740 milhões de cruzeiros, incluindo todos os setores, o automobilístico, o de máquinas, o de petróleo, o da indústria química, o de vidros e cimento, o das indústrias alimentícias, o de artefatos de borracha e de produtos farmacêuticos, e até mesmo o de energia elétrica. Pois os Srs. Santiago Dantas e Roberto Campos concordavam em que se pagasse, somente pelas concessionárias da Bond and Share (avaliadas em 6.649 bilhões de cruzeiros pela Banas), não menos de 45 bilhões de cruzeiros – quase oito vezes a estimativa feita pela Banas sobre os balanços e documentos publicados pela Bond and Share!

Na importação e industrialização do trigo, o controle do capital estrangeiro é tão grande, que até dispõe de meios

para embaraçar ou travar a produção do trigo nacional. Se há um grupo de moinhos vinculados ao capital inglês, não se ignora que são atualmente imensas as ligações entre o grupo Bunge e Born e o capital americano. Na Argentina, Bunge e Born são aliados da Quaker Oats, da St. Joseph Lead e da Dupont. A tendência é para o acordo e a divisão do trabalho, na ação monopolística. A mesma coisa se observa no Brasil, através dos moinhos vinculados ao grupo Bunge e Born e que aparecem também com acionistas americanos, ligados às empresas estabelecidas no Panamá.

Na indústria da borracha e de artefatos de borracha, seis companhias dividem entre si o mercado de pneumáticos. Só as companhias nitidamente americanas controlam 58% desta indústria, com a Firestone, a Good Year e a Goodrich. A parcela restante ficou com a Pirelli, que tem nome italiano, mas está ligada a capitais de origem diferente. Como se lê em "O Dólar no Brasil", "a Pirelli trabalha estreitamente associada às companhias americanas fabricantes de pneumáticos e à General Electric na manufatura de fios e cabos elétricos".

Com a General Electric e a Standard Electric, a Pirelli divide o mercado da indústria pesada de eletricidade. Há que acrescentar a Philips, assim como a National Carbon do Brasil, a Hoover Brasileira e muitas outras. Aristóteles Moura encontrava, em 1956, não menos de 52 fábricas de material elétrico existentes no Brasil, sendo de mais de um terço a parcela representada pelo capital americano, sem falar na dependência que pode resultar da necessidade dos "royalties".

No setor do comércio e distribuição do petróleo, as companhias que operam no Brasil pertencem aos monopólios americanos de petróleo e, juntamente com a Shell do Brasil, anglo-holandesa, dominam 100% do comércio atacadista, com a Esso, a Atlantic, a Texas, a Gulf. Só a partir de 1962 a Petrobrás resolveu inscrever-se no páreo, distribuindo gasolina às corporações militares e repartições em geral. Assim como quebrou o monopólio do comércio de gás

engarrafado, exercido pela Esso com a Gasbrás, e a Ultragás, esta associada da Socony Vacuum.

Na indústria automobilística, o capital estrangeiro, segundo a Organização Bana, estava calculado em cerca de 70%. E o controle do capital estrangeiro é total com a exceção da Fábrica Nacional de Motores. Embora associe capitais americanos e capitais europeus, a tendência é para o prevalecimento do capital americano, como se pode ver no caso da Simca, recentemente adquirida pelo grupo americano da Chrysler.

Já atuam no Brasil a Ford Motor, a General Motors, a International Harvester, a Willys Overland, a Caterpillar e outros grupos de capitais americanos.

No setor do alumínio, pelo menos 5 das empresas existentes no Brasil estão presas ao truste internacional da Alcoa. E ainda no setor metalúrgico e mecânico, encontramos muitas fábricas que representam grupos de capitais americanos, como a Armco, a Brasaço, a Hammond, a Aço Fama, a Hobart Dayton, a Otis, a Gillete, a Ferro Enamel, a Home Fittings, a Starret, a Jonak, a Jones and Laughlin, a Canco, a Bendix e mais algumas dezenas de empresas, todas elas dependentes do capital americano, desde a produção de máquinas à elaboração de lâminas de barbear e à fabricação de despertadores.

Nas indústrias químicas, os trustes americanos conseguiram retardar por muito tempo a construção e funcionamento da Fábrica Nacional de Álcalis. E vagaroso e difícil tem sido o desenvolvimento da indústria química no Brasil. Entre as empresas que operam no País, há representantes de trustes poderosos como a Dupont e a Union Carbide. Em alguns ramos do setor, observa Aristóteles Moura, "o predomínio das empresas americanas é completo", como acontece na de vidro plano, sob o controle do grupo de Pittsburgh-Corning, grupo a que o governo Kubitschek entregou a presidência do Banco do Brasil, e até mesmo o Ministério da Fazenda, através do Sr. Sebastião Paes de Almeida. A Co-

mercial de Vidros do Brasil, a CVB, controla algumas dezenas de companhias no Brasil. Os grupos estrangeiros que entram nesse domínio estão sempre ajustados aos pontos de vista gerais, numa organização que tem tudo de um truste, no tipo de controle que vai da fabricação ao comércio do produto, estabelecendo preços num regime que não deve ter nada de comum com o da livre concorrência.

Através da indústria de óleos vegetais e através da exportação da matéria-prima, fábricas americanas preponderam no mercado da compra da produção nacional da mamona, do babaçu, do caroço de algodão, da oiticica, do amendoim, da linhaça, sob a ação de grupos financeiros como os de Baker Castor Oil, da Kellougg, da Pacific Vegetable Oil Products, de Anderson Clayton, da Sanbra e outras. Sem falar na influência da Bates na indústria do papel e do papelão, ou da Shelby Shoe no calçado.

Onde, porém, a influência americana é mais poderosa, ou mais profunda, é no setor da indústria farmacêutica e da perfumaria. Banas calcula em 62% a participação do capital estrangeiro nesse domínio. Maria Augusta Tibiriçá Miranda, em "Vamos Nacionalizar a Indústria Farmacêutica?", nos "Cadernos do Povo Brasileiro", mostra que em 1960 os laboratórios nacionais venderam 12% e os estrangeiros 88%. Conclui, por isso, que "o fenômeno da desnacionalização da indústria farmacêutica está em processo acelerado; a continuar esta tendência, em 1963, não haverá mais indústria brasileira alguma, os últimos recalitrantes estarão em fase final de liquidação". O terreno é cada vez mais para os grandes laboratórios estrangeiros, Abbott, Johnson, Squibb, Lilly, Scott, Merck, Pfizer, Park Davis, Sidney Ross e para os perfumistas, Colgate, Elizabeth Arden, Coty e outros.

Ainda temos a indústria cinematográfica, em que preponderam os grandes produtores norte-americanos, nas telas de todo o Brasil. E mais grave que tudo é a presença do capital norte-americano no domínio dos seguros e do comércio bancário e nas companhias de investimentos, onde recursos arrancados à poupança brasileira são postos à

disposição de empreendimentos estrangeiros, para a criação ou o fortalecimento de uma indústria estrangeira no Brasil, quando deveríamos ter a preocupação de reservar nossa poupança para as indústrias brasileiras no Brasil. Deltec, Valéria, Crescincio, Codival, são os nomes, que precisam ser guardados, para conhecer os paladinos desse processo de desnacionalização, feito com dinheiro brasileiro, desviado de empreendimentos brasileiros. Os recursos do Fundo Crescincio montam a 2 bilhões de cruzeiros e o Brasil continua inerte, permitindo que sociedades desse tipo funcionem num País que vive a dizer que precisa de capitais e que deve precisar desses capitais para si mesmo, e não para desenvolver o capital estrangeiro dentro do Brasil, vale dizer as indústrias dos outros.

Aí estão alguns dados, nessa invasão econômica, tão perigosa quanto a invasão territorial, senão mais perigosa, pois que se constitui também em quinta-coluna, para a proteção e a defesa de interesses estrangeiros. Em 1950, segundo o Departamento de Comércio dos Estados Unidos, havia em todo o mundo 7.417 empresas sob o controle norte-americano, sendo que no Brasil se achavam 263, das quais 144 organizadas como sociedades brasileiras, e 92 sob a forma de empresas autorizadas a funcionar no País. Em dezembro de 1954, Aristóteles Moura já encontrava 367 empresas. Em 1960, a Organização Banas enumerava 791 companhias. Vale a pena acentuar a progressão:

1950	.....	263	empresas
1954 (dezembro)	.....	367	"
1960	.....	791	"

Dessas 791 empresas, pelo menos metade se constitui de sociedades destinadas a atividades, que os brasileiros poderiam exercer, pois que significam escassíssima entrada de capital, e isso mesmo quando há entrada de capital, e as funções a que se entregam são de simples intermediários ou quase isso. Poderemos apontar alguns números, que falam por si só. Vamos encontrar assim:

Bancos de depósitos . . . . .	3
Companhias de investimento . . . . .	41
Empresas de seguros . . . . .	14
Empresas imobiliárias . . . . .	6
Distribuidores de petróleo . . . . .	13
Empresas de construção e engenharia . . . . .	21
Artes gráficas, rádio e publicidade . . . . .	15
Refrigerantes . . . . .	17
Hotéis e cinemas . . . . .	16
Serviços e despachos . . . . .	27
Armazéns gerais . . . . .	6
Transportes . . . . .	16
Atividades comerciais . . . . .	125
Total . . . . .	320

Nas outras 471, muitas e muitas empresas se destinam também a atividades que não têm maior importância na economia brasileira, atividades mais de intermediários do que de produtores, atividades de sentido quase parasitário, não exigindo investimentos, não significando entrada efetiva de dólares. O número elevado de empresas de investimento fundadas no Brasil, por iniciativa de empresários norte-americanos e por eles efetivamente controladas, explica-se pela necessidade ou conveniência de instalar e fazer funcionar no Brasil companhias norte-americanas, com capital brasileiro, mas com a tarefa de produzir dólares para os acionistas ou os "promoters" norte-americanos levantando, com recursos brasileiros, uma estrutura empresarial norte-americana.

De seu lado as empresas de publicidade, divulgando técnicas que não têm nenhum mistério ou possuindo um "know-how" sem maior significação, pois que difundido no Brasil com elementos nossos, visam evitar que as empresas norte-americanas gastem a sua publicidade com empresas brasileiras, quando podem fazê-lo em benefício dos norte-americanos, vindos especialmente para essa função. É evidentemente manifestação do nacionalismo norte-americano, aplicado no domínio da exportação de empresas. Firmas

norte-americanas não querem ser tributárias de companhias brasileiras de publicidade, para que os cruzeiros que venham a ganhar e a gastar possam retornar, de alguma forma ou em grande parte, aos próprios Estados Unidos, como dólares de boa feitura. Os bancos de depósitos colaboram com as companhias de investimento, para as necessidades mais urgentes do capital de giro. As empresas de engenharia e construção canalizam também para os Estados Unidos parte não desprezível dos lucros e despesas dos projetos e obras, a cargo de sociedades controladas pelo capital norte-americano. Patrocinam programas de televisão com os enlatados americanos, para que o Brasil tenha a glória de conhecer os But Masterson, os Maverick, os Shannons e tantos e tantos outros. Operam com o dinheiro brasileiro e usam todos os expedientes, para aumentar a parcela de dólares encaminhados aos Estados Unidos, à custa de nosso desgraçado cruzeiro.

Tudo perfeitamente ajustado e enquadrado num sistema de integração vertical, para que se feche o circuito do capital norte-americano e para que estejam presentes, em todo o percurso, empresas norte-americanas, para o aproveitamento das despesas complementares e dos lucros excedentes, afastada a concorrência de sociedades e técnicos brasileiros dentro do Brasil. É como a água de certos repuxos. Os jatos irisados se elevam acima da superfície dos lagos, para a delícia de visitantes e transeuntes, mas voltam aos tanques, para que as bombas de novo os façam subir, ainda mais bonitos, coloridos com a luz de refletores, que se alimentam com a energia fornecida por outras empresas norte-americanas.

Por isso aumenta todos os anos o número de empresas norte-americanas no Brasil. Em dez anos passaram de 263 a 791, triplicando, pois. E constituem verdadeiros quistos econômicos, forças do capitalismo norte-americano dentro do Brasil, outras Guantánamos, não menos presentes e não menos perigosas. Agindo como forças de pressão no mercado de divisas, trabalham deliberadamente no sentido da

valorização do dólar, como forma pública de agumento de capitais nominais, chegados aqui em proporções insignificantes mas subindo como foguetes, graças à força propulsora de reavaliações de ativo e de reinvestimentos, com que se disfarça ou se dissimula a fraude de lucros leoninos.

É nessa realidade que devemos enquadrar o episódio do IBAD, como uma demonstração de que essas empresas já não se contentam com o capital brasileiro de que se utilizam ou de que se servem. Já não se satisfazem com os dólares que remetem para os patrões norte-americanos, algumas vezes abertamente, outras vezes através de subfaturamentos ou por meio da compra clandestina de dólares. Já não se contentam com benefícios, vantagens e lucros praticamente ilimitados. Querem também mandar. Querem governar o Brasil. Procuram chegar a uma fórmula que lhes permita subordinar o Brasil à vontade, aos caprichos e sobretudo aos interesses dessas forças de ocupação econômica. Por isso elegem deputados e senadores. Como já estão elegendo governadores e vão amanhã eleger Presidentes da República. Usando apelidos e nomes brasileiros, constituem, dentro do Brasil, um governo norte-americano, um governo títere.

*Sic itur ad astra.* Assim se fazem as colônias. O IBAD não é senão o elo entre as bases econômicas que os Estados Unidos da América souberam criar e firmar em território brasileiro.

O IBAD vale assim como um símbolo desses novos tempos de sujeição e dependência, com a institucionalização do suborno e da corrupção, a intervenção acintosa do capital estrangeiro na vida política do Brasil, para a eleição de senadores, deputados e governadores que favoreçam e ajudem essa invasão econômica, muito mais séria e perigosa que a invasão territorial, pois que nos deixa a impressão do "self-government", num momento em que as manivelas de comando já não estão em mãos de brasileiros. Colônia econômica ou colônia política tudo dá na mesma. Talvez na colônia política seja maior o direito de reclamar e de protestar.

A invasão econômica pode vir disfarçada, vestida de independência, trazendo à sua frente os prósperos nativos da Ordem dos Homens de Palha, com os dólares transferidos em comendas, alinhando os vassallos imponentes, os fâmulos prestimosos, a serviço de uma força econômica onímoda, insidiosa, irresistível ou dominadora, quando se estende da propaganda jornalística aos programas de rádio e televisão e aos óbolos para as obras de caridade e instituições paroquiais.

Cerca de 800 empresas há mais de dois anos. De empresas que vêm trabalhar no Brasil, contando com o nosso capital, com o financiamento de nossos bancos, com as tarifas alfandegárias, com que procuramos defender empreendimentos nacionais. Oitocentas empresas que trazem para o Brasil a influência de grupos econômicos internacionais, o Morgan, o Rockefeller, o Mellon, o Du Pont, o Kuhn Loeb, o de Chicago ou Cleveland.

Formam todos eles um Estado dentro do Estado, um quisto econômico não menos perigoso que os quistos raciais, um sistema integrado, valendo-se de empresas de publicidade, que são também estrangeiras e que se tornam instrumentos de pressão, influenciando em nosso País, através da imprensa de que elas se servem. Um sistema que conta com a presença e a vigilância do Governo norte-americano, influenciando no Departamento de Estado, ditando normas, não raro, à política financeira dos próprios Estados Unidos.

Não pode haver dúvida de que esse sistema exerce grande poder no Brasil, infiltrando-se no Governo do País, interferindo no processo eleitoral, estipendiando defensores e agregados, valendo-se dos órgãos de opinião. E a ocupação dos postos-chave na indústria acabou criando, realmente, a figura que Paulo Guilherme Martins popularizou, a figura do Brasileiro, que começa o dia com uma escova e uma pasta de dentes com nome norte-americano e o termina tomando remédios norte-americanos, vendo filmes norte-americanos, usando aparelhos elétricos dos Estados Unidos, produtos de empresas norte-americanas, desde a lâmina de barbear ao sabonete, ao talco, ao

plástico, ao pneumático, ao refrigerante, à farinha de trigo ou de milho, ao óleo para alimentação. Fartando-se com os enlatados da televisão. Vivendo a vida dos heróis ou dos bandidos das histórias de quadrinhos – heróis que são deles e bandidos que são dos outros países. Babando-se de gozo com as proezas sexuais dos detetives dos livros de bolso. Deliciando-se com os tiros de seus "gangsters" e os músculos de seus mocinhos. Adorando a invulnerabilidade dos seus agentes federais. Admirando-se de que ainda haja gente viva, depois de tantos tiros, e moças honestas numa terra de Casanovas, necessitados de máquina de somar para a conta de suas façanhas. Brasilino é o Jeca Tatu de nossos tempos, na colônia em que vamos vivendo, humildes, resignados, pacientes. Um Jeca Tatu que não sabe mais pitar, não fica de cócoras, não usa chapéu, nem cospe de esguicho. De um Jeca que trocou o fumo de rolo pela goma de mascar de Adams ou pelo chiclete-bola. E que substituiu as vozes caipiras pelo "O.K." e pelo "Bye-bye" da moda.

Não nos interessa nem mesmo discutir os aspectos econômicos do emprego do capital estrangeiro, sua função de aliviar o volume da poupança nacional ou o seu apregoado efeito germinativo. Tanto mais quando muitas e muitas indústrias norte-americanas não chegam a reduzir nossas necessidades de produtos estrangeiros, isto é, não diminuem nossa demanda de dólares. Ao contrário, passam a figurar na coluna de remessas de dólares, como os refrigerantes, os chicletes, os artigos de alimentação, agravando cada vez mais nossa posição no mercado de divisas.

E o que precisamos acentuar é o aspecto *político* dessa importação de marcas de fábrica (e não propriamente de capitais). O efeito da montagem de fábricas, que não passam de instrumento para avolumar ou multiplicar a demanda de dólares.

Se o dinheiro estrangeiro viesse para as mãos de brasileiros, para que eles o aplicassem, como se aplica e se usa o capital nacional, não haveria o que reclamar, se o pudéssemos pagar, nos vencimentos fixados para a restituição dos

empréstimos. Quem quer ser independente não se entrega de mãos amarradas aos credores, pedindo dinheiro, que não possa pagar. Não admite a situação de uma espera humilde à porta dos onzenários. Um país, uma pátria deve ser muito mais ciosa dessa independência do que o indivíduo sem nome, carreirista da fortuna. Uma pátria não pode, nem deve mendigar auxílios, nem se expor a prorrogações de prazo, olhado como pagador displicente ou irresponsável. Nem se contenta com o mudar a forma de pedir, como na Operação Pan-Americana, como se a arrogância, ou a ameaça, disfarçasse a substância do ato de pedir. Uma pátria deve ter mais vergonha, mais dignidade, mais honradez do que qualquer de seus filhos, por mais digno e honrado que seja qualquer deles.

Cada indústria estrangeira que se fixa no Brasil não é apenas um esforço para fraudar nossa política protecionista, montando aqui fábricas de produtos que não fiquem sujeitos às tarifas alfandegárias. A política protecionista não visa apenas reduzir a necessidade da importação de mercadorias estrangeiras; procura também diminuir a necessidade de remeter dinheiro para fora, pois que tanto faz comprar mercadorias estrangeiras como remeter lucros para fora, e lucros que a proteção alfandegária multiplica ou exagera. O que se visa com a política de proteção aduaneira é a criação, no Brasil, de uma indústria brasileira, acumulando aqui seus lucros e sua poupança, limitando as necessidades de divisas à importação de bens de capital. E não é isso o que está acontecendo com as fábricas que estão sendo montadas no Brasil e que remetem lucros sem qualquer proporção com a importação dos bens de capital, que porventura hajam recebido.

A migração de fábricas teve em vista, como o declara um professor da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, Dudley Maynard Phelps, "contornar barreiras comerciais artificiais". O que vale dizer iludir a política de proteção alfandegária de outros países. Desbordar barreiras, de que os Estados Unidos se valeram amplamente, para a criação

de seu formidável parque industrial, na hora em que se viam ameaçados pelas indústrias britânicas.

Não são apenas os agentes federais dos Estados Unidos que são "intocáveis". O dólar também é intocável. Kelloggs já dizia que uma ofensa feita por um Estado ao cidadão de outro Estado era uma ofensa ao Estado a que pertencia o cidadão ofendido. Cada dólar carrega consigo a bandeira dos Estados Unidos, a proteção diplomática do Departamento de Estado, as sanções do Foreign Aid Act. O que quer dizer que vale como ameaça ou risco de intervenção estrangeira. No fundo, é aquilo que um dos Ministros da Guerra dos Estados Unidos declarava: "Creio que o que é bom para a Nação é bom para a General Motors; e vice-versa". Num sistema, em que o interesse nacional dos Estados Unidos se confunde com o interesse dos investidores norte-americanos, libertar-se desses investidores é não se expor ao risco de intervenções ostensivas ou secretas, é ser, consequentemente, independente. Como fórmula de política internacional, significa a redução da superfície de atrito entre duas nações.

Episódios recentes revelam as consequências da expansão do capital norte-americano no Brasil. A emenda Hickenlooper veio mostrar como é profunda a solidariedade entre os interesses públicos e os privados, nos Estados Unidos, ou como Wall Street está perto da Casa Branca, quando faz de um auxílio público sanção para a proteção do interesse de investidores norte-americanos. E o que é mais grave é que essa sanção foi obtida em consequência de uma atitude brasileira, no caso da encampação de uma subsidiária da International Telegraph and Telephone Corporation, no Rio Grande do Sul. O Governo dos Estados Unidos declara que não ajudará a quem não tratar bem o capital norte-americano, ou os negócios de seus capitalistas, o que equivale a uma intervenção na economia interna dos países, que possam ser candidatos a tais auxílios. É como que traçar leis, dentro de países estrangeiros, para a maneira de tratar o capital

norte-americano ou de julgar a justiça das indenizações que ele pleiteia.

Outro episódio é o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, manipulado e manobrado pelo capital privado dos investidores norte-americanos, para intervir na vida política do Brasil, exercendo atividades, que a Constituição brasileira não lhes permite, quando lhes nega direitos políticos. Sem falar na atividade corrente de embaixadores dos Estados Unidos no Brasil, como Adolfo Berle ou Lincoln Gordon, constituídos em "Deus ex machina" de nossos destinos.

Antigamente, cada dólar que chegava a um país latino-americano trazia consigo um fuzileiro naval. Era um tempo em que um dos almirantes norte-americanos, o Major-General Buther, confessava: "Servi ativamente durante 34 anos e 4 meses numa de nossas forças mais ativas: o Corpo de Marinha. E durante esse tempo atuei sobretudo como homem forte a serviço dos grandes negociantes, de Wall Street, e dos bancos. Em resumo, fui um "racketeer" para o capitalismo... Desse modo ajudei para fazer do México, e especialmente de Tampico, lugares seguros para os interesses petrolíferos norte-americanos, em 1914. Ajudei para transformar Cuba em lugar decente para o National City Bank, a fim de que pudesse recolher suas rendas... Ajudei a purificar a Nicarágua em benefício do banco internacional Brown Brothers de 1909-1912. Clareei o ambiente na República Dominicana em 1916, a serviço de interesses no açúcar. Em 1903 colaborei para fazer de Honduras um lugar conveniente para as companhias norte-americanas".

Hoje, cada dólar que chega é como descer uma ponte levadiça, para o acesso a uma fortaleza. Nem precisa, aliás, que seja realmente um dólar de verdade, pois que pode ser fabricado com a matéria-prima das moedas latino-americanas, através dos reinvestimentos e dos aguçamentos de capital. É um dólar de mentira. Um dólar falso. Pois é o bastante para que o país a que ele chega passe a ser fiscalizado, controlado, por uma diplomacia atuante e que parece muito mais ligada a Wall Street do que à Casa Branca. O titular do dinheiro não admite, nesses países coloniais ou

semicoloniais, qualquer medida que os contrarie ou prejudique. Recorre ao Departamento de Estado. E o Departamento de Estado já se supõe uma espécie de Suprema Corte, para um julgamento de pleitos dessa espécie, quando não um tribunal de inquirição, para condenar os que resistem aos programas de lucros dos investidores norte-americanos.

É preciso que estejam à frente dos Estados Unidos homens com o sentido liberal de um *Franklin Roosevelt*, para que se torne menos drástica essa diplomacia opressiva. Não raro são os próprios grupos financeiros que ditam as soluções ao Departamento de Estado. Como se podia esperar, por exemplo, que um Foster Dulles se tornasse indiferente aos pleitos da United Fruit, na Guatemala?

Uma nação ciosa de sua dignidade não se expõe ao risco de semelhantes intervenções. Mas, para evitá-lo, só existe uma solução, uma receita: é não dever. É não depender. É combater e reduzir essa dependência, quando exista. E isso é nacionalismo, queiram ou não queiram. Lutar pela independência política, como lutamos antes e depois de 1822, não é mais importante, nem mais significativo, do que lutar pela independência econômica em face do capitalismo estrangeiro, seja ele inglês ou americano.

As sanções aí estão, para quem quiser vê-las. Chamam-se Fundo Monetário Internacional, Banco Internacional do Desenvolvimento Econômico, Banco de Exportação e de Importação, Aliança para o Progresso. Só o que mudou foi a pedagogia imperialista. Tiros, canhões, desembarques, no passado; no presente, estímulos e favores, boas notas e abraços das professoras para o bom comportamento, obstáculos e pressões para os indóceis. É um novo estilo para o bengalão de Teodoro Roosevelt. Consiste em açular apetites para fugir com os meios de minorar a miséria dos povos explorados. Ou em atirar contra os governos relutantes as populações envolvidas por uma propaganda falsa, feita de miragens, de promessas impossíveis, sobretudo quando se baseia na técnica de agravar a insolvibilidade no mercado de divisas. O que não mudou, através do tempo, foi a

significação do dólar. Continua a ser o que foi a libra esterlina: um cartão de visita do imperialismo.

Esse é o aspecto que se não quer ver no capital estrangeiro: o que ele pode representar como ameaça e limitação para a nossa independência. De restrição à nossa soberania. Como não se quer ver que o capital estrangeiro é, frequentemente, uma ilusão, quando se alimenta de nossa poupança e de nosso crédito ou quando toma proporções colossais, muito menos pelo que traz do que pelo que consegue aqui fabricar, com o reinvestimento, a reavaliação, a acumulação de reservas, com as quais se dissimula a amplitude dos lucros obtidos. A história da formação do capital da grande empresa privada estrangeira seria realmente tão edificante como a história da fortuna dos grandes políticos. Iríamos ver que o capital estrangeiro, não raro, é tão-somente apelido. O que há é capital nosso, escrito em nome de estrangeiros. São recursos de nossos bancos, de nossa poupança, prosperando atrás de barreiras alfandegárias, levantadas para a proteção de iniciativas brasileiras. E ainda ocupam o lugar que podia ser de empresas genuinamente brasileiras, pois dispõem de força bastante para impedir qualquer concorrência ou disputa de mercados.

Quem será o beneficiário real de tudo isso? O acionista que mora no estrangeiro e mal sabe que existe um país com o nome de Brasil? Ou os promotores e aproveitadores insaciáveis, que jogam com o interesse deles e manipulam as fórmulas, dentro das quais desviam, em proveito próprio, o lucro que iria para os acionistas?

O resultado é que essas empresas obtêm lucros, que não há divisas que cheguem para elas. Ocupamos o mercado de divisas com uma demanda que não chega a ser compensada por nenhuma entrada correspondente de moeda estrangeira. Acabamos duplamente prejudicados, porque essa demanda de dólares faz subir o valor da moeda procurada e desfalca o Brasil da faculdade que mais que todas o podia interessar, de importar equipamentos, bens de capital, pois que os dólares ficam acima de sua possibilidade de aquisi-

ção. E ainda há quem pretenda que a alta do dólar é fruto exclusivo da emissão de papel-moeda, quando a verdade é que não pode haver dólar barato com essa demanda crescente, contrabalançada, apenas, por uma exportação inelástica, amarrada, feita por preços que os grandes mercados compradores, os mercados dominantes, pressionam, no objetivo de não gastarem senão o que vinham gastando.

Por isso aumenta a quantidade de mercadoria exportada e baixam os preços por unidade. A operação do importador dominante é muito simples. Divide a importância que deseja gastar pela quantidade de mercadoria de que precisa. O quociente é o preço. Cresce o volume da mercadoria necessária? Muito simples, é só dividi-lo pela importância que se quer gastar. O preço vai assim baixando, à medida que aumenta o volume da exportação.

Imagine-se agora, num mercado cambial desamparado, a pressão da remessa de lucros para fora do País. Na verdade, o Brasil não sabe o montante dessas remessas. A oposição violenta feita contra a lei de remessas de lucros não tinha outra explicação. Era para evitar as exigências que ela criava, não ainda para impedir as remessas, mas ao menos para conhecê-las. Porque o subfaturamento, de um lado, e as remessas clandestinas de outro lado, vivem em conjunção carnal, recebidas na melhor sociedade como um casal legítimo.

O nacionalismo antinorte-americano é tão-somente isso: a defesa de uma política, que nos liberte dessa dependência em face dos Estados Unidos. A dependência existe e não há quem não a veja ou não a sinta. E essa dependência não pode, não deve continuar. Não que odiamos os Estados Unidos, mas tão-somente porque amamos o Brasil.

Os brasileiros não se sentiram bem diante dessa dependência, quando ela existia em face da Holanda, de Portugal ou da Inglaterra. Somos, pois, coerentes com as tradições da dignidade nacional, quando entendemos que também não deve existir dependência em face dos Estados Unidos da América. Mas quando assim pensamos, também não visamos hostilizar a ninguém. Nem favorecer a quem quer

que seja. Basta-nos o culto à independência de nossa pátria. O sentimento da autonomia do País. A defesa dos interesses do Brasil.

Não nos custa admitir que o povo norte-americano não tenha maior responsabilidade por tudo isso. Nem é possível deixar de admirar um povo, que pôde criar uma figura humana como Abraão Lincolh. O imperialismo não representa, como a análise de Hobson o demonstrava, mais do que um interesse de setores de um povo, e não da maioria desse povo. Não deixamos, por isso, de perguntar até onde o povo norte-americano será responsável pela Política de Wall Street. Há numerosos setores que não comungam com as manobras e os assaltos de Wall Street, e atacam todo o povo norte-americano seria alienar essas outras correntes, que são mais vítimas do que cúmplices, e que talvez não disponham nem mesmo dos elementos necessários para deter ou impedir o imperialismo monopolista.

Mesmo em face do Departamento de Estado, há que admitir que o imperialismo já foi definido como o nacionalismo das grandes potências. O Departamento de Estado faz o que ontem fazia o Foreign Office da Inglaterra. Uma nação poderosa dificilmente se ajusta ao programa de uma nação pequena. Precisaria para isso de uma capacidade de renúncia, que não costuma figurar entre os sentimentos e as finalidades de uma grande potência. O leão não aprendeu a baír como cordeiro. Posso concordar em que essa conclusão não seja artigo de ética política, mas é realidade, e nesse aspecto é que a invoco, sem aplaudir, mas achando que seria ingenuidade não contar com ela. Ninguém conseguirá levar Wall Street a essa atitude de renúncia, ao objetivo de ganhar menos. E como o Departamento de Estado sofre mais a influência de Wall Street do que das forças liberais dos Estados Unidos, há que esperar que ele ajuste o próprio passo com a marcha de Wall Street. Modificar esse quadro, evitar ou reduzir essa influência não está ao alcance de outros povos. Só o próprio povo norte-americano poderá chegar a esse resultado, se tiver forças para tanto, numa

organização política aberta à influência dos grandes grupos financeiros.

Mas se não podemos modificar esse quadro de influências dentro dos Estados Unidos, estamos em condições, e no dever de reagir contra essa influência de Wall Street no Brasil, através do Departamento de Estado. O interesse aí é nosso. Não apenas interesse, como dever de lutar contra a interferência estrangeira em nossa economia e em nossos destinos.

Defender, pois, qualquer País, em termos de independência econômica, em face de um processo imperialista e espoliativo, é nacionalismo. Nacionalismo legítimo. Nacionalismo que não pretende alimentar ódios entre países e que não pode ser interpretado como opção pela União Soviética ou por qualquer outro grupo de interesses. Ao contrário, podemos compreender que os Estados Unidos procurem agir com o mesmo sentimento de independência, que estamos a reivindicar para o Brasil. As armas atômicas trouxeram para o Universo a contingência da coexistência pacífica. E o que exigimos para o Brasil é a condição de independência, com que se desvanecem as grandes potências. Nada mais; também nada menos.

Um Brasil forte, independente, ativo, poderá ser, inclusive, melhor amigo para os Estados Unidos que esse Brasil de pires na mão, esse Brasil de Alianças para o Progresso ou de Operações Pan-Americanas, esse Brasil espoliado, a mendigar prazos e a pedinchar ou a exigir auxílios. A solidariedade de um país livre pode ser aliança; mas a concordância de uma nação dependente tem o sentido de subserviência, de passividade, de sujeição.

Queremos ser aliados de grandes e de pequenos países, amigos de todos os povos da terra. Mas nunca dependentes, muito menos servos de quem quer que seja. Nosso ideal de povo livre deve ser o de cooperar como aliado de todos os povos, para uma tarefa de paz e de construção. Mesmo porque as rivalidades e as campanhas armamentistas, quan-

do não sejam impulsos para a guerra, serão, necessariamente, caminhos para a miséria. Somente para as grandes potências o armamentismo se traduz em pleno emprego. Para os outros países é sacrifício, que recai sobre o padrão de vida do povo, mesmo porque só existem duas fórmulas para a elevação máxima desse padrão de vida, a que se alimenta com os recursos dos países subsidiários ou a que se fundamenta na redução de despesas militares, transferidas em benefícios para a coletividade. Os Estados Unidos num caso, a Suécia no outro.

O pleito de absoluta independência econômica é, sem dúvida, nacionalismo. Nacionalismo autêntico. Como combater essa reivindicação não deixa de ser também nacionalismo, mas nacionalismo norte-americano. Há, pois, que optar entre esses dois nacionalismos.

---

---

## PALAVRAS FINAIS

---

---

**T**emos assim, ainda não uma história, mas uma recapitulação das diversas manifestações do nacionalismo brasileiro. Anti-holandês, antilusitano, antibrítânico, antigermânico, antinipônico, antinorte-americano. Poderíamos encontrar outras formas de nacionalismo. O antiitaliano, por exemplo, nos centros de maior presença da imigração italiana, que todavia soube evitar resistências mais vivas, com a sua diluição rápida ou a sua adaptação quase fulminante aos ambientes brasileiros. Poderíamos invocar o nacionalismo antichinês, que se apresentou quando, ainda no Império, houve a idéia de ir procurar trabalhadores no Extremo Oriente, para substituir o tráfico de africanos e fornecer os braços necessários à expansão de nossas lavouras. Caberia ainda lembrar o furioso nacionalismo anti-semita de Gustavo Barroso e de um grupo da Ação Integralista. Nacionalismo "made in Germany" para assombro da caboclada brasileira.

Não incluímos, nessa relação, o nacionalismo anti-soviético, porque não nos parece haver propriamente a presença, em nosso País, de interesses da União Soviética. A solidariedade de classe deixa de ser um problema de nacionalidade, para se tornar numa questão social de outra significação. Mas se se tratasse de fazer do Brasil colônia ou satélite da União Soviética, aí então caberia o nacionalismo anti-soviético, tão legítimo quanto o nacionalismo antinorte-americano.

Em substância, o "slogan" terá que ser o mesmo: nem colônia dos Estados Unidos, nem da União Soviética. Brasil, tão-somente. Nem há que comparar servidões. Todas são ruinsas. Discutir virtudes e qualidades dos senhores, como argumento de preferência, é manifestar ânimo de escravo. Um povo que se respeita não pensa em nenhum outro povo, como se fosse um patrão a escolher ou a comparar.

Combatemos, no curso de nossa história, diversas influências, da holandesa à inglesa e à lusitana, à germânica, à japonesa. Mas em nenhum momento da afirmação desses nacionalismos chegava a haver ódio a qualquer país, muito menos aos filhos e cidadãos desses países. Existia, sim, uma razão momentânea de divergência, que levava, por exemplo, Afonso Celso a escrever que nunca fora, e não era, hostil aos portugueses. O que não o impedia de acrescentar que "somente adotando um programa francamente, radicalmente, ardentemente nacionalista, é que o Brasil poderia figurar com dignidade perante o mundo e desempenhar o papel que lhe assinalam a sua grandeza, os seus recursos, as suas tradições, as suas responsabilidades, os seus ideais".

Nesse nacionalismo, que envolvia numerosa corrente católica, com Afonso Celso, Jackson de Figueiredo, Lacerda de Almeida, Felício dos Santos e outros, e que arrastava intelectuais como Alvaro Bomilcar, Arnaldo Damasceno Vieira, a revista "Brasileira", os subscritores do programa do "Movimento Nativista", havia, de certo, o culto das tradições nacionais, o combate ao cosmopolitismo. Mas havia também a luta à excessiva influência do comércio lusitano no Brasil, aos erros de uma imigração que não saía das cidades. Podia-se amar e admirar o português como povo, estimar o cidadão luso como indivíduo, sem prejuízo da sinceridade da atitude nacionalista antilusitana.

Álvaro Bomilcar traduzia bem essa atitude, que era a substância do movimento, quando dizia: "As nacionalidades não se constituíram por meio de fórmulas vãs de sentimentalismo e mesmo quanto aos indivíduos, postos no mais alto grau de moralidade e altruísmo, ninguém tomará por prudenente e avisado aquele que franquear a sua hospitalidade a

parentes que pretendam mandar na sua casa, nos seus filhos e na sua fazenda mais do que o legítimo proprietário".

Quando, pois, João Chagas encontrava no nacionalismo brasileiro, ou no jacobinismo do tempo de Floriano Peixoto, uma questão, como ele dizia, "de concorrência", quase como quem dissesse de despeito, pelas maiores facilidades de vitória do imigrante português, é que ele não via a essência do problema e do desentendimento. Não era uma questão de concorrência: era o contrário, era uma questão de monopólio, e de monopólio que viera da colônia. e continuara no Brasil independente. Os imigrantes lusos dominavam o comércio, o comércio em grosso e a retalho, e não deixavam que o brasileiro penetrasse na sua fortaleza, nem mesmo na sua família, o que acabava constituindo um privilégio para estrangeiros, dentro do território brasileiro, um privilégio negado aos filhos da terra.

De certo que o imigrante não é um inimigo. Ao contrário, a sua opção pela nossa Pátria tem o sentido e a força de um vínculo, que pode ser tão poderoso quanto a própria circunstância do nascimento. Mas não basta imigrar, como não basta nascer. É preciso que exista, num e noutro caso, uma integração na vida brasileira e, sobretudo, por parte do imigrante, a certeza de que optou realmente pela Pátria brasileira, o que só poderá ser comprovado pela naturalização ou, na sua falta, pela redução total, ou quase total, de suas relações com a pátria de origem.

Se o Brasil passa ser o centro de suas preocupações, de suas economias, de sua poupança, não há nenhuma razão para combater, ou para deixar de estimar, um elemento, que se decidiu a trabalhar pelo nosso progresso e a se incorporar à nossa comunidade. Mas se ele aqui vive, daqui auferir proventos e recursos, para aplicá-los na sua pátria de origem, com a idéia sempre presente de um retorno, é evidente que não existe a integração.

Como pode ser equiparado ao residente o vago acionista, que subscreve títulos de uma companhia que opera no Brasil, mas que nem sabe bem se existe o Brasil? Esse é

apenas um sócio do empreendimento colonial, um acionista das novas Companhias das Índias Ocidentais. Talvez seja útil a sua contribuição, mas não pode receber poderes além do direito a uma remuneração legítima, não a uma exploração iníqua, montada sobre expedientes de escrita e fabricação de capitais fictícios. E os juizes da legitimidade da remuneração ou da regularidade da ação de sua empresa, havemos de ser nós mesmos. Se o acionista não pensa assim, é melhor que não venha para o nosso País, pois que, em vez de nos ajudar, está, na verdade, criando, fomentando atritos e divergências.

Em todos os casos de conflito ou de dificuldade com as correntes migratórias que nos procuraram, houve sempre, por parte do imigrante, uma atitude ou uma posição contrária ao interesse brasileiro. Os quistos raciais germânicos ou japoneses mantinham ligações inumeráveis e significativas com a pátria de origem, não apenas através do idioma, como na preocupação de um trabalho, que fizesse dos alemães, ou dos japoneses, nascidos no Brasil, ou aqui domiciliados, cidadãos do país de que provinham. Aceitavam uma hierarquia, presa à representação consular ou diplomática do Estado de que haviam saído. Recebiam as ordens de comando de Berlim ou de Tóquio.

Os episódios verificados depois da Segunda Grande Guerra revelavam uma influência nazista, ou nipônica, que não eram mais simples manifestações de simpatia ou de um sentimentalismo saudosista. Revelavam, sim, a atuação de uma organização disciplinada e eficiente, serviam de contraprova ao acerto dos movimentos nacionalistas que haviam chamado a atenção de nossas autoridades, e de nosso povo, para a extensão e gravidade do perigo alemão ou do perigo japonês.

Diante da imigração portuguesa, os agravos promanavam do que se podia considerar como um monopólio comercial luso, a luta de uma classe de consumidores contra os intermediários, que dominavam posições essenciais no comércio dos gêneros de primeira necessidade. A convicção de uma exploração quotidiana criava um ressentimento, que

seria uma atitude de defesa. A esse ressentimento natural juntava-se a influência do poder econômico adquirido nessa exploração comercial e exercido, sem muita cautela, pela colônia portuguesa, dentro dos jornais, na orientação das grandes linhas de nossa política bancária e comercial.

O brasileiro sentia-se frustrado na sua terra, como que estrangeiro em sua Pátria, ou pelo menos condenado a uma posição secundária, que se prolongava pelo tempo afora, sobrevivendo à própria emancipação política. Éramos hóspedes no Brasil; os donos da casa estavam, em grande parte, na colônia lusa.

A coesão dos núcleos vindos de Portugal impedia o acesso dos brasileiros às suas casa de comércio, até mesmo como caixeiros. O imigrante vinha com destino certo. Ia morar nos sobrados, por cima da casa de comércio do patrão. Encontrava apoio e estímulo para prosseguir. Quando se libertava, ou quando podia montar sua própria casa de comércio, o crédito, os recursos lhe vinham das organizações portuguesas existentes no País. Enquanto que o brasileiro, o mais que podia fazer era se contentar com uma situação inferior, na Pátria que considerava sua e que, na frase de Gregório de Matos, não sabia ser senão madrastra para a sua própria gente.

A luta pela nacionalização do comércio, luta que se manteve durante todo o século XIX, com maior ou menor intensidade, e que figurou entre os fatores da revolução pernambucana de 1848, como esteve sempre no "background" do jacobinismo do tempo de Floriano Peixoto, era um aspecto da luta universal contra o monopólio, como instrumento de opressão econômica. Que era justa e necessária, comprova-o o fato de se haver tornado finalmente lei essa reivindicação. Foi a lei dos dois terços, fruto da revolução de 1930.

Outro aspecto era o ressentimento de ver parte, e não pequena, dos lucros obtidos no Brasil desviados para o estrangeiro pelos comerciantes portugueses. O imigrante luso não continuava no Brasil, quando formava um grande

cabedal. O brasileiro sentia instintivamente o que representava para a capitalização nacional essa fuga de recursos, acumulados à custa de uma espoliação sistemática, baseada em artigos de primeira necessidade.

O imigrante voltava à sua terra como um homem rico, para ostentar, nas aldeias do Minho ou de Trás os Montes, a riqueza, que ele juntara penosamente no Brasil, para dissipar ou para gastar generosamente diante daqueles que o haviam visto partir para tentar fortuna. Verdade que Portugal se vingava deles, chamando-os de "brasileiros" e tornando-os motivo de chacotas, objeto de uma literatura de ridículo, a que Eça de Queiroz se reportava, ao prefaciar o livro de Luiz Magalhães, "O Brasileiro Soares". O próprio Camilo Castelo Branco explorou sadicamente esse tema do novo rico, reexportado pelo Brasil. Nas vilas e aldeias do norte de Portugal, as melhores quintas, os palácios mais caros iam passando para as mãos desses "brasileiros", que eram apenas portugueses ou imigrantes de torna viagem, como se o Brasil ainda tivesse culpa na ostentação dos imigrantes que enriquecera ou fizera prosperar.

Cousa ainda mais curiosa era que, em regra, os mais abastados ou mais acintosos no esbanjamento de sua fortuna não apresentavam credenciais de grandes negócios, de empresas importantes, de iniciativas fecundas. Eram, na maioria, padeiros e açougueiros, que haviam conquistado fortuna num comércio estreitamente ligado com as necessidades fundamentais da família brasileira.

O crescimento do Brasil colocou em plano secundário esse problema, a que a lei dos dois terços veio dar a solução final. Já não existe, com a mesma significação e extensão, o monopólio do comércio português. Rompeu-se o sistema da endogamia, que guardava as filhas dos patrões para os caixeiros mais diligentes, chegados da santa terrinha, elevados à categoria de interessados na firma que os acolhera. O português já não pensa tanto em retornar à sua aldeia minhota, que só lhe parece, agora, como destino de algumas férias, sempre mais curtas do que ele sonhava ao partir. Aquela opção a que nos referimos, pode-se dizer que existe

atualmente. O imigrante português acabou escolhendo o Brasil.

Mas se o problema foi superado, nem por isso devemos deixar de ver que ele existiu de fato e teve uma significação, que não poderá ser subestimada sem grave injustiça às gerações passadas, que o enfrentaram e o combateram, em nome de interesses legítimos do povo brasileiro.

Do nacionalismo antibritânico o que podemos dizer é que existiu mais numa elite, que podia tomar conhecimento dos fatos que o caracterizavam. Generalizou-se, apenas em alguns momentos mais ou menos cruciais. À margem, por exemplo, da guerra ao tráfico de africanos, quando a política inglesa feria interesses de poderosos grupos de pressão, atuando no Brasil. Sabia-se que os maiores traficantes eram portugueses, mas os senhores de terras simpatizavam também com a continuação de um comércio que podia concorrer para tornar mais abundante, e conseqüentemente mais barato, o braço escravo, base da exploração agrícola. Não seria de estranhar que a imprensa do tempo se associasse a essas resistências, tanto mais quando os cruzadores e corsários ingleses não tinham nenhuma espécie de respeito pelas águas territoriais brasileiras.

O caso do Ministro Christie trouxe outro momento culminante, na reação contra o imperialismo inglês articulando-se todas as forças, do Imperador ao povo, para manifestações que podiam ser consideradas como explosões legítimas do sentimento de dignidade nacional. Mas, fora dessas horas graves, não se sentia muito a presença do inglês como força imperialista. Os ingleses que aqui permaneciam mantinham-se mais ou menos isolados, vivendo a sua vida com mais conforto do que ostentação. Os empréstimos, chamados de carteira, vinham decerto da City, mas não estavam diretamente comandados pelo governo inglês, tanto que podiam ser negociados quando estavam cortadas as relações diplomáticas entre os dois governos, na fase da questão Christie. Os investimentos ingleses se limitavam a poucos setores, como o das estradas de ferro, que vinham corresponder a necessidades nacionais. Os economistas,

educados nas escolas inglesas, não observavam o fenômeno do colonialismo, limitado o Brasil à exportação de matérias-primas que a Inglaterra adquiria pelos preços que ela própria fixava, como mercado dominante no intercâmbio mundial. O livre-cambismo, que eles pregavam, não impedia o monopólio dos fretes e do transporte marítimo, como servia ainda para amarrar o surto industrial que o Brasil quisesse empreender com o socorro do protecionismo alfandegário. O jogo da bolsa e o predomínio inglês no mercado monetário bastavam para manter o mil réis no seu lugar próprio, caladinho e disciplinado, atento às ordens ou às conveniências do regime do padrão ouro.

No paralelo entre os dois imperialismos, o inglês e o americano, não diremos que o inglês fosse mais generoso. Mas era, sem dúvida, muito mais hábil, menos ostensivo, exigindo apenas o substancial, o que lhe permitia atitudes compreensivas e tolerantes, nas questões de menor significação. O povo inglês possui realmente o gênio político, sabe como fazer as coisas. Ao passo que os Estados Unidos, ainda em plena juventude, sofrem os efeitos da embriaguez da força. Gostam de experimentar e demonstrar o poder de seus punhos, o que pode ser tanto um complexo de inferioridade, lutando contra as dúvidas íntimas, de que ainda não se libertou, como poder ser a expansão de uma vaidade, que ainda não se acostumou de todo com as posições conquistadas. Não são políticos, são homens de negócios, embriagados com o poder político, que as realidades lhes outorgaram. Por isso o imperialismo norte-americano é tão evidente, tão acintoso, tão ríspido. Continua simbolizado no bengalão de Teodoro Roosevelt, juntando a cupidiez ilimitada do homem de negócios a pruridos corretivos, que, no entender deles, possam aplacar o puritanismo dos "quakers". É uma pedagogia em que as taxas escolares exorbitantes se casam com o uso intensivo das varas de marmelo.

Mas o que precisamos deixar claro é que, se o nosso nacionalismo nos levou a tomar atitudes anti-holandesas, antilusitanas, antibritânicas, antigermânicas ou antipônica, a verdade é que sempre entendemos que essa reação

combatia uma influência, não um povo. Um imperialismo, não a nação de que ele possa promanar. O que vale dizer que nunca alimentamos ódios contra holandeses, portugueses, ingleses, norte-americanos, alemães ou japoneses. Se uma ou outra manifestação poderia deixar essa impressão, ou resultou de provocações intoleráveis, ou correspondeu a sentimentos pessoais de um ou outro combatente. Como povo sempre soubemos fazer justiça a holandeses, portugueses, ingleses, norte-americanos, japoneses ou alemães, admirando-os sinceramente nos seus feitos, na sua glória imortal.

Duas vezes os acontecimentos nos tornaram aliados de guerra dos Estados Unidos e da Inglaterra. Por que, pois, odiar os norte-americanos? Quando sabemos que são um grande povo, entre os maiores de todos os tempos?

O que devemos fazer diante dele é conhecê-lo melhor, é imitá-lo, no empenho com que soube afirmar o seu profundo sentimento nacional, a sua invencível e inelutável obsessão de independência. Continuamos fiéis às insinuações com que José Bonifácio orientava nossa representação diplomática em Londres, na campanha para o reconhecimento de nossa independência. "O Brasil - dizia o Patriarca - quer viver em paz e amizade com todas as outras nações, há de tratar igualmente bem a todos os estrangeiros, mas jamais consentirá que eles intervenham nos negócios internos do País. Se houver uma só nação que não queira sujeitar-se a essa condição, sentiremos muito, mas nem por isso nos havemos de humilhar, nem de nos submeter à sua vontade".

Palavras de 1823 e que são oportunas ainda hoje. Apenas, quando se trata das influências a combater é óbvio que José Bonifácio não excluiria as formas dissimuladas e insidiosas dessa influência, quando se exercita através do poder econômico estrangeiro, constituído em meio de ação dentro de nosso País. Antes dele, o povo brasileiro sentira da mesma forma o problema, quando se levantou para combater a influência holandesa, a portuguesa, a inglesa, a norte-americana, a germânica ou a japonesa.

O que vem evidenciar que o nacionalismo não é um sentimento ou um movimento improvisado, repentino, singular ou extravagante. É antes uma constante em nossa história, o acompanhamento apaixonado de todas as fases da tormentosa vida nacional e da intrépida afirmação da Pátria brasileira.

Seria de estranhar que o nacionalismo não estivesse presente na hora difícil, em que o Brasil luta ainda pela sua emancipação econômica, como soube lutar ontem pela sua independência política. Como lutou pela sua independência religiosa. Pela liberdade de sua política imigratória, em face de ameaçadores enquistamentos raciais.

Falar, pois, em nacionalismo, dentro do Brasil, exigindo a presença de aspas, ou as cerimônias do exorcismo, é ignorar toda a nossa história. Mais do que isso: é ignorar o próprio Brasil, que sempre soube ser fiel à afirmação de sua personalidade nacional, aos imperativos de sua dignidade como nação e como povo.

Gostaria, por isso, de lembrar uma página de Salvador de Mendonça, quando recordava momentos inesquecíveis da questão Christie, na luta contra o imperialismo britânico. "Quem assistiu - observou ele - no Rio de Janeiro, em 1863, à reunião do povo, em redor do velho palácio Imperial, aos milhares, conclamando a necessidade de vindicar a honra nacional, insultada pelo estulto Christie, ministro inglês, e obrigando o Imperador a vir à sacada do Paço e a mandar declarar por um de seus ministros que o seu governo, pelos órgãos constitucionais, lavaria a afronta, não pode acreditar que, em meio século, estejamos tão mudados, que a nossa espinha dorsal já não se possa manter ereta".

Meio século ou um século, tanto faz, para uma nação como o Brasil. Tanto mais que o problema ainda não deixou de ser também um problema de espinha dorsal, reflexo do amor à independência de nosso País, na defesa de sua dignidade como Povo e como Nação. Mas na questão Christie era apenas uma desafiante, uma reação imediata contra a ofensa estrangeira. E agora o problema exige outra

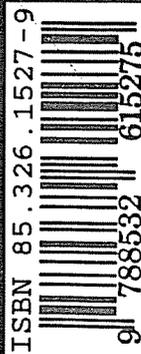
pertinácia, na afirmação de nossos interesses, na preservação de nosso futuro, na defesa e valorização de nossas riquezas. Se não soubermos defender virilmente nossa independência econômica também não seremos dignos de termos a independência política. Uma e outra se confundem no mesmo pleito que é o da afirmação de nosso espírito nacional e o da preservação da grandeza de nosso País. Para os que amam profundamente a Pátria, a opção poderá ser traduzida numa fórmula mais simples: ser ou não ser Brasil.

Nacionalismo pode ser uma atitude de extrema direita, como o fascismo. Pode ser até confundido com o próprio comunismo. Não há doutrina única, uma patente exclusiva. Para precisar essa diversidade de conceitos ou de conteúdo, ou da multiplicidade de objetivos a que o nacionalismo pode servir, o autor o caracteriza dentro do contexto brasileiro, através de sua história e de suas lutas sociais e econômicas, rastreando suas origens, definindo suas características e tendências. O livro foi publicado pela primeira vez em 1963, mas teve sua edição recolhida pela ditadura militar.

**O autor:**

*Barbosa Lima Sobrinho* é jornalista, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Capa: Marcos Mattos



VOZES

Uma vida pelo bem comum